



Universidade Federal de Sergipe

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**DO PONTO À FORMA: A DISCIPLINA DESENHO NO ATHENEU SERGIPENSE
(1905-1930)**

DANIELLE VIRGINIE SANTOS GUIMARÃES

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2012**



Universidade Federal de Sergipe

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**DO PONTO À FORMA: A DISCIPLINA DESENHO NO ATHENEU SERGIPENSE
(1905-1930)**

DANIELLE VIRGINIE SANTOS GUIMARÃES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Eva Maria Siqueira Alves.

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Guimarães, Danielle Virginie Santos

G963p Do ponto à forma: a disciplina Desenho no Atheneu Sergipense / Danielle Virginie Santos Guimarães; orientadora Eva Maria Siqueira Alves. – São Cristóvão, 2012.

144f. : il.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2012.

1. Desenho – Educação e ensino. 2. Disciplina escolar. 3. Professores de desenho. 4. Educação – Leis e decretos. 5. Ateneu Sergipense (SE). I. Alves, Eva Maria Siqueira, orient. II. Título.

CDU 37.016:74

“DO PONTO À FORMA: A DISCIPLINA DESENHO NO ATHENEU
SERGIPENSE (1905-1930)”

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM
02 DE MARÇO DE 2012



PROF.ª DR.ª EVA MARIA SIQUEIRA ALVES



PROF.ª DR.ª EURIZE CALDAS PESSANHA



PROF. DR. JORGE CARVALHO DO NASCIMENTO

SUPLENTE

AGRADECIMENTOS

Penso que agradecer é, também, fazer justiça. Por assim entender, dedico estas páginas, linhas e palavras, cada um dos caracteres que se seguem, àqueles que menciono. Por trás da materialidade da obra existem as minhas horas, de prazer ou de renúncia, que agora, convertidas em letras, deixam de ser somente minhas. Agora também são suas.

Danilo e Fátima, meus pais. Aqueles a quem mais amo e devo tudo em minha vida. Aliás, devo minha vida;

Darina, pela presença colorida e necessária;

Adlenio, meu amor, que está comigo desde o Colégio Arquidiocesano, por ter acompanhado cada segundo, vivendo comigo cada episódio até este instante (e continuará!).

À Capes;

À professora Eva, por me aceitar no grupo; por toda a atenção dispensada como orientadora, bem como pelos ensinamentos em todos os graus;

À professora Anamaria, pela doçura e disponibilidade;

À professora Josefa Eliana, que, com sua transparência, demonstrava acreditar em mim a cada palavra trocada;

À professora Eurize, pela disponibilidade em avaliar este trabalho;

Ao professor (e amigo) Jorge Carvalho, de quem sou profunda admiradora, com quem iniciei no universo da pesquisa;

Ao professor Fábio Alves, pelo tirocínio e por todos os livros emprestados;

Minhas amigas de NPGED (e agora da vida): Sayonara e Simone, mulheres especiais, diferenciadas e, acima de tudo, extremamente éticas. Simone, mais uma vez obrigada pela leitura e crítica dos meus textos.

Ao meu grande amigo João Paulo, a quem agradeço especialmente pelo convite para integrar o DEHEA e pela intercessão junto à professora Eva;

E, por fim, a Carolina Barcellos, pela revisão e pela amizade desde sempre.

*“O artista é o criador de coisas belas.
O objetivo da arte é revelar a arte e ocultar o artista.
[...] Os que encontram significações torpes nas coisas belas são corruptos sem sedução, o que é um defeito.
Os que encontram significações belas nas coisas belas são os cultos, para esses há esperança. Eleitos são aqueles para quem as coisas belas apenas significam beleza.
[...] podemos perdoar a um homem que faça alguma coisa útil, contanto que a não admire. A única justificação para uma coisa inútil é que ela seja profundamente admirada.
Toda arte é completamente inútil.”*

*Oscar Wilde (1891) – Prefácio de **O Retrato de Dorian Gray**.*

RESUMO

Este estudo tem por objeto a disciplina Desenho no Atheneu Sergipense, entre os anos de 1905 e 1930. Objetiva-se, por meio deste, analisar a história da disciplina, atrelando as práticas desenvolvidas na instituição com as previsões legais em níveis nacional e estadual, bem como localizar o Desenho no discurso dos intelectuais que defendiam sua presença na educação secundária do Brasil no período. Para tanto, a pesquisa foi realizada com base nos pressupostos metodológicos da História Cultural e teóricos da História das Disciplinas Escolares, com a observação de categorias referentes aos campos da Cultura Escolar e da História da Educação Artística. As fontes documentais utilizadas foram: legislações nacionais e estaduais, atas da Congregação do Atheneu Sergipense, correspondências administrativas, publicações na imprensa, relatórios administrativos, boletins e solicitações de materiais para aulas de desenho, além de um conjunto de modelos no formato de lâminas, contendo imagens utilizadas nas cópias das aulas de Desenho. Sendo este um trabalho de História das Disciplinas Escolares, a análise aqui empreendida volta-se para a legislação, as ideias pedagógicas que atuaram sobre a elaboração desta legislação, os docentes e as práticas do ensino. Resultaram da análise histórica do Desenho no Atheneu Sergipense: a percepção do caráter geométrico da disciplina; o conhecimento das medidas tomadas para a sua manutenção no curso secundário; o entendimento de como as constantes mudanças legais atingiram o Desenho no ambiente escolar e os prejuízos fundamentais causados por essas alterações, sobretudo seus reflexos no status do professor de Desenho.

Palavras-chave: Desenho. Atheneu Sergipense. História das Disciplinas Escolares. Professores de Desenho. Legislação Educacional.

ABSTRACT

This paper will discuss the subject of Geometric Drawing in the Atheneu Sergipense School between 1905 and 1930. It also aims at analyzing the history of that subject, confronting the practices adopted in said institution with state and national regulations. In addition, it looks at where Geometric Drawing stands in the speech of the scholars who defended its presence in the curriculum of secondary school in Brazil at that time. In order to that, the research was conducted based on the methodological principles of Cultural History and on theorists of the History of School Subjects, also taking into consideration categories referring to School Culture and Art Education History. Documental sources included: national and state regulation books, minutes from the Atheneu Sergipense Congregation, administrative mail, press publications, students reports, and material requests for Geometric Drawing classes, as well as a set of plate models with images used in exercise handouts in Geometric Drawing classes. Since this is a paper on the History of School Subjects, the analysis hereby carried out ponders on the legislation, the pedagogical ideas which contributed to the development of such legislation, the teachers, and the teaching practices. The historical analysis of the subject of Geometric Drawing in Atheneu Sergipense resulted in the realization of the geometric character of that class; in the understanding of the measures taken for maintaining it in the secondary school curriculum; and in the comprehension as to how the constant regulatory changes affected Geometric Drawing in the school environment and the fundamental damages caused by such alterations, especially their effects on the status of the Geometric Drawing teacher.

Key-words: Geometric Drawing; Atheneu Sergipense; History of School Subjects; Drawing teachers; Educational legislation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1: PROGRAMAS PARA O COLÉGIO PEDRO II EM 1898 – CONTEÚDOS DE DESENHO.....	40
QUADRO 2: DISCIPLINAS PREVISTAS PARA O CURSO INTEGRAL DO ATHENEU SERGIPENSE EM 1899.....	43
FIGURA 1: MOSAICOS.....	46
QUADRO 3: PROGRAMAS PARA O COLÉGIO PEDRO II EM 1911 – CONTEÚDOS DE DESENHO.....	48
QUADRO 4: HORÁRIO DA DISCIPLINA DESENHO NO ATHENEU SERGIPENSE EM 1911.....	50
QUADRO 5: MOSTRA DE CONTEÚDOS DE GEOMETRIA DO COLÉGIO PEDRO II – 1915.....	52
QUADRO 6: MOSTRA DE CONTEÚDOS DE DESENHO DO COLÉGIO PEDRO II – 1915.....	53
FIGURA 2: ANTIGO GRUPO ESCOLAR BARÃO DE MARUIM. FOTOGRAFIA.....	69
FIGURA 3: SEDE DA ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS NA RUA DA AURORA EM 1910.....	69
FIGURA 4: NOVA SEDE DO ATHENEU SERGIPENSE CONSTRUÍDA EM 1926.....	70
FIGURA 5: JOÃO DA SILVA MELLO. DESENHO A CARVÃO, 1899.....	81
QUADRO 7: PROFESSORES DE DESENHO DO ATHENEU SERGIPENSE (1905-1925) E DISCIPLINAS PELAS QUAIS ERAM RESPONSÁVEIS.....	87
FIGURA 6: QUINTINO MARQUES. ÓLEO SOBRE TELA, 1955.....	102
FIGURA 7: RETRATO DE QUINTINO MARQUES, ÓLEO SOBRE TELA, 1956.....	102

FIGURA 8: UM CÃO, UMA GAROTA E SUA BONECA. ÓLEO SOBRE TELA, S/D.....	103
FIGURA 9: AUTORRETRATO. ÓLEO SOBRE TELA, 1970.....	104
FIGURA 10: EXEMPLO DE PARQUET.....	108
FIGURA 11: EXEMPLOS DE MOSAICOS BIZANTINOS DE MÁRMORE.....	109
FIGURA 12: MOSAICO BIZANTINO.....	110
FIGURA 13: PADRONAGEM ÁRABE.....	111
FIGURA 14: PADRONAGEM ALEMÃ.....	112

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
A construção do objeto.....	13
Situando o objeto.....	15
<i>Corpus</i> conceitual.....	22
1 A noção de Disciplina Escolar.....	23
1.2 Sobre os termos Conteúdos e Finalidades.....	24
2 A noção de Práticas e Cultura Escolar.....	25
3 O docente: o capital e o campo.....	26
<i>Corpus</i> documental.....	29
Estrutura da dissertação.....	31
 CAPÍTULO I	
 A DISCIPLINA DESENHO: DA DEFESA DE RUI BARBOSA ÀS LEIS PARA O SECUNDÁRIO NACIONAL E PARA O ATHENEU SERGIPENSE	33
1.1 Um recuo necessário: as justificativas apresentadas por Rui Barbosa e outros intelectuais para a inserção do ensino de Desenho no secundário nacional.....	35
1.2 Leis do Brasil e de Sergipe: o Desenho nas reformas do ensino entre 1901 e 1930.....	39
1.2.1 O Código Epiácio Pessoa (1901-1910).....	39
1.2.1.1 As reformulações estaduais entre 1898 e 1911: previsões para o Atheneu Sergipense.....	41
1.2.2 Reforma Rivadávia Corrêa (1911-1915).....	45
1.2.2.1 As previsões para o Atheneu Sergipense entre 1911 e 1915.....	49
1.2.3 Reforma Carlos Maximiliano (1915 a 1925).....	51
1.2.3.1 As previsões para o Atheneu Sergipense entre 1915 e 1925.....	54
1.2.4 A Reforma João Luiz Alves da Rocha Vaz (1925 a 1930).....	55
1.2.4.1 As previsões estaduais e para o Atheneu Sergipense: 1925-1930.....	57

CAPÍTULO II

O ATHENEU SERGIPENSE, OS DOCENTES E O DESENHO: CENÁRIO, ATORES E TEXTOS DO COTIDIANO DA DISCIPLINA.....61

2.1 O Percurso entre a Praça e a Aurora.....62

2.1.2 O Atheneu Sergipense como um espaço de projeção e disputas no campo intelectual de Sergipe.....71

2.2 Os professores de Desenho do Atheneu Sergipense (1905-1930).....76

2.3 Um professor, diversas disciplinas: os registros nas correspondências.....83

CAPÍTULO III

ENTRE AULAS, ALUNOS E EXAMES: “HISTÓRIAS” DA DISCIPLINA DESENHO NO ATHENEU SERGIPENSE.....88

3.1 O registros referentes ao Desenho em atas da Congregação do Atheneu Sergipense.....90

3.2 Tornando-se professor de Desenho do Atheneu Sergipense.....94

3.2.1 Concurso 1 – Octávio do Espírito Santo.....94

3.2.2 Concurso 2 – José de Britto Carmelo: “defeituoso, desproporcional”, mas professor.....96

3.3 Exames: os conceitos atribuídos entre 1911 e 1915.....99

3.4 Sobre alunos que viraram professores e artistas.....101

3.5 A Coleção de modelos espanhóis.....105

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....114

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....117

FONTES.....119

ANEXOS122

INTRODUÇÃO

Em Desenho, o ponto é o princípio. É o primeiro contato da ideia com o plano físico que é o suporte. Após a sua materialização, de seu percurso nasce a linha – uma forma inicial da qual muito provavelmente emergirão outras formas. Elementar, mas não simples, o processo de concepção de uma forma por meio do Desenho é o desenvolvimento do ponto à linha, desta à forma e à obra final. Resultando na mais pura expressão artística, ou em um ordinário exercício de repetição, o ponto é sempre o princípio.

Nesse sentido, “do ponto à forma” refere-se diretamente ao percurso do Desenho, desde sua presença nas ideias pedagógicas que interferiram diretamente na elaboração das leis do ensino, ou seja, das finalidades de objetivo, até a sua prática no ambiente escolar do Atheneu Sergipense. A expressão diz respeito também à modalidade do Desenho lecionado no Atheneu Sergipense: o Desenho Geométrico.

Observo, nesta pesquisa – que tem como objeto a disciplina Desenho no Atheneu Sergipense entre os anos de 1905 e 1930 – que, entre ponto e forma, ou seja, entre processos e resultados, existe a história de uma disciplina a ser percorrida. O ano de 1905, porque é quando houve a criação da disciplina Desenho no Atheneu Sergipense por meio do Decreto nº. 495, de 07 de novembro de 1905; e 1930, porque é quando se encerra a vigência do Decreto nº. 940, de 02 de julho de 1926, que marcou o início de uma série de mudanças em relação ao ensino do Desenho no Atheneu Sergipense e ao funcionamento da instituição.

Nesta dissertação apresento o Desenho no Atheneu Sergipense por meio do entendimento de suas finalidades e objetivos, sua composição (conteúdos), e das possíveis práticas (resultados) desenvolvidas por seus docentes.

Por se tratar de um trabalho de História das Disciplinas Escolares, observo o Desenho para além dos programas, entendendo que a disciplina é o que acontece em sala de aula, o que seus resultados proporcionam e o que seus antecedentes justificam em seu planejamento. Através deste trabalho, procuro contribuir, também, com o estudo da Cultura Escolar e da História da Educação Artística. A confluência desses campos de pesquisa permitiu-me a ampliação da percepção do Desenho como objeto de estudo e mostrou-me possibilidades de explorar um campo tão profícuo, atraente e desafiador como a História do Ensino de Arte no Brasil.

A Construção do objeto

O intuito de estudar o Desenho no Atheneu Sergipense tem suas origens nos questionamentos resultantes da escrita e leitura que fiz de esboços biográficos de pintores sergipanos, quando eu ainda era discente do curso de Licenciatura em Artes Visuais na Universidade Federal de Sergipe. Durante meu trabalho final de graduação¹, busquei compreender aspectos inerentes à formação e atuação docente dos artistas, mais especificamente pintores, que nasceram ou se radicaram em Sergipe entre os anos de 1850 e 1950.

Dentre os 33 artistas envolvidos naquela investigação, cinco² estudaram no Atheneu Sergipense e um foi professor de Desenho nessa instituição. De início, o projeto com o qual ingressei no Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe esteve dedicado ao estudo do Desenho no Atheneu Sergipense ministrado pelo professor Quintino Marques (s/d-1942) – um dos artistas biografados no trabalho de graduação. Entretanto, o avanço nas leituras – além da análise das fontes e as discussões entre os membros do Grupo de Pesquisa Disciplinas Escolares: História, Ensino e Aprendizagem – proporcionou a definição atual do objeto: a disciplina Desenho no Atheneu Sergipense entre os anos de 1905 e 1930.

O Decreto nº. 495, de 7 de novembro de 1905, tinha por finalidade autorizar o Governo³ do Estado – sendo seu presidente Guilherme de Souza Campos⁴ (1850-1923) – a rever o regulamento da instrução pública para o ensino secundário, com a finalidade de equiparar o Atheneu Sergipense ao Gymnasio Nacional⁵ situado no Rio de Janeiro, então colégio modelo para o secundário brasileiro. Para obter essa equiparação, era necessário que a escola que a solicitasse seguisse corretamente os programas de ensino previstos para o Colégio Pedro II. Por conseguinte, o decreto supracitado determinou a criação das cadeiras de

¹Desenvolvido sob orientação do Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento entre 2005 e 2007. Cf.: GUIMARÃES, Danielle Virginie Santos. **Catálogo de Pintores Sergipanos: 1850-1950**. 2007. 99 f. Monografia de conclusão de curso, Departamento de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

²A saber: João Ribeiro (1860-1934); Jordão de Oliveira (1900-1980); Celso Oliva (1914-1963); Freire Pinto (s/d); Álvaro Santos (1920-1963); Professor: Quintino Marques (s/d-1942).

³A política não será aprofundada neste trabalho. Acerca da conjuntura política do período, ver: DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe**: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

⁴Guilherme de Souza Campos foi presidente do Estado de Sergipe entre 1905 e 1908. Cf. GUARANÁ, 1925, p. 210.

⁵Embora as sucessivas reformas alterem o nome desta escola, neste trabalho opto por me referir a tal como Colégio Pedro II.

Literatura, Elementos de Mecânica e Astronomia, Lógica e Desenho, além da restauração das cadeiras de Alemão e Grego.

Com o Decreto nº. 940, de 02 de julho de 1926, foi instaurado o novo regulamento do Atheneu Sergipense – que, equiparado, passou a ser chamado de Atheneu Pedro II – baseado no Colégio Pedro II, que obedecia às determinações da Reforma João Luiz Alves da Rocha Vaz, de janeiro de 1925. Ocorreram alterações significativas em relação ao ensino do Desenho, que voltara a ocupar um lugar de destaque nos programas e na dinâmica da instituição, lugar aquele que fora perdido com o decreto nacional de 1915 – Reforma Carlos Maximiliano – e com os sucessivos decretos estaduais que reescreviam o texto dessa reforma.

O período delimitado por esta pesquisa foi marcado pela sucessão de reformulações educacionais em nível nacional. Nelas, o Desenho apareceu em situações distintas, indo “do apogeu ao declínio” em seu *status* de disciplina do ensino secundário. Para entender de qual forma as normatizações estaduais e nacionais se concretizavam (e se isso ocorria) no ambiente escolar, busquei compreender a configuração do Desenho no Atheneu Sergipense por meio da observação dos registros que continham as informações necessárias ao estudo da história da disciplina. A legislação (o estabelecimento do diálogo entre as reformas nacionais do ensino e as reformas em nível estadual) é amplamente tratada neste trabalho, não por ser o registro do que efetivamente ocorreu no núcleo que é a sala de aula, mas por conter, em si, as indicações do sentido que deveria ter o ensino do Desenho.

Para um provável conhecimento das práticas docentes, de início, procurei saber quem eram os professores de Desenho do Atheneu Sergipense no período; em seguida, passei a trabalhar na confecção de seus perfis biográficos, enfatizando aspectos como formação, atuação docente, social e forma de ingresso como docentes na instituição, quando as fontes permitiram. Cabe ressaltar que a maioria dos professores não era especificamente de Desenho e que o Desenho era uma das muitas disciplinas que cada professor lecionava⁶.

O questionamento do caráter do Desenho ensinado no Atheneu Sergipense perpassou toda a pesquisa. Se o caráter era técnico, por que despertou o interesse para a carreira artística naqueles, por exemplo, que atribuíram ao professor Quintino Marques a influência para tal profissão? Se era artístico, descumpriam os professores as diretrizes estabelecidas pelos conteúdos traçados para o ensino secundário? No entanto, do quadro de professores de

⁶Apresento no segundo capítulo quem são os professores e quais são as diferentes disciplinas por eles lecionadas.

Desenho do Atheneu Sergipense, aparentemente apenas Quintino Marques poderia ter oferecido formação artística, pois era artista⁷ de profissão.

Sendo, portanto, um dos intentos desta pesquisa conhecer quais conteúdos de Desenho foram ministrados no Atheneu Sergipense, na ausência dos registros nas cadernetas, adotei o confronto entre listas de pontos para concursos de professores de Desenho da instituição, com os conteúdos previstos para o secundário nacional. Na inexistência dos exercícios, que poderiam significar os resultados reais⁸ do ensino, a observação dos resultados, um dos mais fortes componentes da História das Disciplinas Escolares, foi feita por meio do estudo das avaliações didáticas e práticas, bem como registros de desempenho e das notas dos alunos da disciplina.

Desse modo, esta dissertação tem como objetivo central estudar a história da disciplina Desenho no Atheneu Sergipense (1905-1930), atrelando as práticas desenvolvidas na instituição com as previsões legais em níveis nacional e estadual, bem como situar a disciplina nos discursos dos intelectuais⁹ que defendiam a presença do Desenho na educação secundária no Brasil do início do século XX.

Situando o objeto

O exercício de leitura das dissertações e teses levantadas referentes à História do Ensino de Desenho no Brasil, mais do que oferecer subsídios históricos, possibilitou a visualização da fragilidade de um campo ainda em construção. Cortelazzo (2004), em seu estudo sobre o Desenho na Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro, entre 1826 e 1851, chama a atenção para essa fragilidade, pois assim como ocorre nas pesquisas sobre a História das Disciplinas do Ensino Secundário, grande parte dos trabalhos que se propõem a estudar as disciplinas em nível superior, inclusive trabalhos que se debruçam sobre a História do Ensino de Artes, ladeiam o Desenho. Segundo Cortelazzo:

⁷Afastando-me da discussão sobre o conceito de gênio que tem sido objeto de preocupação dos filósofos da arte, classifico Quintino Marques como artista, pois, além do seu já conhecido domínio da técnica, era a arte da Pintura e do Desenho a sua profissão antes de ser convidado para se tornar professor do Atheneu Sergipense. Este acontecimento representou o reconhecimento social à relevância de sua obra para as chamadas Belas-Artes em Sergipe.

⁸Embora o adjetivo “real” soe um tanto quanto incômodo, Julia (2001) se refere às chamadas “práticas reais” como “as performances efetivamente alcançadas pelos alunos e a relação que elas mantêm com os textos normativos que definem os objetivos e o programa de uma classe em particular” (JULIA, 2001, p. 38).

⁹Dialogo com a noção de intelectual empreendida por Bourdieu (1996), que está descrita em nota na p. 28 desta dissertação.

Ao analisarmos a bibliografia existente sobre a produção artística no século XIX no Brasil percebemos que dentro dessa nova metodologia de ensino, as pesquisas priorizam questões mais amplas, abordando grandes temas, mas deixam de tratar o Desenho e seu ensino com o merecido valor e importância para a produção da Academia (CORTELAZZO, 2004, p. 21).

Base do ensino acadêmico, o Desenho configurou-se inicialmente como suporte para outras disciplinas do ensino secundário, como a Caligrafia e a Geografia, por exemplo, e protagonizou importantes discursos a favor do desenvolvimento nacional em fins do século XIX. Portanto, pesquisas que ignoram a existência do Desenho ficam desconectadas do valor que os registros históricos atribuem a essa disciplina.

Conforme Barbosa, A. (2008), o ensino de artes em instituições secundárias no século XIX é o ensino do Desenho geométrico ou linear¹⁰. Já nas primeiras décadas do século XX, o Desenho passa a integrar em seus conteúdos elementos artísticos, sem deixar de lado a sua característica linear, mas assumindo uma preocupação maior com questões e elementos estéticos. Em seu estudo sobre a Arte-Educação no Brasil, Barbosa, A. (2008) interroga acerca do status alcançado pelo Desenho Geométrico (em virtude das Belas Artes) em nossa cultura educacional, buscando a origem dessa assimilação. Segundo a autora, dois momentos distintos da História do Ensino de Artes no Brasil podem explicar bem essa questão. O primeiro refere-se ao processo de consolidação do ensino superior em Artes iniciado pela Missão Le Breton, em 1816. O segundo, à defesa de Rui Barbosa, em 1882, que ecoou no ensino secundário – quase como um prolongamento do século XIX – nas primeiras décadas do século XX e que associava a Arte à industrialização.

A implantação da educação superior de artes no Brasil esteve eivada de preconceitos devido à sua atmosfera elitista e estampa incompreensível para a maioria da população, que sequer recebera uma educação formal. O símbolo institucional desse momento era a Academia Imperial de Belas Artes, fundada em 1826. Ela formou importantes artistas brasileiros do século XIX – como Pedro Américo (1843-1905), que ingressou na Academia aos 13 anos de idade, e Victor Meirelles (1832-1903), que foi admitido naquela instituição aos 14 anos¹¹ – e alguns deles se tornaram professores de artes em diversas instituições superiores e secundárias do país.

¹⁰Explicito no primeiro capítulo as diferentes modalidades de Desenho que aparecem nesta dissertação.

¹¹Para um conhecimento prévio dos citados artistas, ver: PONTUAL, Roberto. **Dicionário das Artes Plásticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. Sobre a pintura no Brasil do século XIX, ver: FREIRE, Laudelino. **Um século de pintura**: apontamentos para a História da Pintura no Brasil de 1816 a 1916. Rio de Janeiro: Rôhe, 1916.

A análise do parecer¹² referente à reforma do ensino secundário e superior escrito por Rui Barbosa em 1882 torna evidente a expectativa em torno de um ensino de Desenho consolidado como marco para o processo de industrialização nacional. Naquele documento, Rui Barbosa expôs sobre a necessidade do ensino de Desenho e apresentou suas justificativas.

Em seu entendimento, o ensino do Desenho deveria assumir o caráter técnico – atendendo às finalidades de um país que ansiava o desenvolvimento industrial – e integrar os programas dos ensinos primário e secundário, como um meio de atingir a educação popular. Reforçando seu discurso, são apresentados ao longo do documento os exemplos de sucesso de outros países:

[...] o ensino do Desenho, a sua popularização, a sua adaptação escolar aos fins da indústria têm sido o principal motor da prosperidade do trabalho em todos os países já iniciados na imensa liça, em que se tem assinalado a Inglaterra, os Estados Unidos, a França, a Alemanha, a Áustria, a Suíça, a Bélgica, a Holanda e a Itália (BARBOSA, R., 1942, p. 166).

Sobre o mencionado documento, alguns aspectos de sua construção devem ser levados em consideração. Em relação ao parecer elaborado por Rui Barbosa, deve ser avaliado, em primeiro plano, o ambiente que confluuiu para a elaboração do documento – neste caso, os momentos finais dos oitocentos, período de intensas reflexões a respeito da educação no Brasil.

É clara, também, a influência do pensamento liberal¹³ que perpassa toda a escrita do documento. Afinal, o deputado Rui Barbosa “era à época um intelectual a serviço do Partido Liberal” (SANTOS, 2010, p. 25). Cabe lembrar que o discurso educador de Rui Barbosa é, sobretudo, um discurso político, representativo do grupo no qual estava inserido, e preconizava que “a redenção econômica do país estaria diretamente ligada à capacitação profissional dos seus cidadãos” (BARBOSA, A., 2008, p. 43). Foi a partir dessas premissas que dialoguei com os pareceres de Rui Barbosa, documento obrigatório para a construção desta história.

¹²BARBOSA, Rui. **Reforma do ensino secundário e superior**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942

¹³Embora fosse deputado filiado ao Partido Liberal e tivesse sua força discursiva pautada nos princípios do Liberalismo político-econômico com matrizes no pensamento de Locke (1632-1704) e Adam Smith (1723-1790), coaduno com a argumentação de Nascimento, T. (1997), que define o ecletismo como característica do pensamento de Rui Barbosa. Em nota, Nascimento, T. explica: “Rui Barbosa procura reunir teses conciliáveis de diferentes sistemas filosóficos, justapondo-as, negligenciando as partes divergentes destes sistemas. Procede, entretanto, de maneira arbitrária e sem critério preciso, de modo muito próximo do sincretismo. [...] seus argumentos provêm principalmente do liberalismo e das diferentes correntes que dele surgiram como positivismo, spencerismo, darwinismo, pragmatismo, assim como seus exemplos resultam de dados coligidos em países da Europa, América e até da Ásia” (NASCIMENTO, T. 1997, p. 43).

Assim, a defesa de Rui Barbosa em favor do ensino de Desenho explora como principais justificativas: o atraso do Brasil em relação a nações mais desenvolvidas industrialmente (comparações com Europa e Estados Unidos); a criação da indústria nacional (o Desenho como base da instrução industrial); a educação para o trabalho; e por fim, o caráter moralizador da arte. Enquanto o ensino de Belas-Artes era visto, pelo senso-comum, como representativo das elites, a proposta do ensino técnico do Desenho, com vistas a associar arte, ciência e desenvolvimento econômico, ganhava contornos mais definidos com a fala de Rui Barbosa.

Para dimensionar o alcance dos debates acerca da necessidade do ensino de Desenho no secundário nacional e, mais especificamente, verificar a abrangência do discurso de Rui Barbosa, busquei em Vecchia & Lorenz (1998) possíveis alterações no caráter do Desenho, entre 1850 e 1930. Inicialmente, os programas para o exame de 1850 e o programa de ensino, do ano de 1878, sugerem um ensino de Desenho que se confunde em seus conteúdos com o de Geometria¹⁴.

Nos programas para o ano de 1882, o ensino de Desenho apareceu juntamente com a Música e a Ginástica, associados às Artes Liberais. Cabe observar que nesse último ano, o Desenho começa a se configurar de maneira diferenciada da Geometria. A partir de então, aparece como proposta para os anos de 1892, 1893, 1895, 1898, 1912, 1915, 1926 e 1929 um ensino de Desenho sob uma perspectiva também artística, com conteúdos que variam entre Desenho de Observação, Desenho Livre, reprodução de flores, de paisagens, de partes do corpo e uso de instrumentos como o esfuminho – um rolo prensado em formato de lápis tradicional, feito de papel, feltro, dentre outros materiais, que é amplamente utilizado por desenhistas para a obtenção de sombras, resultantes do atrito com o grafite empregado nos contornos das figuras.

Conforme dito anteriormente, no tempo envolvido por esta pesquisa, o Desenho apresentou-se sob formas distintas; e ao longo das primeiras décadas do século XX novos elementos foram incorporados aos seus conteúdos. Em nível nacional, durante a vigência do Código Eptácio Pessoa (1901-1910), o Desenho fez parte do currículo secundário, sendo matéria de ensino do primeiro ao sétimo ano. Destaco nos conteúdos desse período a forte presença do modelo imitativo, por meio da representação de corpos de formas simples, no caso, ornatos arquitetônicos e industriais. Essa característica é uma junção de concepções

¹⁴Diferenças e similaridades serão expostas no primeiro capítulo desta dissertação, por meio de quadros com conteúdos das respectivas disciplinas

liberais e positivistas¹⁵ na elaboração dos conteúdos, no sentido de que prioriza o caráter técnico e desenvolvimentista do Desenho, ao passo que educa e contribui para a formação do caráter e da inteligência.

Em 1911, ocorreu a Reforma Rivadávia Correia, e seus pressupostos vigoraram até 1915. Naquele período, o Desenho passou a ser ensinado até a quarta série do ensino secundário, e, embora sua base fosse geométrica e linear, era forte a presença do desenho de observação de elementos naturais, bem como a prática do desenho de elementos arquitetônicos, uma característica herdada do ensino da Escola de Belas Artes.

Entre 1915 e 1925, a Reforma Carlos Maximiliano atuou com a pretensão de reorganizar o ensino secundário e superior no Brasil. Esse período deve ser entendido como o mais delicado para a história do ensino de Desenho no secundário brasileiro, já que o decreto de 1915 resolvia que a nota obtida nos exames de Desenho não serviria para a passagem de ano do aluno, sendo apenas uma forma de estímulo aos estudantes. Além disso, o titular da disciplina passou à categoria de professor “simplesmente”¹⁶, juntamente com os de Música e de Ginástica. Isso implicou uma perda significativa de status, pois os professores citados não tinham poderes de deliberação nos assuntos escolares.

Entre 1915 e 1925, o Desenho não fez parte das disciplinas distribuídas para o curso oficial, mas apareceu nos programas para o secundário como lições ministradas nos quatro primeiros anos, assim como a Ginástica. Os conteúdos constituíam-se de Desenho à Mão Livre, Desenho de Observação de Sólidos Geométricos e Desenho com Instrumentos de Precisão. Havia o predomínio do caráter geométrico em todos os níveis. Entretanto, as técnicas de luz e sombra, desenho de ornatos, variações de tonalidades e construção de mosaicos e painéis decorativos aliavam a arte à função técnica.

Com a legislação de 1925 – A Reforma João Luiz Alves da Rocha Vaz – o Desenho retoma seu lugar de obrigatoriedade no curso secundário, sendo lecionado do 1º ao 5º ano. Era obrigatória também a existência de dois professores da disciplina em cada “sessão”, ou seja, em cada modalidade – externato ou internato – no Colégio Pedro II e nas instituições equiparadas que delas dispusessem. Essa retomada de obrigatoriedade do Desenho, sobretudo das necessidades de aprovação nessa disciplina nos exames de promoção e admissão,

¹⁵Não se pode descolar o discurso educacional do momento político das décadas finais do século XIX e iniciais do século XX e os projetos educacionais devem ser apreciados como retratos desses momentos. No que se refere ao ensino do Desenho, “o Código Eptácio Pessoa, embora de um modo geral ainda na esfera de influência do positivismo, no que diz respeito aos objetivos e métodos do ensino do Desenho, propôs uma solução eclética, reunindo os princípios positivistas e liberalistas. Determinou como objetivo principal o desenvolvimento das ideias e do raciocínio: o modelo propedêutico positivista” (Barbosa, A., 2008, p. 77-78).

¹⁶“Chamam-se professores, simplesmente, os que ensinarem trabalhos gráficos, música ou ginástica, os quais estão sujeitos, em concurso, apenas à prova prática e à didática” (BRASIL, 1915).

representou uma significativa mudança, sobretudo na posição ocupada pelos professores de Desenho no interior das instituições escolares.

Por fim, cabe ressaltar que as análises da legislação descrita foram imprescindíveis para a percepção acerca do processo de formação do campo da disciplina Desenho no ensino secundário. As idas e vindas e a ciclicidade nas manipulações do Desenho nas previsões legais mostram que, até a sua consolidação como disciplina escolar na educação brasileira, muito se questionou acerca de sua real necessidade nos currículos escolares.

Dória (2008) analisou de que maneira o Desenho circulou entre distintas instituições e diferentes níveis de aprendizagem, aproximando-se das práticas efetivas desse ensino, tomando como base os manuais publicados e utilizados durante o século XIX. Para o autor, o Desenho ensinado durante o século XIX não se polarizava em técnico ou artístico, pois seria o resultado da junção entre essas duas modalidades.

O Desenho Geométrico tomaria assim larga presença nos currículos escolares entre fins do século XIX e inícios do XX, sendo privilegiado não apenas como instrumento formativo de um público e de uma massa de trabalhadores ajustados aos modos de produção e consumo industrial, a partir do projeto de instalação nas mentes e sensibilidades de um propalado ***espírito geométrico***, mas também como tipo de Desenho apropriado para os novos modos de produção do próprio conhecimento escolar, havendo assim uma sutil analogia entre os processos da fábrica e os da escola, buscando ambas uma uniformidade livre das arestas imprecisas da artesanaria e da subjetividade (DÓRIA, 2008, p. 3, grifo do autor).

Uma das questões mais delicadas e discutidas nos estudos em História do Ensino de Desenho é justamente a dicotomia entre belo e útil. Contudo, ainda segundo Dória (2008), a oposição entre técnico e artístico tornar-se-ia mais acirrada somente ao longo do século XX, e enxergar essa divisão no século XIX seria anacrônico.

Em meio à discussão da necessidade do ensino do Desenho, travada a partir do último quartel do século XIX, uma questão elementar surgia: Que profissionais atuariam na condução da disciplina? De forma bastante simplista Rui Barbosa sugeria que se não houvesse profissionais suficientes, que se importasse do exterior. No tocante à formação do professor de Desenho, no final do século XIX e que perdurou no início do século XX, Dória (2008) apresenta que a ligação existente entre as escolas de cunho superior – a saber: as aulas militares, as Academias de Belas Artes e os Liceus de Artes e Ofícios – estava no fato de que essas instituições formavam aqueles que atuariam no ensino elementar. Desta forma, o número de alunos formados pelas citadas instituições seria o suficiente para suprir a demanda.

Ao estudar a atuação docente durante a vida e a carreira como artista da pintora Anita Malfatti, Carvalho (2007) procura, por meio de uma biografia, entender as concepções e práticas empreendidas em sala de aula dessa professora. No tocante à formação da artista, Carvalho (2007) expõe que ela estudou no Mackenzie College, em São Paulo, e logo que concluiu seus estudos passou a lecionar na instituição. A autora traz à tona uma discussão relevante no que diz respeito à formação do artista que se torna professor, quando afirma a necessidade de que este tenha o conhecimento pedagógico da arte.

É comum perceber nos estudos que tratam da História do Ensino de Artes a presença de artistas atuando como professores. Alguns se limitaram aos seus ateliês; outros procuraram nas escolas a estabilidade da carreira docente (diferente da oscilante e imprevisível carreira artística), além da projeção, possibilitada pela ocupação de um espaço como professor de uma instituição de relevância. O caso do professor Quintino Marques no Atheneu Sergipense é ilustrativo, nesse sentido, visto que, para que pudesse realizar suas aspirações de estudar em Paris, assim como o seu conterrâneo Horácio Hora (1863-1890)¹⁷, Quintino Marques aceitou ser professor de Desenho do Atheneu Sergipense na esperança de ter o reconhecimento de seu trabalho e consequentemente ser premiado com subvenção de estudos¹⁸.

Conforme dito anteriormente, decodificar o caráter do Desenho que foi lecionado no Atheneu Sergipense foi premissa desta dissertação. Para tanto, busquei em Dondis (1991) e Wong (1998) as definições que me permitiram situar e tipificar o Desenho de acordo com suas especificidades – se linear, geométrico, à mão livre, por exemplo. Em relação aos manuais utilizados na disciplina do Atheneu Sergipense durante o período estudado, não obtive registro algum por meio das fontes. De acordo com Trinchão (2008), no secundário baiano foram adotados dois manuais, em períodos que se aproximam do recorte temporal desta pesquisa, sendo eles: *Noções de Geometria Prática* (1895), de Olavo Freire, e *Elementos de Desenho Geométrico* (1911), de Manoel Querino. Já nas previsões para o secundário nacional, aparece o compêndio de Benedicto Raymundo¹⁹, como indicado para o ano de 1915.

O caráter do Desenho lecionado no secundário sergipano foi objeto de estudo de Pereira (2008), que historiou a disciplina entre os anos de 1889 e 1906 no Atheneu

¹⁷Artista pintor sergipano que viveu entre 1853-1890. Laranjeirense, autodidata e dono de um talento pouco comum, foi agraciado com uma subvenção da Assembleia Legislativa de Sergipe para estudar artes em Paris. Lá fundou seu ateliê e residiu até sua morte em 1890.

¹⁸A importância de ser professor do Atheneu Sergipense será tratada no segundo capítulo desta dissertação.

¹⁹O Benedicto Raymundo da Silva, autor do compêndio indicado para a disciplina de Desenho na lei de 1915, provavelmente é o autor de *Lepdopteros do Brasil*, livro que tem como objeto de estudo diferentes tipos de borboletas aqui encontradas. Foi publicado no Rio de Janeiro, pela Imprensa Nacional em 1907.

Sergipense. Pereira (2008) pautou-se nos discursos de Alambary Luz e Rui Barbosa para construir seu entendimento de que “a única função do Desenho na educação era preparar mão-de-obra para a indústria” (PEREIRA, 2008, p. 28).

Acerca da afirmação de Pereira (2008), cabe uma reflexão fundamental: iniciei este trabalho afirmando que o século XX, em suas origens, apresenta-se como uma extensão do século antecedente. Desta forma, as concepções liberais disseminadas por Rui Barbosa desde a década de 1870 reverberaram até por volta dos anos 1930 nos programas de Desenho para o secundário nacional. Entretanto, não pode ser descartada a veia positivista que existe nessas formulações, sobretudo no Decreto nº. 8.659, de 5 de abril de 1911, a Lei Rivadávia Correa, na qual as propostas positivistas estavam mais que presentes. Mesmo o Código Eptácio Pessoa, de 1901, lei em vigor durante o período estudado por Pereira (2008), envolveu princípios liberais e positivistas em sua concepção, pois adotou as propostas difundidas por Rui Barbosa, casando-as com objetivos de desenvolvimento e raciocínio.

Mesclando intenções educacionais, políticas e econômicas, o ensino do Desenho esteve em pauta nas discussões de parte dos intelectuais da educação da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. Pode-se perceber a atmosfera geométrica que envolve essa disciplina. Essa geometrização favorecia tanto o objetivo econômico, de preparação daqueles que atuariam como força de trabalho no momento da industrialização nacional, quanto cumpria a tarefa disciplinadora, ao treinar os alunos para desenvolver suas tarefas com exatidão e precisão. O entendimento do lugar ocupado pelo Desenho no ensino secundário foi um dos primeiros passos para a composição da história dessa disciplina no Atheneu Sergipense. Essa compreensão permitiu a detecção dos conceitos e a construção do alicerce teórico que embasa esta pesquisa.

Corpus Conceitual

Faz algum tempo, Chervel (1990) e Julia (2001) alertavam para o início e a possibilidade das pesquisas acerca dos conteúdos de ensino como forma de compreensão das **práticas** educacionais realizadas no interior da instituição escolar. Desde então, vários estudos têm se debruçado sobre a temática da História das **Disciplinas Escolares** e construído um diálogo estreito com a compreensão de uma **cultura do ambiente escolar**. A partir desses estudos tornou-se possível questionar e obter respostas referentes às práticas do ensino e dos reais resultados obtidos por essas práticas.

Para que fosse possível a construção da história da disciplina Desenho (por meio do entendimento de suas **finalidades**, seus **conteúdos**, do papel do **docente**) no Atheneu Sergipense, operei com conceitos e termos específicos dos campos de pesquisa que apliquei nesta dissertação. Exponho-os aqui justamente porque, por vezes, as palavras parecem soltas, apenas expressões de composição de um texto, quando, na verdade, estão impregnadas de significados muito mais profundos.

1 A noção de Disciplina Escolar

“A disciplina é aquilo que se ensina. E ponto final” (CHERVEL, 1990, p. 177). Assim sendo, o termo que aparentemente designa exclusivamente as matérias de ensino, embora isso possa ser entendido como uma utilização genérica da palavra disciplina, ganha força quando se pensa no que se constitui o “aquilo que se ensina”, nos resultados que são atingidos com “aquilo que se ensina”, ou, especificamente, como se planejou “aquilo que se ensina”.

Ao pensar sobre o lugar das disciplinas escolares na História da Educação, Chervel (1990) provoca os pesquisadores, contrapondo o lugar-comum que define a escola como o local de ensino daquilo que fora criado como ciência por especialistas em outros lugares. É a noção, até sua análise, recorrente de que ao se pensar a escola apenas como uma transmissora de conteúdos seria legado à disciplina escolar o *status* de combinação entre saberes e métodos pedagógicos, relegando-lhe sua autonomia.

Forquin (1996) percebeu na relação existente entre os saberes escolares e as dinâmicas sociais o grande argumento em favor da legitimação da característica autônoma do espaço escolar. Essa relação por ele estudada leva à conclusão de que:

A escola não é apenas, com efeito, um local onde circulam fluxos humanos, onde se investem e se gerem riquezas materiais, onde se travam interações sociais e relações de poder, ela é também um local, o local por excelência nas sociedades modernas de gestão e de transmissão de saberes e símbolos (FORQUIN, 1996, p.28).

Projetada como uma possibilidade, ou como a possibilidade para o entendimento do funcionamento do ambiente escolar, especialmente da sala de aula, a disciplina surge como a compreensão da intersecção entre ideias pedagógicas e práticas reais. Para Pessanha et al. (2004), as respostas às questões postas por Chervel (1990), “mesmo sendo a base para o trabalho empírico sobre a História das Disciplinas Escolares, precisam ser analisadas como

processos e produtos das práticas escolares, isto é, da cultura escolar” (PESSANHA et al., 2004, p. 59).

Ao combater a ideia ordinária do espaço escolar como um local de difusão de ciências, Chervel (1990) apresenta a História das Disciplinas como um diferencial, pois, para ele, sem a identificação dos conteúdos de ensino, a História do Sistema Escolar não será diferente da história de outros sistemas. Julia compartilha desta noção e afirma ser,

[...] de fato a História das Disciplinas Escolares, hoje em plena expansão, que procura preencher esta lacuna. Ela tenta identificar, tanto através dos grandes objetivos que presidiram a constituição das disciplinas, o núcleo duro que pode constituir uma História renovada da educação. Ela abre, em todo caso, para retomar uma metáfora aeronáutica, a ‘caixa-preta’ da escola, ao buscar compreender o que ocorre nesse espaço particular (JULIA, 2001, p. 12-13).

Indo mais longe, é principalmente através da compreensão das grandes finalidades (funções sociais) que as disciplinas possuem, que a História das Disciplinas Escolares, para Chervel (1990), poderá desempenhar um papel importante na História da Educação.

1.2 Sobre os termos Conteúdos e Finalidades

Ao legitimar a História das Disciplinas Escolares como um campo de pesquisa, Chervel (1990) demonstra a reverberação alcançada pelos conteúdos escolares socialmente e, por isso, chama a atenção para a necessidade em se compreender os fenômenos produzidos pelas disciplinas escolares.

Porque são criações espontâneas e originais do sistema escolar é que as disciplinas merecem um interesse todo particular. É porque o sistema escolar é detentor de um poder criativo insuficiente valorizado até aqui é que ele desempenha na sociedade um papel o qual não percebeu que era duplo: de fato ele forma não somente os indivíduos, mas também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global (CHERVEL, 1990, p. 184).

A compreensão das finalidades do ensino escolar leva à compreensão da História das Disciplinas. Assim sendo, “a identificação, a classificação e a organização desses objetivos ou dessas finalidades são uma das tarefas da História das Disciplinas Escolares” (CHERVEL, 1990, p. 187).

É preciso levar em consideração, em relação às finalidades, o tempo e o espaço que circundam a composição de uma disciplina e observar, sobretudo, que diferentes épocas exigem diferentes finalidades. Na Reforma de 1901, o ensino de Desenho era justificado pelas ideias liberais de desenvolvimento econômico e social da nação. Daí a grande quantidade de conteúdos voltados para a modalidade mais técnica. Já na Reforma de 1911, quando o discurso liberal progressivamente perde o fôlego, o Desenho ganhou uma série de conteúdos que priorizavam, sobretudo, o desenvolvimento individual.

Somente com o estudo de uma disciplina posta em prática é possível diferenciar as finalidades de objetivo, ou seja, as pensadas para a disciplina, de suas finalidades reais, mais especificamente, os resultados atingidos. Observado isso, sucedeu-se a construção desta pesquisa sobre a história do Desenho no Atheneu Sergipense, vendo na prática como as finalidades e os objetivos propostos nas leis foram efetivados.

2 A noção de Práticas e Cultura Escolar

Procurar distinguir as finalidades propostas nos documentos, das reais práticas ou resultados, sabendo que é remotamente possível que a prática reproduza a teoria, é, segundo Chervel (1990), um dos grandes desafios do historiador das disciplinas. No caso desta investigação, um problema se projeta: Como analisar as práticas reais, se as evidências históricas distanciam as finalidades de objetivo das finalidades reais?

O estudo do Desenho no Atheneu Sergipense, entre 1905 e 1930, é representativo da disparidade entre o que é pensado e o que é posto em prática, em Educação, além de ser revelador, no tocante aos fatores que favorecem essa disparidade. Compreender esse fato somente foi possível à luz das discussões acerca da História das Disciplinas Escolares pensada por Chervel (1990) e da noção de Cultura Escolar empreendida por Julia (2001).

Para o estudo das normas e práticas que compõem o que Julia denomina *cultura escolar* é necessária a compreensão de três elementos que se fundem nessa cultura: “o espaço escolar, os cursos graduados em níveis e o corpo profissional específico” (JULIA, 2001, p. 14).

Neste estudo, busco compreender a disciplina Desenho destacando, sobretudo, a maneira como as práticas docentes e o espaço escolar favoreceram o “cumprimento ou descumprimento” da legislação prevista para o Desenho, sabendo que um dos pontos fortes de um estudo pautado na História das Disciplinas Escolares é a possibilidade do entendimento de que os textos normativos nem sempre nos remetem às práticas – embora sejam fundamentais

para o início da construção histórica. A necessidade da utilização dos marcos reguladores para a compreensão do funcionamento escolar é tratada por Viñao Frago (1998), que considera sobre o estabelecimento do confronto entre a legislação e outras fontes que compõem a pesquisa acerca da cultura escolar:

Teoría, legalidad y realidad no coinciden. Tampoco son compartimientos estancos o que difieran totalmente. Se determinan e influyen entre sí. Más aún, en cada uno de los tres aspectos pueden verse huellas de los otros dos. Una fuente histórica – un manual de pedagogía u organización escolar, una disposición legal, un diario o memoria escolar – nos remite a las otras (VIÑAO FRAGO, 1998, p. 8).

Entretanto, não encararei neste estudo os desvios dos caminhos pedagógicos impostos ao se conceber uma disciplina como um equívoco das práticas escolares. Pelo contrário: são exatamente esses desvios que transformam a disciplina em um ritual único, concedendo-lhe a autonomia e a especificidade que a tornam tão atraente.

A compreensão das práticas investigadas neste trabalho, especialmente, e quando possível, nas maneiras de transmissão dos conteúdos por parte dos docentes aos seus alunos, jamais seria possível sem a análise do papel do docente na condução de uma disciplina e na construção de uma cultura escolar. Destarte, a atuação dos professores de Desenho do Atheneu Sergipense e o próprio Atheneu Sergipense passaram a ser também objeto de apreciação desta dissertação. Analiso, portanto, os professores, sem restringir ao sentido da profissão. Procuo estudá-los como intelectuais que, além de lecionarem numa instituição de visibilidade social, ocuparam cargos políticos e atuaram em outras profissões nas quais também foram reconhecidos.

3 O docente: o capital e o campo

Estudos que compreendem a atuação de intelectuais têm contribuído sobremaneira para a compreensão do papel destes na constituição e consolidação do campo da História da Educação no Brasil. Foi através dos diálogos estabelecidos entre a História e a Sociologia que esses estudos passaram a abordar a presença do intelectual nas coxias da história, revelando um lado da atuação profissional que quase sempre escapou ao que o senso comum entende por intelectual.²⁰ Assim sendo, a compreensão da atuação dos professores de Desenho do

²⁰Em geral, a ideia de intelectual vem acompanhada de uma certa sacralização. Acerca disso, cf. CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 71.

Atheneu Sergipense será possível graças à tentativa de compreensão do campo no qual esses profissionais estavam inseridos. O cuidado que deve ser tomado aqui é o de evitar o que Bourdieu (2004) chama de “erro de curto-circuito”, ou seja, a associação do objeto a um contexto geral. Entre objeto e contexto, Bourdieu relata:

Que entre esses dois pólos, muito distanciados, entre os quais se supõe, um pouco imprudentemente, que a ligação possa se fazer, existe um universo intermediário que chamo o *campo* [...], isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas. A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias (BOURDIEU, 2004, p. 20, grifo do autor).

O entendimento desse conceito sugere-nos que o campo é, sobretudo, um espaço de disputas; espaço que permite, inclusive, que a força seja utilizada para a manutenção do próprio campo. Portanto, em relação ao campo intelectual, é mister entender a posição do escolhido para ser estudado e, ao ouvir sua voz, investigar de onde ela vem. Ou mais precisamente, “é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, suas tomadas de posição” (BOURDIEU, 2004, p. 23).

A noção de campo supracitada pode ser devidamente aplicada ao Atheneu Sergipense se o entendermos como um espaço de disputas e projeção no campo intelectual, devido à sua visibilidade como instituição maior do ensino secundário do estado de Sergipe no início do século XX.

A respeito dessa instituição, Alves (2005) apresenta o Atheneu Sergipense como um estabelecimento de ensino diferenciado, pela sua qualidade em diversos aspectos. Essa escola foi a primeira instituição oficial de ensino secundário de Sergipe, motivo de orgulho para a Província, configurando-se em uma escola modelo, que influenciou, inclusive, a vida cultural do estado.

Em sua escrita da história da instituição, Alves (2005) discorre acerca da importância de ser lente daquele estabelecimento. A análise dos discursos de intelectuais do período, eternizados pela imprensa ou mesmo registrados em livros de visitas da instituição, realizada por Alves (2005) é indiciária de que se tornar lente do Atheneu Sergipense era, àquela época, a coroação da carreira do intelectual sergipano.

Além disso, deve-se levar em consideração o que diz Bourdieu (2004) sobre o papel dos agentes do campo científico. Cf. BOURDIEU, 2004, p. 31.

Segundo a autora, os primeiros professores da instituição foram selecionados pelo Governo, ou seja, foram convidados a assumir as cadeiras por trazerem em sua trajetória de vida traços que lhes conferiram a credibilidade necessária para que pudessem ocupar tal posição. Os perfis desses professores têm em comum o que Bourdieu (2004) define por *capital*. Na verdade, uma soma de tipos de capital²¹ compõe esses perfis.

Com esse entendimento, foram selecionados lentes que traziam em suas vidas anteriores experiências de magistério, conhecidos e respeitados pela sociedade. Nesse tipo de seleção **deve** ter havido a imposição do poder, uma vez que, para o primeiro quadro de docentes do Atheneu Sergipense, não houve concurso, e os “mais aptos” foram indicados (ALVES, 2005, p. 45, grifo meu).

A hipótese acima pressupõe, à luz do conceito de Bourdieu (2004), a coexistência dos capitais científicos. Embora esses dois tipos de capital, o “puro” e o institucional sugiram certa autonomia do primeiro em relação ao segundo (daí o puro entre aspas), Bourdieu nos mostra que o portador do capital científico “puro” tende a se localizar nas estratégias políticas dos detentores do capital institucionalizado. Para exemplificar, Bourdieu utiliza o caso dos concursos “que podem, de fato, estar muito próximos dos concursos de recrutamento burocrático, no qual a definição do posto está, de algum modo, pré-ajustada à medida do candidato desejado” (BOURDIEU, 2004, p. 37).

Ou seja, no momento da consolidação do Atheneu Sergipense como instituição maior do ensino em Sergipe, a estratégia do poder público de convidar intelectuais socialmente reconhecidos é emblemática do intuito de legitimar o Atheneu Sergipense como a representação das ações e dos ideais de desenvolvimento da educação na província.

Com o entendimento dos conceitos expostos, foi possível visualizar de que maneira seriam interrogados os documentos que alimentariam a escrita desta história. A operação historiográfica, que se deu de acordo com os pressupostos teóricos e metodológicos da História Cultural, está descrita no tópico seguinte.

²¹Em questão aqui, o que Bourdieu (2004) denomina por *capital científico*. Para Bourdieu, esse capital apresenta duas espécies (que podem coexistir). A saber: o *capital científico “puro”* e o *capital científico institucional*. O primeiro refere-se ao reconhecimento, pelos pares, às contribuições oferecidas ao progresso das ciências; o segundo, a estratégias políticas de permanência e ocupação dos espaços de poder. Ao primeiro tipo de capital, podemos relacionar o conceito de *intelectual* empreendido por Bourdieu, que versa: “O intelectual constitui-se como tal intervindo no campo político em nome da autonomia e dos valores específicos de um campo de produção cultural que chegou a um alto grau de independência em relação aos poderes (e não como o político com forte capital cultural, com base em uma autoridade propriamente política, adquirida à custa de uma renúncia à carreira e aos valores intelectuais)” (BOURDIEU, 1996, p. 147).

Corpus documental

Ao considerar o papel do historiador na construção da História das Disciplinas Escolares, Chervel nos diz que “a primeira tarefa do historiador das Disciplinas Escolares é estudar os conteúdos explícitos do ensino disciplinar” (CHERVEL, 1990, p. 203). Ao apresentar um verdadeiro manual de pesquisa acerca dessa modalidade, ele destaca a importância do estudo das finalidades do ensino, bem como as fontes necessárias para este tipo de investigação:

Neste estágio, uma primeira documentação abre-se imediatamente diante do historiador, a série de textos oficiais programáticos, discursos ministeriais, leis, ordens, decretos, acordos, instruções, circulares fixando os planos de estudos, os programas, os métodos, os exercícios, etc. (CHERVEL, 1990, p. 188).

O trabalho com fontes oficiais, neste caso documentos administrativos produzidos pelo Atheneu Sergipense, exigiu-me cuidado redobrado. Dessa forma, tornou-se imprescindível o estabelecimento de uma relação baseada na desconfiança da veracidade desses documentos. Não há uma produção de memória, deste tipo, que seja ingênua. Os documentos oficiais, assim como outras fontes históricas, foram e são elaborados baseados em intenções, as mais diversas, e em interesses, os mais variados, ambos representativos de quem os originou.

De qualquer modo, as fontes que foram utilizadas na construção desta história foram produzidas dentro do ambiente administrativo do Atheneu Sergipense. O consolo surge da lembrança de Le Goff (1992), que recorre a Febvre (1949) e Bloch (1941) para reafirmar que devemos flertar com as ausências e construir a história com ou sem documentos. Diante deste fato, debutar contrariamente sobre este tipo de fonte seria como dançar em terreno pantanoso. Entretanto, não penso que por se tratarem de documentos administrativos, as fontes aqui estudadas devam ser analisadas de maneira diferenciada. O cuidado ao qual me refiro deve ser o mesmo dispensado a qualquer outro tipo de fonte.

No caso da tentativa de reconstituição das práticas internas de um ambiente escolar as fontes oficiais são indispensáveis. Este tipo de documentação é ferramenta básica para os historiadores das disciplinas escolares. No caso deste estudo específico, constituiu-se em matéria-prima fundamental para a construção da história e das práticas do ensino de Desenho no Atheneu Sergipense.

A busca pelo entendimento do funcionamento interno da escola através da tentativa de reconstrução de suas práticas cotidianas projeta a questão das fontes como primordial. Acerca dessa questão, Julia (2001) afirma que

Sem dúvida, não devemos exagerar o silêncio dos arquivos escolares. O historiador sabe fazer flechas com qualquer madeira: quanto ao século XIX, pouco que procure e que se esforce em reuni-los, os cadernos de notas tomadas pelos alunos (mesmo sendo grande o risco de se verem conservados apenas os mais bonitos deles) e os cadernos de preparações dos educadores, não são escassos e, na falta destes, **pode-se tentar reconstituir, indiretamente, as práticas escolares a partir das normas ditadas nos programas oficiais** ou nos artigos das revistas pedagógicas (JULIA, 2001, p. 17, grifo meu).

O que Julia (2001) diz é que quando as práticas não deixam traços, entra em cena a habilidade do pesquisador na construção da história. Trabalhar com o silêncio também é uma possibilidade, e interrogar aquelas fontes que nos parecem não dizer nada pode ser o primeiro passo no exercício da pesquisa. Fato é: todos os vestígios de uma história podem e devem ser considerados como fontes e devem ser analisados em conjunto com os documentos oficiais. Nenhuma fonte pode ser desprezada.

Seguindo os pressupostos supracitados, para o desenvolvimento desta pesquisa, realizei inicialmente uma busca no Banco de Teses e Dissertações da Capes, com o intento de localizar a produção acerca da História do Ensino de Desenho, História da Disciplina Desenho, História do Ensino de Artes e Biografias de Professores de Desenho, Artes ou de Artistas que desenvolveram a carreira docente. Localizadas estas, após as leituras, foi feita a seleção do pequeno número de trabalhos que satisfazia o tema procurado. Paralelamente, os primeiros momentos desta pesquisa foram encerrados com a conclusão do levantamento de fontes no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS), onde foram localizados documentos que dizem respeito ao objeto em questão, sendo eles: atas da congregação do Atheneu Sergipense, correspondências administrativas, publicações na imprensa, relatórios administrativos, boletins e solicitações de materiais para aulas de Desenho, além de um conjunto de modelos no formato de lâminas, contendo imagens utilizadas nas cópias das aulas de Desenho.

A investigação dos textos legislativos do estado de Sergipe ocorreu na Documentação Sergipana e na Hemeroteca da Biblioteca Pública Epifânio Dória, onde foram localizadas as reformas educacionais, leis e decretos, entre 1900 e 1930. A partir de então, foi realizado um levantamento da legislação pertinente ao ensino de Desenho e de Artes no acervo digital

existente no site da Câmara Federal, de onde extraí os textos das reformas educacionais entre 1901 e 1930. A partir da confluência entre todo o material conceitual e documental encontrado, passei a operar na escrita dessa história, cuja estruturação está descrita a seguir.

Estrutura da dissertação

O primeiro capítulo, denominado **A disciplina Desenho: da defesa de Rui Barbosa às leis para o secundário nacional e para o Atheneu Sergipense**, é dedicado ao estudo da legislação estadual e nacional que envolve o ensino de Desenho. Nele, apresento as propostas pedagógicas de Rui Barbosa para o ensino da citada disciplina, de modo a entender de que maneira suas ideias influíram nas posteriores escolhas dos conteúdos, ou seja, na finalidade do Desenho a ser lecionado no secundário brasileiro. Analiso naquele capítulo o Desenho nas previsões educacionais para posteriormente estabelecer as diferenças e as similaridades entre o prescrito e o posto em prática, sob a ótica dos registros encontrados acerca dessa disciplina no Atheneu Sergipense.

O segundo capítulo, intitulado **Atheneu Sergipense, os docentes e o Desenho: cenário, atores e textos do cotidiano da disciplina**, discorre acerca do Atheneu Sergipense como um espaço de disputas e projeção intelectual no campo da intelectualidade sergipana. Os professores de Desenho do Atheneu Sergipense (1905-1930) foram estudados, sem restringir o entendimento e a narrativa à atuação desses docentes aos limites da instituição e da disciplina, mas buscando compreendê-los como intelectuais atuantes na sociedade. Nesse capítulo é abordada a questão da rotatividade dos docentes – por meio da análise e interpretação da troca de correspondências entre o Atheneu Sergipense e outras instituições – no comando das mais diferentes disciplinas, tanto como um fenômeno derivado da formação dos professores, quanto do ponto de vista da possibilidade de o Atheneu Sergipense sofrer a falta de profissionais preparados para preencher seu quadro docente.

No terceiro capítulo, apresento **histórias da disciplina Desenho no Atheneu Sergipense entre 1905 e 1930**, com o objetivo de ilustrar as práticas em torno dessa disciplina, as quais se evidenciaram com o desenrolar desta pesquisa. Para tanto, narrei episódios como concursos para professores de Desenho; examinei notas atribuídas por um professor da disciplina; a atuação de professores de Desenho nas reuniões da Congregação do Atheneu Sergipense. Escrevi brevemente sobre alunos que se tornaram artistas e, por fim, apresento uma coleção com exemplos de ornamentação, provavelmente utilizada como modelos para as cópias das aulas de Desenho.

As opções pelas formas de narrativas supracitadas buscam, acima de tudo, romper com as limitações geradas pelos poucos registros existentes, para dar visibilidade ao período que foi decisivo para a consolidação do Desenho como disciplina escolar no secundário nacional e estadual, evidenciando, sobretudo, a consonância entre o *Atheneu Sergipense* e as discussões travadas nos grandes centros do país.

Capítulo 1 – A DISCIPLINA DESENHO: DA DEFESA DE RUI BARBOSA ÀS LEIS PARA O SECUNDÁRIO NACIONAL E PARA O ATHENEU SERGIPENSE

El marco legal de una actividad es a la vez molde y huella. Molde de la realidad que regula y conforma. Y huella o indicio de esa misma realidad. El análisis de las disposiciones legales sobre la distribución del tiempo escolar ofrece, por ello, un doble interés. Por un lado, representan la voluntad política y, en este sentido, expresan lo que en un determinado momento se pretende y prescribe. Reflejan una decisión final, tras un proceso complejo, frente a otras decisiones posibles, así como la pretensión de sujetar la realidad a la misma. A la vez, sin embargo, la norma recoge y legaliza prácticas anteriores. No es la realidad, pero unas veces mira al futuro y otras al pasado. De ahí su interés (VIÑAO FRAGO, 1998, p.32).

As três primeiras décadas do século XX – período delimitado por esta pesquisa – foram marcadas, no campo da arte, pelo surgimento do Modernismo – movimento estético que, aparentemente, cortaria o cordão umbilical existente entre a arte brasileira e a produção europeia. Imbuída de caráter nacionalista, a escola que “nasceu” em 1922 obteve sucesso, ainda que anos mais tarde, na contribuição para a construção de uma identidade artística nacional.

Fala-se aqui de um momento em que o país iniciou a redefinição dos rumos de sua produção artística, representado por um pequeno mas significativo número de artistas paulistas que pensaram, idealizaram, puseram em prática e conseguiram, ainda que não de imediato, dar um novo significado à arte brasileira.

Oswald de Andrade, sábia e ironicamente, escrevera em 1928: “A nossa independência nunca foi proclamada” (ANDRADE, 1928, s/p), numa referência clara à maneira como o Brasil deixou de pertencer efetivamente – teoricamente – a Portugal, e como, em artes, ainda estávamos engatinhando, desempenhando o papel de filial do mundo europeu, mesmo tendo surgido aqui, antes mesmo da metrópole, a Academia Imperial de Belas Artes (1826).

Ao gosto da corte, a primeira Academia de Artes do Brasil foi projetada no Rio de Janeiro, no século XIX, quando se consolidou e se tornou modelo para a arte nacional. Nela, formavam-se os artistas e inspiravam-se aqueles que aspiravam à carreira. Seu estilo era o neoclássico – corrente estética que, no Brasil, rompeu com o rebuscamento existente até então na arte nacional, impondo criações simples e racionais remetentes à arte da antiguidade clássica – que influenciou diretamente na produção nacional durante todo o século XIX.

O sucesso da arte acadêmica do Brasil oitocentista adentrou o século XX e não perdeu força ao encontrar-se de frente com o Modernismo. Talvez tenha perdido algo de seu sentido, mas força, não. Enquanto os modernistas no movimento por uma nova arte brasileira encontravam simpatizantes pelo país, eram artistas acadêmicos como Pedro Alexandrino (1856-1942), Rodolfo Chambelland (1879-1967) e Benedito Calixto (1853-1927) que se destacavam no cenário nacional, inclusive na formação técnica dos modernistas, como Pedro Alexandrino que deu aulas particulares de pintura a Anita Malfatti (1899-1961) e Tarsila do Amaral (1886-1973).

De fato, as academias – já transformadas em Escolas de Belas Artes em 1881 – haviam sofrido abalos institucionais fortes após a proclamação da República. Contudo, ainda eram os centros formadores dos profissionais que atuavam no ensino primário e no secundário nacional. O Modernismo, e a produção que apontava sua iminência desde o final

do século XIX, não atingiram o ensino secundário de artes no período estudado por esta pesquisa. É importante ressaltar, de antemão, que o ensino de artes no secundário desde o século XIX até o fim da primeira metade do século XX é o ensino do Desenho relacionado às artes aplicadas. Disciplinas como Retórica, Filosofia e Moral e Instrução Cívica apresentaram conteúdos voltados para a Teoria e a História da Arte. Já a Geometria configurava-se com conteúdos similares ao do Desenho em diversas ocasiões e, quando o Desenho não era relacionado como disciplina em determinadas séries, seus conteúdos podiam ser vistos em Geometria.

A evidência disso está na presente exposição dos conteúdos de Desenho previstos para o secundário nacional e consequentemente, por vezes, adotados pelo Atheneu Sergipense. As sucessivas reformas, entre 1901 e 1930, trataram do ensino de Desenho sem alterações mais profundas em relação aos conteúdos, mas alteraram de maneira decisiva o curso de uma disciplina que, embora promissora, sempre ocupou um espaço delicado nas concepções educacionais.

1.1 Um recuo necessário: as justificativas apresentadas por Rui Barbosa e outros intelectuais para a inserção do ensino de Desenho no secundário nacional

A presença do desenho nos programas do secundário brasileiro nunca se justificou por ser tal disciplina um fim em si. Contrariando as interpretações de ordem natural, a gênese do campo da disciplina escolar Desenho revela uma intensa discussão em favor de seu espaço na educação secundária brasileira desde as décadas finais dos oitocentos.

Data da segunda metade do século XIX o acirramento dos debates atinentes à necessidade de introdução do Desenho nas escolas primárias e secundárias brasileiras. Os intelectuais da transição Império-República já buscavam as possíveis soluções para os problemas que se projetavam na sociedade brasileira do período. Muito se discutiu o ensino profissional e a construção de uma força de trabalho capaz de atuar na indústria nacional, além da possibilidade civilizadora existente no estudo das artes aplicadas.

Dentre os intelectuais²² que versaram sobre o ensino técnico como instrumento civilizador e de desenvolvimento, Rui Barbosa foi o que mais se destacou na defesa do ensino de Desenho de caráter técnico que pudesse ser aplicado ao fazer industrial. O posicionamento

²²Sobre a questão da educação do povo planejada pelos intelectuais da transição império-República, ver: CUNHA (2005).

de Rui Barbosa evidenciou-se na escrita dos pareceres elaborados por ele para a Reforma Leôncio de Carvalho²³. Barbosa demorara quase dois anos para construir tais pareceres²⁴.

Publicado em abril de 1882, o parecer que assumiu o formato de projeto para o ensino secundário e superior não foi adotado, mas inspirou reformas posteriores. Ao menos todas as estudadas por esta dissertação sofreram essa influência.

A defesa de Rui Barbosa contestava a noção corrente no Brasil de que o ensino de Artes era uma “prenda de luxo”, um objeto de deleite para a corte. Ao observar através das idas às exposições universais o papel desempenhado pelo Desenho no crescimento industrial de nações desenvolvidas, Rui Barbosa atentou ao que, para ele, poderia ser crucial à formação daqueles que trabalhariam na indústria brasileira na ocasião de seu crescimento.

Defendia Rui Barbosa, em primeiro lugar, que se tomasse o Colégio Pedro II como a instituição modelo para a instrução secundária nacional e que, além disso, abrangesse o ensino técnico de preparação para o trabalho industrial. Este seria o meio de corrigir o mal que, segundo Rui Barbosa, atingia os condutores do império brasileiro, a falta de percepção de que quanto menos instruída a camada popular de uma nação mais pobre ela seria.

O ensino técnico defendido por Rui Barbosa tinha por objetivo o desenvolvimento econômico da nação – fundamento de seu pensamento liberalista. “Depois, o meio de ter dinheiro, é habilitar o povo para produzi-lo, educando-o; e povo educado, não o tereis nunca, se não começardes despendendo liberalmente com as reformas do ensino” (BARBOSA, R. 1942, p. 149).

A construção argumentativa de Rui Barbosa é quase um passeio pela Europa. Primeiro, a Alemanha à qual recorrera constantemente para exemplificar de que maneira a reorganização do ensino superior e do ensino público, com a inserção de escolas de instrução prática, foi fundamental para seu desenvolvimento na segunda metade do século XIX, projetando aquele país à frente das demais nações europeias.

Quando discorreu acerca da educação artística, Rui Barbosa – citando Walter Smith – considerou recente o reconhecimento por “parte da humanidade que se exprime em inglês” (BARBOSA, R. *apud* SMITH, 1942, p. 160) da utilidade deste tipo de ensino. Esse reconhecimento tardio ocorreu por conta de um fenômeno que também atingia o Brasil, que era a noção já citada anteriormente, da arte como um supérfluo, ou um passatempo. Em virtude desse “preconceito”, os formuladores de nossa educação deixaram de considerar a

²³Cf. SOUZA, Francisco Alencar de. **Os Tempos do Império: uma análise da Reforma do Ensino Livre de 1879**. (2006). Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

²⁴Sobre os pareceres de Rui Barbosa para o secundário nacional, ver: SANTOS (2010).

possibilidade da utilização da Arte e da transformação desta em um instrumento de educação. Assim, Rui Barbosa entra no mérito do ensino do Desenho na educação elementar, questionando entusiasticamente se o Desenho não deveria preceder até mesmo à escrita e afirmando que o Desenho é, em si, um tipo de escrita.

Recorrendo à Inglaterra, Rui Barbosa apresentou a alteração no número de aulas de Desenho, para o dobro, como responsável pela melhora do desempenho dos alunos na execução de desenhos, da escrita e na diminuição do preconceito com a arte. Desta forma Barbosa segue viagem:

O ensino de Desenho, a sua popularização, a sua adaptação escolar aos fins da indústria têm sido o principal motor da prosperidade do trabalho em todos os países já iniciados na imensa liça, em que se têm assinalado a Inglaterra, os Estados Unidos, a França, a Alemanha, a Áustria, a Suíça, a Bélgica, a Holanda e a Itália” (BARBOSA, R., 1942, p. 166).

Mas é ao falar do Desenho nos Estados Unidos que Rui Barbosa deixa transparecer a sua simpatia pelos métodos adotados pelo professor Walter Smith, “o grande fundador da Educação Artística em Massachusetts” (BARBOSA, R., 1942, p. 166). Barbosa transcreveu dez páginas da obra de Smith *Art, education, scholastic and industrial* em seu parecer sobre o ensino secundário, um indicativo de que a sua proposta posterior de reforma teria como modelo o norte-americano, isto é, de dar grande ênfase ao ensino técnico.

Tamanha certeza da necessidade da inserção do Desenho nos planos de estudos do secundário nacional levou Rui Barbosa a cogitar a possibilidade, assim como se fez nos Estados Unidos, da contratação de estrangeiros, no caso de não ter o Brasil profissionais suficientes para suprir a demanda.

Uma questão que emergiu com a gênese do campo da disciplina escolar Desenho foi a da divisão entre Desenho Artístico e Desenho Técnico. É ela que vai orientar os discursos dos intelectuais do período que, embora comunguem com o bem maior, que se referia à adoção da disciplina, divergiam opiniões em relação ao sentido da modalidade a ser adotada. É a oposição entre (concepções) liberais e positivistas.

Contemporâneo²⁵ de Rui Barbosa, José Carlos de Alambary Luz fez ecoar o discurso que denominava o desenho como um dos mais importantes caminhos para o desenvolvimento

²⁵Villela (2002) chama atenção “para o fato deste pensamento pedagógico não se iniciar com Rui. A sua missão, nem por isso menos importante, foi dar um corpo orgânico a um conjunto de ideias que se encontravam dispersas e que não eram exclusivamente suas. [...] Alambary Luz foi um desses homens da geração que antecedeu a de Rui Barbosa e a quem cabe o mérito de ter iniciado um movimento de modernização pedagógica num momento ainda obscuro, mas que deixou sementes que germinaram aqui e ali adiante” (VILLELA, 2002, p. 51-53).

nacional. Muito escreveu sobre a importância do Desenho Industrial e da necessidade de organização de um ensino de Desenho para as escolas, ainda amadoras no suporte para a prática dessa disciplina.

Afirma Villela (2005) que “Alambary compartilhava das crenças de seu tempo no progresso que adviria dos avanços da técnica associada à produção. Lamentava que a organização da escola não possibilitasse um preparo eficiente dos futuros mestres” (VILLELA, 2005, p. 163). Nas palavras de Alambary Luz e Rui Barbosa pode-se perceber a preocupação comum quanto à questão da formação dos professores de desenho para atuar no secundário.

Tomou parte nos debates também, o paraense Theodoro Braga²⁶. Segundo Barbosa, A. (2008):

Sua campanha em prol do desenho decorativo, com fins de aplicação à indústria, o levava a ser frequentemente convidado para palestras. Falava e discursava muito bem. Suas palestras eram quase sempre sucessos garantidos. Como bom liberal, defendia a educação pública e a educação dos operários, mas é curioso que aceitasse sem críticas a educação do desenho para o trabalhador e a arte para os ‘pouco felizes’ (BARBOSA, A., 2008, p. 6).

Alambary Luz, Rui Barbosa e Theodoro Braga partilharam de concepções acerca do Desenho que articulam princípios liberais e positivistas. Barbosa, A. mostra que Theodoro Braga, por exemplo, “defendia um programa baseado nas aplicações do Desenho à indústria”, em que pese sua concordância “com o ensino do desenho geométrico como passo inicial, mas seguido do desenho natural ‘porque o primeiro mostrará o matemático em embrião, mas o segundo apontará o artista da alma nobre e elevada’” (BARBOSA, A., 2008, p. 3, 85).

Em relação a Alambary Luz, Villela (2002) considerou:

Se o seu discurso demonstra total articulação em matéria pedagógica, esconde, na mesma proporção, suas vinculações político-ideológicas. [...] Quanto à sua vinculação político partidária torna-se difícil defini-la, pois seus artigos no jornal, seus relatórios administrativos, seus discursos sempre evidenciam questões técnico-pedagógicas e deixam encobertas as políticas (stricto sensu) (VILLELA, 2002, p. 47).

Segundo a autora, a análise do pensamento de Alambary Luz traz explicações sobre as origens da vertente liberal modernizadora na educação brasileira.

²⁶ Afirma Barbosa A. (2008) que “Theodoro Braga (1872-1953) teve larga influência no ensino da Arte no Brasil, vindo a ensinar no Rio e em São Paulo, tendo sido inclusive o organizador do ensino profissional do Distrito Federal em 1923” (BARBOSA, A., 2008, p. 84).

A defesa desses intelectuais estava afinada e em total consonância com o que acontecia em outros países²⁷. Assim sendo, viam no ensino de Desenho a possibilidade de crescimento industrial, bem como de melhoria social. Decerto não era a intenção de Rui Barbosa discorrer sobre a necessidade da educação artística no ensino secundário. A defesa de Rui Barbosa era prática, voltada para o desenvolvimento econômico do Brasil. É fato que seu projeto não foi posto em prática. Contudo, seu pensamento foi um sucesso se for levado em consideração o fato de que, mesmo após três décadas de publicado, nuances e por vezes a explicitude de suas ideias podem ser percebidas nas reformas analisadas a seguir.

1.2 Leis do Brasil e de Sergipe: o Desenho nas reformas do ensino entre 1901 e 1930²⁸

1.2.1 O Código Eptácio Pessoa (1901-1910)

O Decreto nº. 3890, de 1º de janeiro de 1901, “aprova o código dos institutos oficiais de ensino superior e secundário, dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores” (BRASIL, 1901).

O Código Eptácio Pessoa tratou de maneira especial do ensino secundário. Por ele era regido o Ginásio Nacional, como era chamado o Colégio Pedro II à época – a instituição referência para o secundário no país. Princípios positivistas e inspirações liberalistas encontraram-se no texto dessa lei. A presença do discurso de Rui Barbosa pode ser percebida em relação ao Desenho técnico, nos programas e conteúdos do secundário de 1898, que foram utilizados entre 1901 e 1910.

Na previsão de 1898²⁹, o Desenho esteve presente em todas as séries do curso secundário, que tinha a duração de sete anos. Assim estavam divididos os conteúdos:

²⁷Cunha (2005), ao tratar do pensamento dos intelectuais do império na defesa do ensino profissionalizante, dentre eles Rui Barbosa, questiona a noção recorrente que qualifica esses pensamentos como ‘ideias fora do lugar’. Cunha expõe: “em suma, se muitas das ideias dos intelectuais do império a respeito do ensino profissional começaram ‘fora do lugar’, elas foram se ajustando, ‘entrando no lugar’, ou, dito de outro modo, elas foram aderindo à realidade a que se referiam (sem coincidirem com ela, já que eram de natureza ideológica)”. (CUNHA, 2005, p.183).

²⁸A legislação aqui estudada é restrita à análise e interpretação dos pontos que envolvem ou se referem ao Desenho de maneira direta. Para um maior conhecimento histórico acerca dos efeitos das reformas educacionais nacionais na educação sergipana e das reformas educacionais estaduais, ver: NUNES (1984).

²⁹O Código Eptácio Pessoa de 1901 finaliza propostas anteriores, como os Decretos nº. 2.857, de 30 de março de 1898; Decreto nº. 3.251, de 8 de abril de 1899; Decreto nº. 3.285, de 20 de maio de 1899 e Decreto nº. 3.491, de 11 de novembro de 1899. Os programas pensados para o ano de 1898 vigoraram até 1911.

Quadro 1: Programas para o Colégio Pedro II em 1898 – Conteúdos de Desenho

SÉRIE	CONTEÚDOS
1º ano	Desenho Linear: seus elementos, sua divisão em linear geométrico e linear, a vista de sua utilidade e importância. Desenho Linear Geométrico: definições das principais figuras geométricas, suas propriedades e soluções dos problemas por processos gráficos.
2º ano	Perspectiva linear e das sombras projetadas. Noções gerais das ordens de Arquitetura. Desenho linear à simples vista. Exercícios gráficos das principais figuras geométricas sem instrumentos de precisão. Explicação dos seis tons de claro e escuro; exercícios de claro-escuro; das esferas, cilindro e prisma.
3º ano	Desenho imitativo. Representação de corpos de formas simples: ornatos arquitetônicos e industriais.
4º ano	Flores e frutos copiados de modelos em gesso.
5º ano	NÃO ESPECIFICADO
6º ano	Deveria ser o mesmo programa do quinto ano.
7º ano	Deveria ser o mesmo programa do quinto e do sexto ano.

FONTE: Quadro elaborado a partir dos conteúdos, extraídos dos programas para o secundário brasileiro, organizados por Vecchia & Lorenz (1998).

No primeiro ano, a disciplina Desenho tinha uma abordagem bastante elementar, configurando-se na familiarização dos alunos com os elementos e as formas que seriam ensinadas nos anos seguintes. Ademais, os exercícios voltados para a solução de problemas gráficos fazem a aproximação dos conteúdos desta disciplina com os de Geometria. Já no segundo ano, havia a presença de um caráter mais subjetivo da disciplina, se for observada a existência de exercícios voltados para as obtenções de tonalidades e os Desenhos de observação.

O terceiro ano era marcado pela presença do Desenho imitativo e dos ornatos arquitetônicos e industriais. Os conteúdos daquela série ilustram o ecletismo na elaboração do programa:

O Desenho com a conotação de preparação para a linguagem científica era a interpretação veiculada pelos positivistas; o Desenho como linguagem técnica, a concepção dos liberais. Entretanto, a partir de 1901, passaram a exigir uma gramática comum, o Desenho Geométrico, que era proposto nas escolas primárias e secundárias como um meio, não um fim em si próprio (BARBOSA, A. 2008, p. 81).

Isso significa que a junção dessas duas correntes de pensamento é evidente se for observada a presença do Desenho Imitativo, este voltado para fins de aplicações industriais, bem como os conteúdos do quarto ano, voltados para uma modalidade mais artística de Desenho, por meio da observação de flores e frutos.

Se a Reforma de 1901 reflete em parte as concepções de Rui Barbosa, com o ensino de Desenho em caráter técnico presente em todas as séries do ensino secundário, no Atheneu Sergipense, com base na análise dos programas reunidos por Alves (2005) entre 1857 e 1913, e da legislação para o ensino secundário sergipano, a história é um pouco diferente.

1.2.1.1 As reformulações estaduais entre 1898 e 1911: previsões para o Atheneu Sergipense

Desde o final do século XIX, o Atheneu Sergipense desejava obter sua equiparação ao Ginásio Nacional (Colégio Pedro II), e na ocasião da Reforma de 1901 já adotava conteúdos baseados no modelo daquela instituição. No entanto, esse fato não restringia a ação dos professores ou interferia tão rigorosamente na dinâmica da disciplina que, no Atheneu Sergipense, ganhava contornos próprios. A própria organização do curso de humanidades da instituição já sugeria essa parcial independência: “Sete são os anos de duração para o curso integral em 1897, diminuindo para seis anos, de 1899 a 1906. O curso ginásial de 1908 era feito em seis anos” (ALVES, 2005, p. 60).

Enquanto a legislação de 1901 previa um período de sete anos para o curso secundário, no Atheneu Sergipense esse período era de seis anos, tanto no curso integral quanto no ginásial. Já o Desenho, previsto nos programas para o ensino secundário em 1898, que deveria aparecer em todas as séries do curso, no Atheneu Sergipense era lecionado apenas nos quatro primeiros anos.

Essas diferenças até aqui percebidas já mostram que há um distanciamento muito evidente entre legislar e aplicar a legislação. Por exemplo: no ano de 1898, no mês de março, a Congregação do Atheneu Sergipense estava decidindo em reunião sobre como proceder com o funcionamento da instituição, se iniciaria seu ano escolar nos moldes da nova reforma que estava prestes a se anunciar ou se permaneceria procedendo com a reforma anterior e pediria esclarecimentos ao governo. Decidiu a Congregação por esta última alternativa. Durante o ano de 1898, o Desenho não foi lecionado no Atheneu Sergipense.

No ano seguinte à organização dos programas de Desenho para o Colégio Pedro II, a disciplina deveria ser lecionada no Atheneu Sergipense em todas as séries do curso integral,

ou seja, do 1º ao 6º ano. Contudo, o ano iniciou sem a presença do Desenho nos planos de estudos, que tinham como matérias obrigatórias: Latim, Geografia, Química, Física, Português, Ciências Naturais, Alemão, Aritmética, História, Francês, Geometria, Inglês e Geografia.

O Decreto nº. 351, de 09 de junho de 1899, “reformou” o Atheneu Sergipense, com vistas a “satisfazer ao que dispõe o Regulamento Geral da Instrução Pública no país” (SERGIPE, 1899). De acordo com esse decreto, o Desenho constaria no programa nos seis anos do curso integral. Quanto aos programas, ficou definido que a instituição deveria regular seus conteúdos aos adotados no Colégio Pedro II e que os professores deveriam esforçar-se para cumprir o programa modelo. Assim diz o texto:

Art. 6º: O ensino será regulado pelos mesmos programas adotados no Gymnasio Nacional, empregando o corpo docente do Atheneu Sergipense todos os meios a seu alcance para que não deixe de ser fielmente observado o mais insignificante dos detalhes referidos nos programas.

Art. 7º: Não inibe, porém, a prescrição do artigo antecedente, os lentes do Atheneu Sergipense adotarem acessoriamente quaisquer modos pedagógicos cuja alta conveniência na transmissão do ensino a experiência haja demonstrado (SERGIPE, 1899).

Aquele decreto também previu o Desenho como disciplina obrigatória nos exames de promoção, com a realização de provas gráficas do 1º ao 4º ano. Por conta disso, em julho de 1899, obedecendo à determinação estadual, o Desenho voltou a fazer parte do curso do Atheneu, sendo lecionado nas segundas, quartas e sextas-feiras, uma hora em cada dia, conforme decisão da Congregação.

QUADRO 2: Disciplinas previstas para o curso integral do Atheneu Sergipense em 1899

SÉRIE	DISCIPLINAS
1º ano	Aritmética, Geografia, Português, Francês e Desenho .
2º ano	Aritmética, Geografia, Português, Francês, Inglês e Desenho .
3º ano	Álgebra, Geometria, Geografia, Português, Francês, Inglês, Alemão, Latim e Desenho .
4º ano	Álgebra, Geometria, Trigonometria, Português, Francês, Inglês, Alemão, Latim, Grego, História e Desenho .
5º ano	Mecânica e Astronomia, Física e Química, Literatura, Inglês, Alemão, Latim, Grego, História e Desenho .
6º ano	Geografia, Matemática, Física e Química, História Natural, Corografia do Brasil, Literatura, Francês, Inglês, Alemão, Latim, Grego, História do Brasil, Lógica e Desenho .

FONTE: Quadro elaborado com base nos planos de estudos do Atheneu Sergipense 1871-1913, organizados por ALVES (2005).

Os horários permaneceram em 1900 até o mês de abril, quando foram modificados para o período de uma às duas horas da tarde. Ainda no ano de 1900, em setembro, a Congregação do Atheneu Sergipense apresentou um novo horário para as aulas, que deveriam satisfazer o regulamento em vigor. Naquela alteração, a disciplina Desenho já não constava, e o professor Luiz de Figueiredo Martins – responsável pela disciplina – não estava relacionado na ata. O citado regulamento foi estabelecido pelo Decreto nº. 463, de 11 de agosto de 1900, que anulou o regulamento de 1899 e determinou a extinção do Desenho dos programas do Atheneu Sergipense.

A Lei nº. 495, de 07 de novembro de 1905, autorizava o Governo do Estado a reformular o regulamento do Atheneu Sergipense, com a finalidade de equipará-lo ao do Colégio Pedro II. Essa lei determinou a criação da cadeira de Desenho, juntamente com outras disciplinas, com a finalidade de se completar o programa. Desta forma, o curso do Atheneu Sergipense, com duração de seis anos, deveria compreender as seguintes disciplinas:

Art. 4º: [...] Desenho, Português, Francês, Inglês, Latim, Grego, Matemática elementar, Elementos da Mecânica e Astronomia, Elementos da Física e Química, Elementos da História Natural, Geografia e Corografia do Brasil, História Universal, História do Brasil, Lógica (SERGIPE, 1905).

A lei supramencionada permitiu a elaboração do Decreto nº. 543, de 9 de outubro de 1906, que reformou o ensino secundário do Atheneu Sergipense e determinou que o Desenho

constaria nos programas do 1º ao 4º ano. A partir de então, o curso do Atheneu Sergipense teria a duração de seis anos e os programas deveriam seguir os do Colégio Pedro II. As finalidades de objetivo evidenciam-se no decreto, juntamente com a prescrição dos conteúdos de Desenho a serem ministrados.

O Desenho, no plano geral de estudos, figurará como combinações lineares, deverá passar, gradativamente à cópia expressiva, à mão livre, de Desenhos feitos na pedra, pelo professor à execução do Desenho ditado, de Desenho de memória e invenção ao Desenho de modelos naturais ou em relevo.

Tendo por fim o ensino de Desenho adestrar o aluno no lance de vista rápido e seguro, desenvolver nele o sentimento das formas e das proporções, servir-lhe-á de base a morfologia geométrica. As formas convencionais, atenta a sua regularidade hão de preceder as naturais, que são irregulares. As formas naturais, que se tiverem de desenhar, hão de ser primeiramente reduzidas às geométricas em que se basearem.

A percepção há de preceder à execução, sendo inconveniente que o aluno comece a desenhar qualquer objeto ou modelo antes de o ter estudado na sua totalidade e nas suas partes, comparando-as entre si.

O ensino da perspectiva entrará, ao seu tempo, de modo elementar, intuitivo e gradual.

O curso finalizará pela prática do Desenho projetivo, precedida da resolução gráfica dos mais simples problemas de Geometria descrita. Assim o primeiro ano compreenderá: Desenho à mão livre com aplicação especial ao ornato geométrico plano; o 2º: estudo dos sólidos geométricos, acompanhado dos princípios práticos da execução das sombras e ornatos em relevo; o 3º: Desenho linear geométrico, elementos de respectiva prática à vista; o 4º: elementos de Desenho geométrico ou representação real dos corpos (SERGIPE, 1906).

O Desenho era obrigatório nos exames de promoção do 1º ao 4º ano, quando era realizada uma prova gráfica. Também era obrigatório aos exames de madureza – exame “destinado a verificar se o aluno tem assimilado a soma da cultura intelectual necessária.” (SERGIPE, 1906) – e deveria constituir-se de prova gráfica.

Com a aprovação do Decreto nº. 543, em 1906, com as diretrizes previstas para o Desenho, a Congregação se reuniu no início de 1907 para deliberar sobre os procedimentos necessários para o cumprimento do regulamento. Àquela reunião esteve presente o professor Luiz de Figueiredo Martins, já que ela tratava da disciplina deste. Com o retorno do Desenho aos programas, as aulas passaram a ser diárias, de segunda a sexta-feira, sempre com duração de uma hora por dia.

O Decreto nº. 550, de 13 de novembro de 1907, é uma revisão do regulamento do ensino secundário do Atheneu Sergipense. Naquele decreto, o Desenho deveria ser lecionado nos quatro primeiros anos do curso secundário, que tinha a duração de seis anos. Não

ocorreram alterações em relação ao Desenho entre as reformas de 1906 e 1907. Os conteúdos e as finalidades de objetivo são os mesmos da reforma anterior. Além disso, o Desenho continuava constando como matéria obrigatória para a promoção e os exames de madureza.

1.2.2 Reforma Rivadávia Corrêa (1911-1915)

O Decreto nº. 8659, de 05 de abril de 1911, teve por objetivo organizar o ensino superior e fundamental na República, bem como tratar da autonomia didática e administrativa destes.

Se o Desenho como forma de preparação para o recebimento da formação científica era a interpretação proposta pelos positivistas, pode-se afirmar que essa reforma foi a que dialogou mais estritamente com esses pressupostos.

A Reforma de 1911 concedeu autonomia aos institutos de ensino superior e fundamental, até então sob responsabilidade do Ministério do Interior. Criou-se a fiscalização pelo Conselho Superior do Ensino, que nivelava os estabelecimentos estaduais com aqueles criados pela união. Dizia o texto da Lei: “A instrução superior e fundamental, difundidas pelos institutos criados pela união, não gozarão de privilégios de qualquer espécie” (BRASIL, 1911).

Essa autonomia administrativa estendeu-se à liberdade didática, dispensando as instituições secundárias de seguir os programas propostos pelo Colégio Pedro II.

Com a aprovação desta lei, desapareceu a interferência fiscalizadora do governo e a uniformidade dos programas. Estes eram organizados pelos professores, e sua aprovação ficava entregue à competência exclusiva das congregações de cada instituto de ensino (BARBOSA, A. 2008, p. 87).

Além disso, o Colégio Pedro II passara a não mais ser uma escola preparatória para as academias, mas sim para os exames de vestibulares, necessários para o ingresso no ensino superior. Para o ingresso nas instituições secundárias era necessário que o aluno se submetesse a um exame de admissão, que o habilitaria para a matrícula.

O Desenho aparecia nos programas previstos para o Colégio Pedro II até o quarto ano. Há perceptivelmente uma geometrização quase que absoluta do Desenho a partir desses programas. Os motivos aplicados à arquitetura ou à indústria deram lugar ao treinamento do aluno por meio do Desenho de ornatos com a finalidade de se estudar as formas geométricas, como o quadrado, o retângulo e o círculo (Figura 1, p.46).



Figura 1: Ladrilhos (exemplo de Mosaico). s/d. Lâmina pertencente ao conjunto de modelos do Atheneu Sergipense, s/d. Colagem de impresso sobre suporte de papel. Acervo: Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS).

Para compreender o sentido da expressão “geometrização do desenho” é necessário o conhecimento de uma noção preliminar do Desenho Geométrico. Wong (1998) define o Desenho como:

A composição completa, na qual a forma é a parte mais evidente. Às vezes, todos os elementos visuais de um desenho são entendidos, com conjunto, como forma, porém é mais comum que formatos claramente definidos sejam tomados como formas, as quais constituem a composição (WONG, 1998, p. 152).

A composição ou o desenho objetivado pode adquirir diversos caracteres, mas se classifica como Geométrico quando “os formatos [...] são criados fazendo-se uso da linha reta e dos círculos” (WONG, 1998, p. 155). Ele adquire ainda a característica linear quando se detém apenas sobre os contornos, sem utilizar-se de sombra, cores ou preenchimentos.

Entendidos os conceitos, pode-se perceber que a figura 1 (p. 45), um dos modelos utilizados no Atheneu Sergipense, para a reprodução de painéis decorativos, tem finalidades específicas, caso dialogue com as práticas propostas pelos conteúdos, pois a construção de mosaicos estava prevista como conteúdo a ser lecionado no primeiro ano do programa de Desenho.

O mosaico é um desenho (que tem como origem outro Desenho), formado por tesselas de materiais diversos e que desempenha, geralmente, a função decorativa. A presença deste tipo de conteúdo, bem como das lições de ornatos envolvendo os sólidos geométricos e os exercícios de cópias de representação real dos corpos nos programas do Colégio Pedro II, só evidencia a reverberação dos preceitos neoclássicos da Escola Nacional de Belas Artes, ou seja, os ecos das artes dos oitocentos em pleno desenrolar do século XX. A existência desse tipo de modelo no Atheneu Sergipense é indicativa de que, mesmo tendo autonomia para gerir seu ensino, a escola optou por seguir os programas destinados ao Colégio Pedro II.

Dentre todas as hipóteses que podem ser delineadas ao se analisar a figura 1 (p.45), a mais evidente, como se trata de um modelo usado para exercícios de repetição e reprodução, é a do estabelecimento do diálogo entre a arte e o ato de disciplinar. Há a marca predominantemente geométrica, mas não linear, quando se trata da observação dos mosaicos, formados hegemonicamente por linhas circulares e retas. Esse domínio da Geometria evoca os preceitos positivistas no planejamento dessa disciplina, os quais se explicitam por todo o conteúdo do Desenho presente na Reforma de 1911.

Quadro 3: Programas para o Colégio Pedro II em 1911 – Conteúdos de Desenho

SÉRIE	CONTEÚDOS
1º ano	Intuição da linha reta e das suas principais posições relativas e pela observação de objetos presentes e por exemplos variados. Preceitos práticos para o traçado da linha reta; pontos, inicial, final, médio e intermediário. Posição do aluno, do papel, do lápis. Ornatos fornecidos pelos agrupamentos de pontos, segundo as três posições da linha reta. Combinações fornecidas pela repetição: 1,º de linhas verticais; 2º, de linhas horizontais; 3º, de linhas verticais com horizontais. Disposições quadriculares: rede ortogonal de malhas quadradas ou de malhas retangulares. Ornatos simples: dentículos e gregas, entrelaçados. Noção de motivo na ornamentação gráfica. Combinações fornecidas pela repetição de linhas oblíquas, notadamente as de 45º. Combinações destas linhas com as precedentes. Rede hexagonal e suas derivadas. Noção da luz convencional. Traços de força; seus efeitos por meio de exemplos cuidadosamente escolhidos dentre motivos anteriormente executados. Tons ou valores obtidos por simples traços paralelos nas três principais posições: vertical, horizontal e inclinada. Efeitos de ilusão de ótica, segundo o sentido do tracejado. Impressão diversa produzida em um mesmo Desenho: variações do efeito do motivo. Mosaicos. Intuição do diagrama para uma análise conscienciosa das formas. Construindo um ornato ou um painel decorativo, segundo um motivo dado, deduzir o diagrama. Desenhar uma série de motivos, deduzidos de um diagrama dado.
2º ano	Revisão dos estudos adiantados da ornamentação geométrica plana, com aplicação dos tons ou valores. Estudo da linha curva. Quadrantes, semicircunferências, circunferências, elipses. Preceitos e pontos de referência para o traçado. Estudo isolado e nas posições mais vantajosas, do cubo, prima, reto, pirâmide regular, cilindro, cone, esfera. Sombra própria, sombra projetada, sua delimitação e tracejado. Primeiras formas fundamentais da ornamentação vegetal começando pelo elemento primordial – a folha. Esboços com traços de força e indicação sumária das sombras. Noções de simetria. Curvas de sentimento. Disposições radiadas. Série graduada de outros ornatos então em relevo. Frutos naturais.
3º ano	Instrumentos de uso comum no Desenho linear geométrico. Verificação e conservação. Traçado rigoroso a lápis de alguns motivos de ornamentação plana, estudados na 1ª série ou revistos na 2ª em cuja exceção predomine o manejo frequente dos esquadros. Resolução gráfica a lápis dos problemas básicos do Desenho linear geométrico. Escala, título, divisão principal, talão, graduação. Diferentes escalas. Construção e problemas relativos ao seu uso. Resolução segundo escala convencional de questões de Geometria plana e principalmente de ornamentação, em que se manifestam dificuldades gráficas relativamente crescentes. Intuição do Desenho perspectivo e das formas, aparente e real. Linhas e pontos que servem de base a todo tracejado perspectivo: linha de terra, linha do horizonte, ponto de vista, ponto principal, pontos de distância. Exercícios relativos a figuras planas, especialmente ao quadrado, ao retângulo, ao círculo. Exercícios relativos aos corpos geométricos especialmente aos estudos na 2ª série. Aplicações variadas das regras de perspectiva à representação gráfica (mão livre) da forma aparente de objetos de uso comum.
	Insuficiência do Desenho perspectivo quando se trata de representar os corpos segundo suas formas e proporções reais. Necessidade do Desenho geometral. Linhas gráficas e

4º ano	notações convencionais. Estudo particular da projeção do ponto nas principais posições em relação aos planos de projeção. Estudo da linha reta; principais posições. Retas paralelas, retas que se cortam. Traços de uma reta. Verdadeira grandeza da reta. Determinação dos traços de uma reta. Traços de um plano. Indicação dos traços para posições mais notáveis do plano. Representação do polígono e do círculo. Representação dos principais sólidos geométricos. Secções de alguns desses sólidos por planos perpendiculares ao plano vertical de projeção. Desenvolvimento ou planificação dos referidos sólidos, especialmente do prisma regular, do cubo, do tetraedro e da pirâmide de regulares, do cilindro e do cone. Aplicações elementares dos preceitos do Desenho geometral à representação dos objetivos presentes, sempre segundo uma escala dada.
--------	--

FONTE: Quadro elaborado a partir dos conteúdos extraídos dos programas para o secundário brasileiro organizados por Vecchia & Lorenz (1998).

1.2.2.1 As previsões para o Atheneu Sergipense entre 1911 e 1915

Uma tentativa de reorganização do ensino no estado de Sergipe ocorreu em 1911, por meio do Decreto nº. 563, de 12 de agosto. Este decreto determinou que o Desenho fosse lecionado nos quatro primeiros anos do curso integral do Atheneu Sergipense, que tinha um total de seis anos.

Tal decreto, o primeiro após a Lei Rivadávia Correia, obedecia ao estabelecido na reforma nacional. Ao serem expostos os programas do ensino, eles já não apareciam regulados pelos do Colégio Pedro II, e já deveriam ser definidos pela Congregação do Atheneu Sergipense. Entretanto, esses programas deveriam atender às determinações propostas no decreto. A orientação positivista da Lei Rivadávia Correia pode ser claramente observada nos conteúdos de Desenho, que também passou a fazer parte dos exames finais quando se realizavam provas gráficas:

Art. 17: k) O Desenho, na primeira série, compreenderá o Desenho a mão livre, com aplicação especial ao ornato geométrico plano; na segunda, estudos dos sólidos geométricos acompanhados dos princípios práticos da execução das sombras e ornatos em relevo; na terceira, Desenho linear geométrico, elementos de perspectiva prática à vista; na quarta, elementos de Desenho geométrico ou representação real dos corpos (SERGIPE, 1911).

Embora não fosse obrigatório que as instituições de ensino secundárias seguissem os programas do Colégio Pedro II, o texto da lei revela que estes continuavam a ser referência. Os programas descritos anteriormente, nada mais são do que a síntese dos programas

apresentados no quadro nº. 3 (das páginas 47 e 48), o qual apresenta o modelo do Colégio Pedro II.

Para cumprir o decreto em questão, a congregação se reuniu no mês de setembro de 1911 para definir os seus programas de ensino. Mesmo sendo uma disciplina obrigatória do curso do Atheneu Sergipense, o Desenho não estava descrito nos programas apresentados. Também teria participado dessa reunião o professor de Desenho Luiz de Figueiredo Martins, que muito provavelmente apresentou os programas ligados à Geometria. Já os horários das aulas estavam registrados conforme o quadro abaixo:

QUADRO 4: Horário da disciplina Desenho no Atheneu Sergipense em 1911

1º ano	Segundas, quartas-feiras e sábados	Das 2h às 3h
2º ano	Terças, quintas e sextas-feiras	Das 2h às 3h
3º ano	Segundas e sextas-feiras	Das 2h às 3h
4º ano	Segundas-feiras Terças, quartas e quintas-feiras	Das 11h30 às 12h30 Das 2h às 3h

FONTE: Quadro elaborado com base nos dados extraídos do Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, entre 1871 e 1916.

Os horários eram definidos de acordo com a distribuição da carga horária do Colégio Pedro II. O que se observa nos horários do Atheneu Sergipense é uma carga horária que se reduz no terceiro ano, mesmo com uma quantidade de conteúdos maior que as dos anos antecedentes (quadro 3, p. 47-48) e se amplia no último ano, ocupando uma hora por dia, todos os dias da semana.

A Lei nº. 605, de 24 de setembro de 1912, promoveu uma nova organização para a instrução pública de Sergipe. Por ela, o curso integral passara a ser de cinco anos e o Desenho, ministrado nos três primeiros. O curso normal masculino, com duração de três anos, compreendia o Desenho em todos estes. Quanto aos programas, não há registro de mudanças significativas; repetem-se as disposições da reforma anterior. Esse perfil se repete no Decreto 571, de 1912, que tinha por objetivo oferecer o Regulamento Geral da Instrução Pública para Sergipe. Tanto na lei quanto no decreto, o Desenho constava por meio de prova gráfica nos exames de promoção.

Na Lei 663, de 28 de julho de 1914, que fazia modificações no decreto anterior, o curso integral continuou a ser de cinco anos, e o Desenho continuou nos três primeiros.

Entretanto, o curso normal teve sua duração ampliada para quatro anos, constando o Desenho nos três primeiros.

1.2.3 Reforma Carlos Maximiliano (1915 a 1925)

O Decreto nº. 11.530, de 18 de março de 1915, teve por objetivo reorganizar o ensino secundário e superior na República. Essa reforma tratou do Desenho de maneira particular. Se em outras reformas essa disciplina foi objeto de preocupação dos legisladores, nessa, perdeu um significativo espaço nos programas, bem como teve sua importância reduzida ao ser excluída dos exames de promoção. Sobre isso, assim dizia o texto da Lei:

Art. 165: A nota obtida em exame de Desenho visa apenas estimular os estudantes, não influi para a passagem do aluno para o ano imediato, bastando, para a promoção, exibir atestado de frequência assinado pelo professor, na forma e sob as condições prescritas pelo regimento interno (BRASIL, 1915).

Além de não interferir na aprovação anual, o Desenho deixou de fazer parte dos programas do Colégio Pedro II como disciplina oficial, passando a existir no formato de lições, nos quatro primeiros anos do secundário, assim como a Ginástica.

Novamente subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o Colégio Pedro II voltou a ser o modelo para as instituições secundárias espalhadas pelo Brasil. Embora didática e administrativamente autônomos, os institutos que desejassem obter a equiparação deveriam submeter-se à fiscalização do Conselho Superior do Ensino.

Em relação ao corpo docente, essa lei demarcou claramente a posição do professor de Desenho no ambiente escolar. Seu texto determinava que a composição do corpo docente seria: professores catedráticos, substitutos e simplesmente. Os simplesmente professores eram aqueles que lecionavam as disciplinas de Desenho, ou qualquer trabalho gráfico, ginástica e de música.

Na verdade, essa diferença de denominação do professor de Desenho pode ser observada nas duas reformas anteriores. No Código de 1901, estavam discriminados os lentes e os professores, sendo que estes últimos designavam o professor de Desenho. Na Reforma de 1911, que se referia aos dois tipos de professores do código anterior como lentes, estes passaram a ser chamados de professores ordinários, extraordinários e efetivos.

A questão na Reforma Carlos Maximiliano é que houve uma considerável perda de autonomia do professor de Desenho, consequência da perda de importância da disciplina. Segundo Barbosa, A.,

[...] num sistema onde passar de ano, passar nos exames finais do ginásio e passar no exame vestibular para a escola superior se constituía a meta a ser duramente atingida, as aulas de Desenho começaram a ser menosprezadas por serem aulas que “nunca reprovam”. O professor de Desenho ficou a tal ponto em plano inferior, que, em muitos estabelecimentos de ensino oficial, era excluído da congregação (BARBOSA, A. 2008, p. 92).

Essa exclusão pôde ser percebida no Atheneu Sergipense por meio da observação das atas que registravam as reuniões da congregação. Após o ano de 1916, as assinaturas dos professores de Desenho só foram encontradas no ano de 1926, ou seja, após o fim da reforma. Por meio da constatação de seu efeito no Atheneu Sergipense, pode-se afirmar que, em todos os aspectos, essa reforma foi extremamente prejudicial para o Desenho como disciplina escolar.

Além de não servir para a promoção nos exames, o Desenho não seria mais exigido para os exames de admissão no Colégio Pedro II e não constava nos conteúdos expressos do exame vestibular. Entretanto, nas matérias que deveriam constar nos programas do Colégio Pedro II, obrigatórias para o vestibular, estava a Geometria. Este fato pode ser um indicativo de que a aproximação entre os conteúdos previstos para o Desenho nos programas do Colégio Pedro II, em 1915, com os de Geometria sugere um aproveitamento do tempo destinado ao Desenho como um reforço dos conteúdos da disciplina exigida no vestibular.

QUADRO 5: Mostra de conteúdos de Geometria do Colégio Pedro II – 1915:

Geometria Plana 41ª lição:	Objeto da Geometria. Definições preliminares. Extensão, volume. Superfície. Linha. Ponto. Linha reta. Linha quebrada. Linha curva. Plano. Geometria plana. Geometria do espaço.
42ª lição:	Geometria plana. Linha reta. Segmento. Ângulo. Proposições e teoremas relativos ao ângulo.
43ª lição:	Perpendiculares e oblíquas: teoremas e proposições fundamentais.
44ª lição:	Triângulos: casos de igualdade dos triângulos.
[...]48ª lição:	Paralelogramo. Retângulo. Losango. Quadrado. Trapézio.
49ª lição:	A circunferência e o círculo. Definições. Primeiros teoremas.

FONTE: Quadro elaborado a partir dos conteúdos, extraídos dos programas para o secundário brasileiro, organizados por Vecchia & Lorenz (1998).

A análise dos conteúdos prescritos em 1915 só reforça a hipótese anterior. A presença do Desenho no formato de lições dava-se nos quatro primeiros anos. Já a Geometria era disciplina obrigatória no 3º e no 4º anos do curso ginasial. No primeiro ano de Desenho, os

conteúdos priorizavam aprendizados de ornatos, elementos decorativos, perspectiva e cópia de modelos, além de trabalhar os exercícios básicos de linhas, pontos e formas.

No segundo ano, era estudado o aprimoramento das técnicas vistas no ano anterior, aliando o estudo das formas geométricas aos ornatos. O Desenho à mão livre era praticado na forma de cópia de sólidos geométricos. Pode-se perceber que os conteúdos dos dois primeiros anos não se distanciavam dos previstos para 1911, durante a Reforma Rivadávia Correa.

Mas é no terceiro ano de Desenho – terceiro do curso ginasial e primeiro da disciplina Geometria – que os conteúdos de Desenho assumem uma geometrização quase absoluta, conforme demonstra o quadro seguinte.

QUADRO 6: Mostra de conteúdos de Desenho do Colégio Pedro II – 1915:

1ª lição:	Objeto, importância e utilidade do Desenho Geométrico. Instrumentos empregados, sua verificação e conservação. Preceitos para a execução do Desenho Geométrico.
2, 3 e 4ª:	Traçado rigoroso a lápis de alguns motivos de ornamentação plana estudados no primeiro ano e revistos no segundo em cuja execução predomine o manejo dos esquadros. Exercícios.
5, 6, 7 e 8ª:	Revisão da morfologia geométrica.
9, 10 e 11ª:	Traçados à mão livre de algumas figuras planas. Exercícios.
12, 13, 14ª:	Divisão de reta. Retas perpendiculares. Traçado de inclinadas equidistantes. Paralelas.
15 e 16ª:	Combinação de retas e curvas. Exercícios.
17, 18ª:	Ângulos, construção e divisão. Triângulos. Exercícios.
19, 20ª:	Circunferência do círculo; centro; tangentes. Circunferências tangentes e secantes. Exercícios.

FONTE: Quadro elaborado a partir dos conteúdos, extraídos dos programas para o secundário brasileiro, organizados por Vecchia & Lorenz (1998).

Essas prescrições para as instituições do secundário nacional, que deveriam observar o funcionamento do Colégio Pedro II para se manterem equiparadas, logo, ao menos em teoria, foram adotadas em Sergipe. As leis e decretos que se seguem **sugerem** uma sintonia fina entre o que era previsto em nível nacional e as diretrizes planejadas neste estado.

1.2.3.1 As previsões para o Atheneu Sergipense entre 1915 e 1925

Em Sergipe, a Lei 686, de 27 de outubro de 1915, autorizava o governo a reorganizar o ensino público do estado, com a finalidade de se aproximar das previsões da reforma Carlos Maximiliano. O grande objetivo dessa lei era conseguir a equiparação do Atheneu Sergipense ao Colégio Pedro II. Para tanto, o Atheneu Sergipense passou a observar e obedecer estritamente aos programas do Colégio Pedro II, devendo não alterar com supressões a sua estrutura, somente ampliá-la³⁰.

Conforme o decreto seguinte, de nº. 633, de 17 de junho de 1916, que buscou reorganizar o ensino secundário em Sergipe, o Atheneu Sergipense deveria oferecer quatro cursos: o ginásial, integral, normal e comercial. No curso ginásial não havia a disciplina Desenho. Esse curso era destinado àqueles que tinham interesse em cursar as escolas superiores da República. Pela Lei Carlos Maximiliano, as escolas superiores da República eram: as Faculdades de Direito, as Faculdades de Medicina e a Escola Politécnica – com os cursos de Engenharia Civil, Engenharia Mecânica e Eletricidade, e Engenharia Industrial.

Os exames vestibulares, que admitiam os alunos nas escolas superiores, pela Reforma Carlos Maximiliano, exigiam:

Art. 80. O exame vestibular compreenderá prova escrita e oral. A primeira consistirá na tradução de um trecho fácil de um livro de literatura francesa e de outro de autor clássico alemão ou inglês, sem auxílio de dicionário.

Art. 81. A prova oral do exame vestibular versará sobre elementos de física e química e de história natural, nas Escolas de Medicina; sobre matemática elementar, na Escola Politécnica, e sobre história universal, elementos de psicologia e de lógica e história da filosofia por meio da exposição das doutrinas das principais escolas filosóficas, nas Faculdades de Direito (BRASIL, 1915).

Sem fazer parte das disciplinas obrigatórias para o ingresso no ensino superior da República, o Desenho deixou de fazer parte dos cursos, de maneira específica. No entanto, assim como na lei maior, no Atheneu Sergipense os alunos de todos os cursos seriam obrigados a frequentar, do 1º ao 4º ano, as aulas de Desenho, ginástica e os exercícios militares. O exame de Desenho constava apenas de prova gráfica. Em relação aos programas de ensino, estes deveriam ser aprovados pela congregação e apresentados pelos professores das disciplinas, ao menos 30 dias antes das aulas.

³⁰Por ser muito extenso, o programa do Desenho do Colégio Pedro II, planejado em virtude da Reforma de 1915, será apresentado em anexo.

O Decreto nº. 721, de 31 de março de 1921, em relação ao ensino de Desenho, apenas aplicou uma nova roupagem ao previsto no ano de 1916. Por meio desse decreto, o Desenho continuaria a existir nos quatro primeiros anos do curso ginasial. Esse decreto suprimiu os cursos normal, comercial e integral, e o Atheneu Sergipense assumiu o caráter de colégio com finalidade de habilitar seus alunos a prestarem exames nas escolas superiores do país.

Foi decidido ainda que as aulas de Desenho teriam a duração de uma hora e meia. A disciplina continuava a não fazer parte dos exames de promoção ou finais e o parágrafo único do artigo 56 dizia que a média de Desenho era apenas estímulo aos estudantes, sem influir para sua aprovação, reafirmando a previsão de 1915. Os exames de Desenho só eram realizados se os alunos do 4º ano do Atheneu Sergipense os requeressem. Estes deveriam fazer uma prova gráfica com duração de uma hora.

Em 21 de outubro de 1925, as determinações do Decreto nº. 16.782-A já eram discutidas nas reuniões da Congregação do Atheneu Sergipense. A proposta era de que o corpo docente observasse o citado decreto e chegasse a um entendimento acerca da questão da formação de juntas examinadoras e determinações dos pontos que seriam utilizados para os exames finais; se estas deveriam ser formadas nos moldes anteriores ou se deveriam mesmo se submeter à reforma de janeiro, uma vez que as comunicações oficiais das mudanças não haviam chegado ao Atheneu Sergipense. Na verdade, as determinações do Decreto nº. 16.782-A, de janeiro de 1925, só foram discutidas efetivamente pela Congregação do Atheneu Sergipense em dezembro de 1925, para serem adotadas a partir do ano letivo de 1926.

1.2.4 A Reforma João Luiz Alves da Rocha Vaz (1925 a 1930)

O Decreto nº. 16.782-A teve por objetivo organizar o Departamento Nacional do Ensino, reformar a educação secundária e superior, além de legislar sobre o ensino primário, dentre outros assuntos. A reforma de 1925 trouxe, em relação à disciplina Desenho, aspectos extremamente positivos, que contribuíram de veras tanto para a consolidação dessa disciplina nos currículos secundários quanto para a presença do professor de Desenho nos rituais do funcionamento escolar.

Com essa lei, o curso secundário ficou definido com a duração de seis anos. Era assim determinado e tinha por objetivo: “Art. 47. O ensino secundário como prolongamento do ensino primário, para fornecer a cultura média geral do país, compreenderá um conjunto de estudos com a duração de seis anos” (BRASIL, 1925).

Nesse curso de seis anos, o Desenho apareceu como disciplina obrigatória do 1º ao 5º ano. Pela lei, o Desenho não tinha qualquer desdobramento, sendo uma matéria de ensino, ministrada por um professor. De acordo com a lei, deveria haver dois professores de Desenho no Colégio Pedro II, sendo um em cada sessão (internato e externato) e dois de Ginástica.

Essa lei foi importantíssima para a reestruturação do ensino de Desenho, fortemente abalado pela legislação nacional de 1915. Com ela, o Desenho voltou a ser obrigatório nos exames de promoção, constando por meio de provas gráficas até o 4º ano, junto às provas escritas de Português, Francês, Inglês, Geografia, Latim, Alemão (opcionalmente), História Universal, Física e Química, distribuídas ao longo dos quatro anos. No 5º ano, a finalidade do ensino do Desenho seria a sua aplicação nos cursos superiores. Não havia obrigatoriedade de os alunos fazerem o exame da disciplina, pois atestar a frequência nas aulas já seria o suficiente para a promoção.

O Desenho também aparecia nos exames de admissão para quem quisesse cursar o ensino secundário. Ou seja, para ingressar no Atheneu Sergipense ou em qualquer outra instituição secundária oficial do país, o aluno devia realizar uma prova gráfica, com o assunto decidido pela congregação da instituição.

Quanto aos programas de ensino dos cursos secundários, estes deveriam ser formulados pelos respectivos professores catedráticos e aprovados pelas congregações. Essa aprovação (ou submissão a aprovação) deveria ser feita antes do início do ano letivo. Tendo o professor não apresentado o conteúdo, a congregação poderia decidir pela adoção daqueles utilizados no ano anterior ou por conteúdos semelhantes aos de outras instituições. A lei ressalta ainda a necessidade de, caso a disciplina exija, ser realizada a parte prática.

Em relação aos professores³¹, essa lei apresentou a seguinte divisão: professores catedráticos; docentes-livres; professores honorários; professores privativos; professores de Desenho e de Ginástica. No Atheneu Sergipense ocorreu uma mudança significativa e aparentemente positiva em relação ao status do professor de Desenho, pois este teve seu vencimento equiparado ao do professor catedrático, bem como a permissão para se tornar membro da Congregação.

Para se tornar um professor catedrático do ensino secundário, passou-se a exigir, por meio dessa lei, a produção de uma tese. Para os professores de Desenho estavam previstas nomeações por meio de concursos que eram divididos em duas partes: 1-prova prática; 2-prova didática oral. As provas deveriam ser efetuadas de acordo com um programa

³¹Cf. BRASIL, 1925.

anteriormente estabelecido pela congregação. É exatamente o que vai ocorrer nos dois concursos narrados no terceiro capítulo desta dissertação. Por fim, pelo decreto nacional, os professores de Desenho continuavam não sendo obrigados a participar das reuniões da Congregação, exceto quando elas abordassem algum assunto relacionado à sua disciplina.

Após a publicação dessa lei, o Atheneu Sergipense teve que se enquadrar em um prazo de doze meses para manter-se equiparado ao Colégio Pedro II; caso contrário, teria sua equiparação caçada. A lei estadual que procurou remodelar o ensino e autorizou a reformulação do regimento interno do Atheneu Sergipense, inteiramente baseado no do Colégio Pedro II, foi aprovada no ano seguinte.

1.2.4.1 As previsões estaduais e para o Atheneu Sergipense: 1925-1930

Com o Decreto nº. 912, de 12 de dezembro de 1925, um novo regulamento foi dado ao Atheneu Sergipense. Aquele decreto e o seu sucessor, o 940, de 02 de julho de 1926, são a reprodução quase que integral das disposições do decreto nacional de 1925. Mas, sobre o Desenho, ele traz um parágrafo diferenciado, que afirmava que “§5º o Desenho será ensinado nas condições de maior eficiência e versará problemas de Geometria prática, devendo o professor, sempre que for oportuno, compará-lo com o desenho de arquitetura” (SERGIPE, 1925).

O Decreto nº. 940, de 02 de julho de 1926, dava novo regulamento ao Atheneu Sergipense – então Atheneu Pedro II – baseado no regulamento do modelo do Rio de Janeiro. Através dele foi definido que o curso secundário teria a duração de seis anos. O desenho apareceu como matéria obrigatória nas cinco primeiras séries, sempre com uma carga horária de três horas por semana. Quanto aos programas de ensino, a lei determinava que eles deveriam ser os mesmos adotados no Colégio Pedro II. E em relação aos exames, foram determinados os mesmos rituais da previsão nacional: prova gráfica de Desenho nas promoções de 1ª a 4ª série e no 5º ano para quem tinha interesse em fazer cursos superiores que exigissem a matéria como requisito de ingresso.

Mas em relação aos professores de Desenho o Atheneu Sergipense adotou, além do previsto legalmente, uma particularidade positiva. A Reforma nacional já havia sido bastante contributiva para a recuperação da relevância do professor de Desenho nas deliberações escolares. No Atheneu Sergipense, diferentemente dos períodos anteriores, o professor de Desenho agora poderia fazer parte das congregações, devendo apresentar seus programas e participar de solenidades, não apenas como ouvinte mas também como membro.

As mudanças no status do professor de Desenho no interior das instituições secundárias, bem como as alterações na obrigatoriedade dessa disciplina, sofridas ao longo dos 25 anos aqui expostos, foram, sem dúvidas, os principais ingredientes para a oscilação na importância da presença do Desenho no ensino secundário nacional.

Toda a exposição da legislação mostrou, dentre outros aspectos, que a lei não entra em vigor quando é instituída, nem é extinta quando outra lei a invalida e a substitui. Há um prolongamento comum na duração das determinações legais em educação. Esse prolongamento refere-se diretamente a fatores como a dinâmica da escola, à questão do tempo escolar, à demora da chegada das comunicações oficiais, além da própria autonomia dos professores, que findavam por decidir quando colocar em prática as determinações legais.

A exposição da legislação neste capítulo foi feita a partir do que Chervel escreve acerca das finalidades do ensino, considerando que:

A distinção entre as finalidades reais e finalidades de objetivo é uma necessidade imperiosa para o historiador das disciplinas. Ele deve aprender a distingui-las, mesmo que os textos oficiais tenham tendência a misturar umas e outras. Deve sobretudo tomar consciência de que uma estipulação oficial, num decreto ou numa circular, visa mais frequentemente, mesmo se ela é expressada em termos positivos, corrigir um estado de coisas, modificar ou suprimir certas práticas, do que sancionar oficialmente uma realidade. [...] Não podemos, pois, nos basear unicamente nos textos oficiais para descobrir as finalidades do ensino (CHERVEL, 1990, p. 190).

Um estudo que se vale de leis como fonte de pesquisa deve compreender as diferenças entre o que é prescrito e o que é praticado, assim como fez Thompson (1997) ao tratar da origem da Lei Negra na Inglaterra. Thompson considera seu trabalho como um experimento historiográfico, pois assim como inúmeros historiadores, enfrentou uma grande carência de fontes: “Cada fonte me levava a outra. Mas, também, cada problema me levava a outro” (THOMPSON, 1997, p. 16).

Dessa forma tornou-se perceptível de que maneira Thompson (1997) se relacionou com a lei e de que maneira deveriam se estabelecer as relações com a legislação tratada neste capítulo. O que a leitura de Thompson revela primordialmente é que essa relação só pode ser estabelecida por meio das ausências preenchidas pela grande capacidade interrogativa e interpretativa do autor, ao recorrer a outros tipos de fontes³² que permitiram que chegasse aonde queria, mas por caminhos mais distantes. Mas a mais importante reflexão extraída de seu experimento traz que “a maior dentre todas as ficções legais é a de que a lei se

³² Cf. Thompson, 1997, p. 395-401.

desenvolve, de caso em caso, pela sua lógica imparcial, coerente apenas com sua integridade própria, inabalável frente a considerações de conveniências” (THOMPSON, 1997, p.338).

Assim, a análise do Desenho nas previsões educacionais foi desempenhada para posteriormente se estabelecerem as diferenças e as similaridades entre o prescrito e o posto em prática, sob a ótica dos registros encontrados referentes ao Desenho no Atheneu Sergipense.

Os discursos dos intelectuais, com os quais este capítulo foi aberto, as determinações legais, conteúdos adotados (ou ao menos previstos), são um processo que é parte do que Bourdieu (1996) denomina por *fase crítica de emergência do campo*³³. Acima de tudo, pode ser observada na sucessão de acontecimentos, a qual tem seu início marcado pela argumentação de Rui Barbosa por meio de seus pareceres e discursos a favor do ensino do Desenho, posteriormente em relação às constatações referentes às previsões legais, findando na reforma nacional de 1925 – que se estendeu até 1930 – e nas reformulações estaduais, momentos decisivos para a constituição do campo do Desenho como disciplina escolar.

Quando Bourdieu (2004) reflete sobre o campo científico, apresenta como essencial para o seu entendimento a noção do grau de autonomia dessas disciplinas. Ou seja, é necessário perceber de que maneira uma disciplina enfrenta ou cede às pressões externas. Observado isso, a percepção aqui poderia ser a de que durante o processo da constituição do campo do Desenho como disciplina do ensino secundário, que se intensifica no momento dos debates inerentes à necessidade de sua obrigatoriedade nos currículos escolares, o Desenho adquiriu uma lógica própria, que está explícita em seus conteúdos, que, não cedem totalmente aos apelos liberais, tampouco aos anseios positivistas.

Antes de figurar como campo relativamente autônomo – o que vai ocorrer após a Reforma Nacional de 1925, observados os conteúdos expostos³⁴ e as alterações na sua condição de disciplina escolar – a análise dos conteúdos pode sugerir a fragilidade e a pouca autonomia de um campo em formação. Foram incontáveis mudanças e permanências marcantes, que caracterizaram os 30 primeiros anos do século XX quanto ao caráter da disciplina Desenho. A polarização entre técnico e Belas Artes é evidente durante todo o processo, o que pode ser percebido na leitura de textos como os de Rui Barbosa os quais destacam que a Arte deveria ser lecionada aliada a seu caráter de aplicação prática e não subjetiva.

³³ Sobre a condução à autonomia de um campo, ver: BOURDIEU, Op. cit., p. 63-192.

³⁴ Conteúdos da Reforma de 1925 estão expostos nos anexos.

O que toda essa massa legislativa revela é que o diálogo legal entre o Atheneu Sergipense e o Colégio Pedro II estava bem estabelecido. Mas o que se vê nos capítulos que se seguem é que a lei pode ser o ponto de partida, mas, de forma alguma, é o ponto final. O diálogo legal, ao se converter em práticas, é marcado, sobretudo, pela aquisição de uma dinâmica própria, que vai muito além do que foi pensado pelos legisladores e adquire o formato dos agentes e dos espaços onde ele se personifica.

Agentes do campo, os professores, responsáveis pela confecção dos programas para o ensino secundário que, partindo do Colégio Pedro II, deveriam servir de modelo para todas as instituições oficiais de ensino secundário no Brasil, refletiam os debates em relação à modalidade do Desenho na seleção de seus conteúdos. Nos 30 primeiros anos do século XX, o Desenho foi planejado aliando a prática à subjetividade, sobretudo por trazer em suas bases a junção de discursos liberais e positivistas; ou seja, era planejado com a finalidade (como um meio) de ampliar as possibilidades de desenvolvimento econômico, bem como a preparação dos espíritos disciplinados para o recebimento da linguagem científica.

O Desenho esteve sujeito a interferências externas obedecendo a variações entre academia e economia, derivados de pensamentos políticos, que foram decisivos no momento em que amadurecia como disciplina escolar. Considerado como peça fundamental para a personificação das determinações legais e para o entendimento do funcionamento de uma disciplina escolar, a figura do professor é tratada nos capítulos subsequentes, pois, acredita-se, aqui, que a análise de aspectos biográficos pode oferecer subsídios para a inferência acerca das práticas exercidas. O espaço no qual o professor exerce suas atividades, no caso o Atheneu Sergipense, também será descrito e analisado como um espaço de disputas no campo intelectual, protagonizadas por esses agentes.

**Capítulo 2 – O ATHENEU SERGIPENSE, OS DOCENTES E O DESENHO:
CENÁRIO, ATORES E TEXTOS DO COTIDIANO DA DISCIPLINA**

2.1 O Percurso entre a Praça e a Aurora

O Atheneu Sergipense era o grande centro oficial do ensino secundário em Sergipe no ano de 1900. A esta altura, estava situado na atual Praça Camerino, localizada na segunda quadra da av. Barão de Maruim (para aqueles que avançam pela avenida, dando as costas para o rio). Embora atualmente ainda se trate de uma bela e espaçosa edificação, abrigar, naquele período, uma escola que crescia como o Atheneu Sergipense passou, ao longo dos anos, a ser tarefa difícil.

Até migrar para o suntuoso prédio da ‘Rua da Aurora’ (atual Ivo do Prado ou ‘Rua da Frente’) em 1926, carinhosa e curiosamente (em virtude de seu tamanho) apelidado de “Atheneuzinho”, a instituição permaneceu por aproximadamente trinta anos instalada no prédio da praça, que já era a sua segunda localização.

Geminiano Paes de Azevedo³⁵ era o diretor do Atheneu Sergipense em 1900. Era sua função, assim como de qualquer outro diretor, zelar pelo pleno funcionamento da instituição a fim de que ela cada vez mais se consolidasse no cotidiano educacional do estado. O diretor Geminiano estava à frente de funcionários divididos entre membros da secretaria, corpo docente e de manutenção do edifício, os quais eram responsáveis pelo funcionamento diário da instituição.

No ano de 1901, com a saída do diretor Geminiano, assumiu a vaga Balthazar Goes³⁶. Balthazar foi um dos que mais lutaram pela construção de um prédio adequado para atender às necessidades do Atheneu Sergipense. Em 1903, então diretor, enviou um relatório deveras queixoso acerca do prédio do Atheneu da praça. Para ele, era destoante da importância do Atheneu Sergipense o espaço físico por ele ocupado.

Balthazar afirmava que a escola só funcionava naquele local para que suas atividades não cessassem e que o estado tinha condições financeiras para melhorar ou resolver de uma vez por todas tal situação. Para tentar a comoção dos destinatários de seu protesto, apelava à sociedade intelectualizada, fruto do Atheneu Sergipense, ações que pudessem reverter o quadro.

Mas os problemas do ensino secundário em si não se resumiam aos limites do edifício do Atheneu Sergipense. Para Balthazar Goes, urgia uma reforma no ensino, que abrangesse, sobretudo, a instrução primária, “a única que pode abranger todas as camadas da sociedade,

³⁵Nasceu em São Cristóvão, 1837 – morreu em Aracaju, 1915. Originário da cadeira de Francês, atuou por 38 anos como professor no Atheneu Sergipense (1871-1909).

³⁶Nasceu em Itaporanga D’Ajuda, 1853 – morreu em Aracaju, 1914. Foi um importante educador sergipano, professor e diretor do Atheneu Sergipense, Professor na Escola Normal e em cadeiras isoladas da capital.

sendo, aliás, a condição para que seja eficaz o ensino secundário e superior” (Doc. 74FASS05, Livro de correspondências expedidas do Atheneu Sergipense, 1898-1916, p. 56).

A equiparação do Atheneu Sergipense ao Colégio Pedro II já era preocupação naquele período. Balthazar Goes demonstrava acreditar, inclusive, que, aliada à solução dos problemas citados, a equiparação poderia salvar o Atheneu Sergipense³⁷ de se tornar uma instituição ordinária.

Em sucessivos relatórios escritos por Balthazar Goes ao longo de sua atuação como diretor da instituição, é comum perceber uma forte carga de saudosismo (ou não apenas isso), por parte daquele que acreditava que nem os alunos nem o Atheneu eram os mesmos de outrora. Reclamava, dentre outras coisas, a falta de bons modos administrados pelos pais, o que resultava na pouca capacidade intelectual presente em alguns alunos.

As suas reclamações também giravam em torno da indisciplina. Estão registrados inúmeros afastamentos, de até seis meses, comunicados de suspensões, algumas expulsões, repreensões e outras medidas disciplinares àqueles que atentavam contra a ordem e disciplina do estabelecimento.

Também faltavam professores para compor o quadro do Atheneu Sergipense. Era comum que os alunos ficassem sem aulas durante o período letivo. Em 03 de abril de 1903 Balthazar escreveu ao então presidente do estado Josino Menezes, solicitando-lhe um professor de Arithmética e álgebra. Daquele pedido resultou a chegada do professor Eutychio de Novaes Lins³⁸ como interino da cadeira em 02 de maio desse mesmo ano.

Uma mudança aparentemente repentina na direção do Atheneu Sergipense ocorreu em 04 de setembro de 1904, quando assumiu a direção o senhor Candido Costapinto³⁹. Com ele as reclamações tiveram continuidade, porém em tom mais ameno. Quando questionava a situação do prédio, por exemplo, ele já isentava a responsabilidade do governo, afirmando conhecer a realidade do estado, que não tinha condições financeiras para uma reforma ou nova construção.

Entretanto, Costapinto registrou uma reforma no prédio do Atheneu da praça em 1908. Naquele ano, já se ouvia falar na construção de um novo edifício com “beleza e higiene”, como dizia Costapinto, para abrigar a instituição. Certamente, aquela reforma de proporções

³⁷ Em 1903 o Atheneu Sergipense tinha 106 alunos matriculados.

³⁸ Nasceu em Lagarto, 1852 – morreu em Aracaju, 1918. Foi professor do Atheneu Sergipense por 15 anos, além de ter sido guarda-livros do Banco do Estado de Sergipe.

³⁹ Nasceu em Divina Pastora, 1855 – morreu em Salvador-Ba, 1915. Era médico e foi diretor do Atheneu Sergipense entre 1904 e 1912.

regulares foi para atender aos requisitos da equiparação ao Colégio Pedro II, que ocorreu em 26 de setembro por meio do decreto de nº. 7129.

Para a obtenção do título, o governo de José Rodrigues da Costa Dórea⁴⁰ construiu dois pavilhões laterais, aumentando o número de salas e ampliando a biblioteca. O prédio já existente também ganhou novas vidraças e pinturas interna e externa, tornando-se, certamente, um ambiente mais agradável. Mas a construção do novo Atheneu Sergipense não deixou de ser desejo nem preocupação por parte dos professores, intelectuais e, sobretudo, dos políticos locais. Tanto que o professor Joaquim do Prado Sampaio Leite⁴¹ foi indicado pelo diretor Costapinto (e aprovado unanimemente pela Congregação) para representar a Congregação do Atheneu Sergipense em 07 de setembro de 1908, no ato de colocação da pedra fundamental do novo prédio.

A reclamação mais grave e mais recorrente nos relatórios de Costapinto é referente à falta de professores para o pleno funcionamento das disciplinas. O corpo docente defasado e a grande quantidade de pedidos de licença eram os motivos que levavam a esse quadro. Os constantes desvios nas funções dos professores do Atheneu Sergipense também foram motivos para as advertências de Brício Cardoso⁴², quando este esteve à frente da direção da instituição, sempre preocupado em informar ao secretário do Governo do Estado acerca da falta de professores no Atheneu Sergipense.

Como solução, professores de outras instituições, como a Escola Normal, por exemplo, eram nomeados pelo Governo do Estado para substituir os professores que se encontravam afastados. O ofício de nº. 40, endereçado ao secretário de Governo, em 21 de setembro de 1911, é ilustrativo:

Comunico-vos para os devidos efeitos, que o lente de Português da Escola Normal, Manoel Francisco Alves de Oliveira, designado por ato do Governo, sob n. 124, para substituir o de Latim deste estabelecimento, Pe. Possidonio Pinheiro da Rocha, durante o tempo que o mesmo se achar com assento na assembléia estadual, assumiu o respectivo exercício nesta data (Doc. 74FASS05, Livro de Correspondências expedidas do Atheneu Sergipense, 1898-1916, p. 137).

⁴⁰ Nasceu em Propriá, 1859 – morreu em Salvador-Ba, 1938. Médico e ex-governador de Sergipe.

⁴¹ Nasceu em Aracaju, 1865 – morreu em Aracaju, 1932. Jurista, foi deputado e professor originário da disciplina de Literatura e Lógica no Atheneu Sergipense.

⁴² Nasceu em Estância, 1844 – morreu em Aracaju, 1924. Professor da cadeira de Retórica e Poética do Atheneu Sergipense.

Francisco Teixeira de Faria⁴³, diretor do Atheneu Sergipense em 1915, era professor de Geometria e Trigonometria dessa Instituição. Naquele ano, o Atheneu Sergipense contava com 18 lentes e dois professores de Desenho, como discriminava a lei, e contava com 75 alunos matriculados (69 no curso integral e seis no curso normal). O prédio da praça havia acabado de sair de outra reforma. Dessa vez, segundo Francisco de Faria, os professores estariam mais satisfeitos quanto às condições do prédio. Ademais, o diretor não poupava as páginas de seus relatórios enviados ao Governo do Estado de agradecimentos por uma biblioteca dotada de bons livros que atendia, sobretudo, aos alunos que estudavam naquele Atheneu que eram “menos favorecidos da fortuna” (Doc. 74FASS05, Livro de Correspondências expedidas do Atheneu Sergipense, 1898-1916, p. 179). A biblioteca do Atheneu – o tal presente descrito por Francisco de Faria – demorou algum tempo para ser instalada, o mesmo tempo entre o fim da reforma do prédio e a inauguração, que foi de cerca de três meses, conforme o documento supracitado.

Mas uma informação obtida por meio da análise dos relatórios dos anos seguintes revela que o prédio do Atheneu Sergipense continuava a ser um problema, mesmo no ano de 1916, ou seja, um após a reforma. Segundo o diretor Aristides Fortes, os problemas com as instalações do Atheneu Sergipense agravaram-se. Em junho daquele ano, em ofício enviado à secretaria geral do Governo do Estado, Aristides Fortes pedia que com urgência fossem realizadas melhorias no edifício, tanto em relação à estrutura quanto em relação à limpeza, pois julgava que a situação havia chegado aos limites.

Da estrutura física aos recursos humanos, os problemas ebuliam no pequeno e velho Atheneu Sergipense da Praça Camerino. Durante anos, as reclamações e solicitações foram exatamente as mesmas. Entravam e saíam diretores que, por vezes, repetiam *ipsis litteris* as falas dos seus antecessores. No início dos anos 1920, Jucundino Andrade não fugiu desse discurso e se queixou seguidas vezes da falta de materiais pedagógicos, dos afastamentos dos professores e das deficiências do prédio.

Em 1921 ocorreu uma diminuição significativa nas matrículas do Atheneu Sergipense. Havia 58 alunos inscritos na instituição, sendo 35 dos quais eram sexo masculino e 23 do sexo feminino. Ao fazer a matrícula no Atheneu Sergipense, as alunas recebiam um plano geral de uniformes, que descrevia exatamente como deveriam ser as fardas utilizadas para a ida à escola.

⁴³Nasceu em Estância, 1860 – morreu em Estância, 1923. Foi aluno, professor da disciplina de Geometria e Trigonometria e diretor do Atheneu Sergipense e da Instrução Pública, no governo de Guilherme de Campos.

Japona branca com punhos, gola de marinheiro, peitoral fechando o decote, gravata de manta azul-marinho e bainha inferior voltada para fora e para cima em forma de bolso e presa ao corpo da japona por colchetes de pressão, a intervalos de 8 centímetros, sendo que em um dos intervalos de cada lado ela será abotoada por 2 botões de madrepérola em vez de colchetes. A bainha terá quatro dedos de largura. Saia azul-marinho igual à que é usada pelas alunas da Escola Normal (Doc. 61FASS05, Livro de atas do Atheneu Sergipense, 1921, s/p).

O baixo número de matriculados é indiciário de um momento de crise vivido pela instituição. Em 1922 o prédio ainda era uma preocupação. Pelo relatório de 16 de julho daquele ano, enviado ao Governo do Estado, pode-se perceber os anseios por novas instalações para a escola:

Continua esta cada vez mais exigindo do governo uma remodelação radical, se não uma reconstrução que lhe altere a feição arquitetônica e as disposições internas, de maneira que ele fique colocado no plano que lhe confere a sua qualidade de mais alto estabelecimento de instrução do nosso estado. (Doc. 193FASS05, Livro de correspondências recebidas do Atheneu Sergipense, 1922-1939, p. 15)

Sucumbindo ao tempo, o prédio da praça representava um risco à reputação do Atheneu Sergipense; ao menos era isso que transparecia nos discursos dos professores e alunos da instituição. Professores reclamavam da falta de condições nos laboratórios das disciplinas práticas e de recursos materiais. Os alunos conviviam com lavatórios quebrados e encanamentos entupidos. Quando Abdias Bezerra assumiu como diretor do Atheneu Sergipense, em 04 de novembro de 1922, com apenas dois dias no cargo, solicitou a ampliação e a reparação da luz elétrica no edifício em caráter de urgência. Insistiu por quatro meses para que fossem feitos reparos nos encanamentos e fosse restabelecida a instalação de água.

Com Alcebiades Paes⁴⁴, que assumiu em 1923, o teor dos relatórios mudou. A escrita do novo diretor era bastante detalhada, adjetivada e reveladora de detalhes da imagem que ele fazia da instituição que dirigia. Certa feita escreveu:

A este respeito, cabe-me informar que são verdadeiramente lastimáveis as condições do nosso instituto oficial de ensino secundário. O edifício do Atheneu não vale o esforço de descrevê-lo. Está abaixo, muito abaixo da crítica. É acanhadíssimo, não tem estética, está muito estragado, goteja por toda a parte e o seu madeiramento de há muito vem sendo devorado pelos cupins. As suas portas e janelas cedem em sua maioria à menor pressão. A

⁴⁴ Nasceu em Alagoas, 1883 – morreu em Aracaju, 1927. Médico e professor do Atheneu Sergipense, dirigiu a instituição de 1922 até o fim de sua vida.

pobreza do material de ensino corre parelha com a do prédio. Dificilmente se compreende como os governos que vêm levantando palácios para o ensino primário, têm sido tão indiferentes à sorte de um estabelecimento de tão belas tradições e que ainda é, no estado, a única porta por onde passa, com destino às escolas superiores do país, a mocidade sergipana! (Doc. 193FASS05, Livro de correspondências recebidas do Atheneu Sergipense, 1923-1939, p. 42).

O questionamento do diretor Alcebíades Paes, se levado a cabo, põe em xeque a condição do Atheneu Sergipense de ser o grande motivo de orgulho para a educação no estado de Sergipe naquele período. Aliás, entre o Atheneu da praça e o Atheneu da Aurora existe, ao menos do ponto de vista material, uma grande negação dessa condição.

Alcebíades Paes também escreveu sobre os afastamentos dos professores, citando o caso de Adolfo Valadão, que estava há cinco anos longe de suas funções como professor de Geometria Descritiva e Analítica por conta de um cargo no governo e sobre a questão dos salários, exigindo que estes se equiparassem aos vencimentos dos professores do Colégio Pedro II.

Quanto aos professores, lembrava que a legislação vigente determinava 13 efetivos e 12 substitutos e que o Atheneu Sergipense tinha apenas cinco substitutos. No ano de 1923 o Atheneu Sergipense contava com 50 alunos matriculados, sendo que nenhum o foi no quarto ano, o que indica que em 1924 não houve alunos na quinta série.

Naquele ano, Quintino Marques e Rubens de Figueiredo Martins eram os professores de Desenho do Atheneu Sergipense. Eles também demonstravam descontentamento com as condições de trabalho na instituição, principalmente em relação à sua posição dentro da escola. Para agravar a situação, não tinham como executar trabalhos práticos, ou trabalhos mais elaborados conforme exigiam os conteúdos, pois a escola não possuía os sólidos geométricos que deveriam servir como modelo para as aulas, por exemplo.

Nos anos que se seguiram, o velho prédio da praça só piorava. “Era agora uma construção de caráter miserável”, dizia Alcebíades Paes, em 1924 (Doc. 193FASS05, Livro de correspondências recebidas do Atheneu Sergipense, 1923-1939, p. 78). Faltava-lhe o material pedagógico necessário para um ensino proveitoso. Em 1924, 63 alunos frequentavam regularmente o Atheneu Sergipense. Em nome deles e da manutenção da equiparação ao Colégio Pedro II, Alcebíades Paes solicitou ao Governo que construísse uma nova sede para o Atheneu Sergipense.

Somente em 1925 a situação começou a mudar. Alcebíades Paes agradecia a movimentação do Governo do Estado, para agilizar a construção do novo prédio do Atheneu

Sergipense. Dizia, como antes, que o prédio do estabelecimento encontrava-se em péssimas condições, mas que desta vez era por pouco tempo. O Governo lhe apresentara um projeto digno, que fazia frente à defendida grandiosidade do ensino oferecido naquela instituição, com biblioteca, perspectiva de aquisição de mobiliário específico, laboratórios, ou seja, com tudo de que era desprovido o pequeno Atheneu Sergipense da praça.

Naquele momento, o Atheneu da Aurora surgia como a renovação do secundário público sergipano, que perdera espaço com as sucessivas reformas nacionais e estaduais que conferiram aos estabelecimentos particulares não oficiais a condição de formarem alunos para ingresso nas faculdades do país. Eram 75 os alunos matriculados em 1925, distribuídos entre os cinco anos de curso.

Além de estar sujeito às ações do tempo, o prédio do Atheneu Sergipense sofria com a ação de vândalos. Em 1925 teve parte de seu encanamento roubado. Criminosos levaram cerca de 15 metros de cano, justamente às vésperas da realização dos exames finais. Data de 13 de julho de 1926 o primeiro pronunciamento de Alcebíades Paes acerca da conclusão do prédio do novo Atheneu. Essas e outras felicidades foram descritas e registradas na data mencionada:

O Brasil em peso festejou, com justíssimas demonstrações de carinho, o primeiro centenário de nascimento do nosso segundo e último imperador, o sábio e magnânimo D. Pedro de Alcântara. Homenageando também a memória do extraordinário varão que, durante meio século, dirigindo-lhe sabiamente os destinos tanto concorrera para o engrandecimento do Brasil, o governo do estado baixou a 02 de dezembro do ano transcurso, o decreto n. 911 que dá a este estabelecimento de ensino a denominação de Atheneu Pedro II. [...] não vale mais a pena gastar tinta, papel e tempo a falar no pardieiro que, por poucos dias, felizmente, ainda hospeda o nosso ginásio oficial. O novo prédio em feliz momento mandado construir pelo atual presidente do estado de acordo com as indicações fornecidas por essa diretoria, já foi dado por terminado e orna a nossa capital como um edifício mais imponente, na opinião unânime do povo. (Doc. 74FASS05, Livro de correspondências expedidas do Atheneu Sergipense, 1898-1916, p. 134).

Finalmente o ensino secundário oficial de Sergipe ganhou uma nova casa e, embora Alcebíades Paes quisesse reforçar a ideia de que a iniciativa de luta por uma nova sede tenha partido de sua diretoria, viu-se aqui que, desde 1903, os pedidos nesse sentido eram constantes. A Rua da Aurora, local da futura sede, tinha o charme das grandes construções. Àquela altura o Grupo Escolar Barão de Maruim (Figura 2, p. 69) encontrava-se instalado próximo à Capitania dos Portos, antiga sede da Escola de Aprendizes Marinheiros (Figura 3, p.69), num prédio que, mesmo sendo menor do que o novo Atheneu Sergipense, era também

monumental. Com o casamento de porta central com as escadas projetadas em curva para o interior da edificação, o prédio do Grupo Barão de Maruim fazia um convite ao seu interior e ao conhecimento.



Figura 2: Antigo Grupo Escolar Barão de Maruim. Fotografia.
Fonte: CARVALHO; ROCHA, 2006, p. 122



Figura 3: Sede da Escola de Aprendizes Marinheiros na Rua da Aurora. Fotografia de cartão postal original de 1910. Fonte: <http://www.mar.mil.br/cpse/historico.html>

Mais adiante, rumando para o centro da cidade, próximo à ponte do Imperador, estava a delegacia fiscal, a Biblioteca Pública e os prédios da Praça Fausto Cardoso, que guardava a Catedral, situada na praça logo atrás – hoje Parque Teófilo Dantas.

Localizado na Rua da Aurora, o Atheneu Sergipense (Figura 4) ganhava agora o status cuja falta tanto incomodava a seus integrantes e (por que não dizer?) amantes. Estava

finalmente em um ambiente que fora projetado para recebê-lo e atender às suas finalidades. A sede agora era uma construção de grandes proporções, com uma fachada em estilo eclético, tão característico da Aracaju do período.



Figura 4: Nova sede do Atheneu Sergipense construída em 1926. Fotografia. Cópia de original pertencente ao acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Uma análise da arquitetura, sem a pretensão de aprofundar-se ou esgotar o tema, revela algo das particularidades da construção pensada para abrigar o Atheneu Sergipense. O prédio de dois pavimentos, com vão central de duas portadas (inferior e superior), contava com sucessivas janelas de verga reta que sugerem inspirações neoclássicas, que muito dialogam com a finalidade do Atheneu Sergipense de oferecer o curso de Humanidades (ainda que o projeto não tivesse a intenção, há uma clara referência à arquitetura renascentista do período do *cinquecentto*, com linhas clássicas, que apontam para um maneirismo). As portas principais estavam dispostas estrategicamente nos cantos e no centro da edificação, com muretas que ofereciam segurança, e, como púlpitos, pareciam palestrar com os passantes. Elementos fitomórficos de fachada, guirlandas e anjos impressos nas colunas evocam um barroco tardio. As volutas de suporte, bem como os balaústres romanos na sacada, evocam o período rococó.

O pé-direito alto (altura do solo ao teto) e os elementos decorativos do topo (compotas), a sequência de colunas, a volumetria, as cornijas, todos os detalhes do frontispício revelam que ela fora cuidadosamente planejada para impressionar e atender aos

anseios daqueles que clamavam por um prédio com estilo arquitetônico. Como arremate, a águia, o símbolo da inteligência e perspicácia humanas e característica das grandes remodelações e construções educacionais do governo Graccho Cardoso⁴⁵.

Os próximos passos após o término do edifício eram equipá-lo e ocupá-lo. O departamento nacional do ensino já havia marcado para os dias seguintes uma visita de inspeção, a fim de checar se haviam sido cumpridos os requisitos que mantinham o Atheneu Sergipense equiparado ao Colégio Pedro II. O diretor Alcebíades Paes escreveu ao Governo do Estado solicitando que a mudança para o novo prédio ocorresse com a máxima urgência. Além disso, solicitava que os gabinetes fossem rapidamente equipados e que novos móveis fossem comprados, pois os do velho Atheneu Sergipense da praça não condiziam com o novo prédio.

A inauguração do Atheneu Sergipense da Rua da Aurora ocorreu em 13 de agosto de 1926, 23 anos depois das primeiras solicitações feitas por Balthazar Goes. Estiveram presentes à ocasião o então senador e presidente eleito da República, Washington Luiz (que excursionava pelo Nordeste); o governador do estado, Graccho Cardoso; os professores e os alunos do Atheneu Sergipense. Mas, para o descontentamento de Alcebíades Paes, que há muito chamava a atenção do Governo do Estado para a compra de mobiliário, todo o mobiliário da nova sede, bem como os materiais pedagógicos, foram levados do velho prédio da praça ou adquiridos pela doação do Instituto Profissional Coelho e Campos e da antiga Faculdade de Direito Tobias Barretto.

“O percurso entre a Praça e a Aurora” pode ser entendido como o período que o Atheneu Sergipense levou, buscando organizar seu funcionamento, em um novo prédio que fosse adequado para receber a instituição. Por trás dessa tentativa de organização, professores e funcionários trabalhavam para fazer sobreviver a escola.

2.1.2 O Atheneu Sergipense como um espaço de projeção e disputas no campo intelectual de Sergipe

Quando retoma a noção de campo, Bourdieu (2004) vai além de interpretações que explicam o funcionamento natural do campo como um espaço de produção cultural (seja ela filosófica, histórica, científica, artística, etc.), ao analisar os campos como espaços

⁴⁵Nasceu em Estância, 1874 – morreu no Rio de Janeiro em 1950. Filho do professor Brício Cardoso, foi governador de Sergipe entre 1922 e 1926.

relativamente autônomos. E sobre essa autonomia, Bourdieu alerta que, em relação às instituições, é preciso ter em mente questionamentos sobre:

A natureza das pressões externas, a forma sob a qual elas se exercem, créditos, ordens, instruções, contratos, e sob quais formas se manifestam as resistências que caracterizam a autonomia, isto é, quais são os mecanismos que o microcosmo aciona para se libertar dessas imposições externas e ter condições de reconhecer apenas suas próprias determinações internas (BOURDIEU, 2004, p. 21).

Quando se torna relativamente autônoma, uma determinada instituição adquire meios para resistir às pressões externas. Entendido isso, torna-se explicável o fato de o Atheneu Sergipense não ter sucumbido ao tempo, mesmo diante de tantos problemas estruturais e no corpo docente. Aliás, o Atheneu Sergipense só resistiu àquele período anteriormente narrado graças à sua relativa autonomia, que permitiu o reconhecimento, por parte da sociedade e dos poderes políticos, de sua importância no cenário educacional sergipano. Foi essa relativa autonomia, construída desde sua criação em 1871, que fez com que as autoridades construíssem um novo prédio, em vez de inventar uma outra instituição em detrimento do Atheneu Sergipense.

Essa autonomia, no que se refere ao Atheneu Sergipense, resultou, primordialmente, da ação dos professores responsáveis pela manutenção dessa condição. A capacidade intelectual dos docentes daquela instituição e o reconhecimento de que estes eram os expoentes da educação em Sergipe sempre foram evidenciados pela historiografia educacional sergipana. Alves (2005) trata do Atheneu Sergipense como “casa de educação literária” que abrigava os intelectuais da educação que tinham a maior visibilidade no Sergipe do século XIX. Quando fala dos concursos realizados no Atheneu Sergipense, Alves revela algo do sentido que tinha ser professor do Atheneu Sergipense no final do século XIX:

Por tal processo passaram sujeitos com diferentes formações: farmacêuticos, médicos, bacharéis, engenheiros, cirurgiões, dentistas, mecânicos e músicos. Os lentes do Atheneu Sergipense se faziam presentes em constantes artigos publicados na imprensa local, disseminando suas ideias, tornando-se visíveis na sociedade. Ao assumirem funções fora daquela casa, em diferentes circuitos culturais, extrapolavam os limites da instituição com estratégias de intervenção na sociedade, tomando assento em cargos legislativos, dirigindo órgãos públicos e políticos (ALVES, 2005, p. 59).

Conhecida a noção de campo, dela depreende-se que “todo campo, o campo científico, por exemplo, é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2004, p. 37). Também são agentes desse campo os

professores, responsáveis diretamente pela existência, disseminação e manutenção do campo científico.

No caso do Atheneu Sergipense, a base daquele prédio que ruía era composta de professores, intelectuais sociais, reconhecidos dentro e fora da instituição, os quais contribuíram para a solidificação, mais especificamente, para a resistência por parte da instituição às pressões externas, materializadas nas sucessivas e diferentes reformas do ensino, ou no desleixo por parte dos governos que, nas primeiras décadas do século XX, aparentemente passaram a desconsiderar a existência do Atheneu Sergipense, ou colocá-lo em uma baixa escala de prioridade nos assuntos educacionais em Sergipe.

Mais do que qualquer outra intenção, os professores da instituição, quando assumiam o papel de diretor, “lutavam” pela manutenção do Atheneu Sergipense como o espaço de projeção da intelectualidade sergipana, espaço este do qual faziam parte e que era extremamente importante para a manutenção, também de sua condição individual de intelectual. Por isso, ao estudar os professores, houve a procura pelo entendimento das posições ocupadas por eles, naquele espaço, para ser possível compreender que fatores interferiam diretamente em seus posicionamentos.

O professor Alcebíades Paes, por exemplo, suscita um questionamento grave quanto ao teor de sua escrita nos relatórios enviados ao Governo do Estado. Até onde sua fala é orientada para o bem único e exclusivo da instituição? Em momentos cruciais as suas solicitações para o Atheneu Sergipense, bem como suas críticas quanto à ação de outros diretores da instituição ou aos governos antecessores ao de Graccho Cardoso, denotam a existência e os usos de todo o seu capital institucional, para a sua manutenção na posição na qual se encontrava.

Certa feita, o fato de um dos professores de Desenho da instituição, Rubens de Figueiredo Martins, não ter cursado o ensino superior gerou uma desinteligência entre ele e o então diretor do Atheneu Sergipense, Alcebíades Paes, em 1925:

Ilmo. Sr. Dr. Diretor do Atheneu Sergipense, Alcebíades Paes. O abaixo assinado, professor vitalício de Desenho deste estabelecimento, considerando que os exames de promoções só tem por fim constatarem a competência e idoneidade moral e sendo absolutamente evidente que o professor vitalício que examina ou promove tem essa competência e essa idoneidade exigidos relativamente à sua cadeira, requer à V. Senhoria se digne promover-lhe os meios legais de inscrição para exame deste ano, segundo o art. 197 da nova reforma, portanto, sendo, como é o peticionário professor vitalício daquela cadeira equivale a ter um preparatório nos precisos termos do art. cit. Aracaju, 24 de novembro de 1925. Rubens de

Figueiredo Martins. (Doc. 192FASS05, Livro de registros do Atheneu Sergipense, com solicitações diversas, 1925, p. 88).

Abaixo, o despacho de Alcebíades Paes:

O que o requerente alega em sua petição é justo e verdadeiro: os exames têm por fim constatar a competência especial dos que a eles se submetem e ninguém poderá dizer que falta esse requisito numa matéria a quem a leciona oficialmente num estabelecimento equiparado ao Colégio Pedro II. Mas o art. 297 do Decreto n. 16. 782-A, de 13 de janeiro de 1925, invocado aliás, pelo peticionário em seu favor, preceitua que poderão terminar o curso pela forma regulamentar anterior ao mesmo decreto ‘os candidatos que já tenham um ou mais exames preparatórios’. Ora, o professor Rubens de Figueiredo Martins não tem essa vantagem como mostrou não exibindo nenhuma certidão de exames desse curso. Logo, não pode ser deferido o seu pedido. É certo que na sua petição procura demonstrar que o seu título de professor vitalício de uma matéria do curso secundário supre ou que pode suprir a falta da referida certidão. No terreno doutrinário, não há como contestar semelhante tese; mas as disposições gerais reguladoras do assunto não previram a hipótese. O caso é portanto evidentemente omissivo para resolvê-lo. Só ao Diretor do Departamento Nacional do Ensino, caberá dar-lhe solução. Recorra, pois, o peticionário, se assim entender, à suprema autoridade do ensino secundário e superior. Atheneu Pedro II, 8 de dezembro de 1925. O Diretor Alcebíades Paes. (Doc. 192FASS05, Livro de registros com solicitações diversas, 1925, p. 88).

Não há registros de ter o professor Rubens de Figueiredo recorrido a qualquer órgão que fosse. Muito provavelmente a questão deu-se por encerrada. Mas se o fato de não ter a formação superior colocava-o em desvantagem nos assuntos do Atheneu Sergipense, para além dos limites daquela instituição pode-se considerar que ele foi um intelectual significativamente atuante, o que poderá ser visto no tópico mais adiante.

Mas, embora fosse um intelectual com reconhecimento social, naquele momento, diante de Alcebíades Paes, Rubens de Figueiredo Martins encontrava-se em uma condição desfavorável. Embora reconheça em Rubens de Figueiredo toda a condição necessária (ainda que uma interpretação pouco maliciosa sugira certa ironia), Alcebíades Paes tem sua decisão de negar ao pedido e devolvê-lo para que procure outra instância por, sendo o diretor do Atheneu Sergipense, ter de manter em consonância as práticas institucionais com as previsões legais.

Certamente ambos tinham o conhecimento da lei. Rubens de Figueiredo, julgando ser aquela uma questão de mérito, solicitou sua participação nos exames de promoção como forma de reconhecimento. Da mesma maneira, Alcebíades Paes não o julgou credenciado para

apoiar-se na lei, mas reconheceu o seu capital. O que se observa nesse episódio especificamente, é que:

Os agentes sociais estão inseridos na estrutura e em posições que dependem, elas próprias, em grande parte, dessas posições, nos limites de suas disposições. Essas estratégias orientam-se seja para a conservação da estrutura, seja para a sua transformação, e pode-se genericamente verificar que quanto mais as pessoas ocupam uma posição favorecida nas estruturas, mais elas tendem a conservar ao mesmo tempo a estrutura e sua posição, nos limites, no entanto, de suas disposições (isto é, de sua trajetória social, de sua origem social) que são mais ou menos apropriadas à sua posição (BOURDIEU, 2004, p. 29).

Está se falando aqui, quanto à origem do lugar de discurso desses dois intelectuais, da polarização das posições ocupadas por eles. De um lado, um professor de Desenho que agregou à sua formação o curso de humanidades do Atheneu Sergipense; de outro, Dr. Alcebíades Paes, o diretor. Sendo o Atheneu Sergipense um espaço de disputas para os intelectuais da educação de Sergipe, o exemplo da desinteligência entre os dois dignos professores é emblemático para as percepções das relações existentes no interior de um determinado campo.

Acontece que no caso em questão estava em jogo, além dos questionamentos por parte de Rubens de Figueiredo, do aparato legal, a reputação de uma instituição reconhecida socialmente pela sua aparente qualidade e excelência, confiada aos comandos de um diretor que, além do capital cultural, detinha um forte capital científico institucionalizado. Não se trata somente da disputa (mesmo que a princípio a sua simpatia por um ou outro lado possa sugerir). Está-se aqui diante de dois importantes agentes para o funcionamento da instituição maior, que era o Atheneu Sergipense.

Por se tratar este de um estudo de História das Disciplinas Escolares, esta pesquisa volta-se com atenção especial à figura do professor, pois “no coração do processo que transforma finalidades em ensino, há a pessoa do docente” (CHERVEL, 1990, p. 191).

Esta investigação observou os professores de Desenho do Atheneu Sergipense (1905-1930), sem restringir o entendimento e a narrativa à atuação desses docentes aos limites da instituição, mas buscando, sobretudo, compreendê-los como indivíduos ativos na sociedade. Segundo Nascimento, J., “as abordagens sobre intelectuais são importantes contribuições que servem para reafirmar a condição do indivíduo como sujeito da história, colocando em destaque as personalidades no processo da vida social” (NASCIMENTO, J., 2007, p. 7). No caso do Atheneu Sergipense, seu corpo docente destacou-se justamente pela capacidade de

ocupar espaços sociais que somente a condição de destacada intelectualidade lhe permitiria. Em relação aos professores de Desenho, está se falando de professores que foram artistas, atuaram na grande imprensa, na política ou deram origem a instituições como o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a Academia Sergipana de Letras.

Este é o caso de Rubens de Figueiredo Martins e de Quintino Marques – professores específicos de Desenho do Atheneu Sergipense – e de Abdias Bezerra, Leandro Diniz de Faro Dantas e outros que, entre outras disciplinas, lecionaram o Desenho no Atheneu Sergipense.

2.2 Os professores de Desenho do Atheneu Sergipense (1905-1930)

Lecionaram Desenho no Atheneu Sergipense no período abrangido por esta pesquisa os seguintes professores: Abdias Bezerra, Luiz de Figueiredo Martins, Leandro Diniz de Faro Dantas, Quintino Marques, Rubens de Figueiredo Martins e Ulysses Vieira de Melo.

Em 1900, antes da exclusão do Desenho dos programas do Atheneu Sergipense, era professor de Desenho o farmacêutico Luiz de Figueiredo Martins. O professor Figueiredo Martins, como era chamado, participou assiduamente das reuniões da congregação do Atheneu Sergipense, desde 1905, após o retorno da disciplina Desenho aos programas, até finais da década de 1920. Era comum nos registros das atas a separação entre os docentes, pois sempre que eram registradas as presenças desses às reuniões, eram identificados os lentes e o professor Figueiredo Martins, em uma clara evidência de cumprimento das determinações legais que previam essa distinção.

Figueiredo Martins não foi somente professor de Desenho; foi também de Geografia, Pedagogia e Metodologia, Corografia do Brasil, Francês e Aritmética. Anualmente ele era escalado para participar das bancas examinadoras dos exames finais e de promoção, mesmo quando não estava mais comandando a disciplina. Figueiredo Martins teve vida longa no Atheneu Sergipense. Foram mais de 20 anos atuando nos mais diversos assuntos da escola. Na década de 1920, por ser o professor mais antigo em exercício, chegou a ser diretor do Atheneu Sergipense, substituindo Alcebíades Paes.

Em meio às dificuldades enfrentadas pela direção do Atheneu Sergipense para manter completo o seu quadro docente, uma das solicitações do diretor Costapinto em 1907 foi atendida pelo Governo do Estado. Esta solicitação se referia ao pedido feito pelo diretor para o presidente do estado, Guilherme de Campos, a fim de que designasse um professor de Desenho para o Atheneu Sergipense a fim de que pudesse cumprir a determinação de 1905 que exigia a obrigatoriedade de oferta dessa disciplina. Assim Costapinto informou em 14 de

fevereiro de 1907: “Tenho a honra de levar ao vosso conhecimento para os devidos efeitos que, nesta data, dei posse ao farmacêutico Ulysses Vieira de Mello, na cadeira de Desenho para a qual foi nomeado por V. Ex^a. por ato de 31 de dezembro, sob nº. 132.” (Doc. 74FASS05, Livro de correspondências expedidas do Atheneu Sergipense, 1907, p. 180).

Dessa forma chegou ao Atheneu Sergipense o professor Ulysses, que assumiu sua parte no quadro de docentes da instituição em 15 de maio de 1907. Pouco tempo depois, fora nomeado como “lente vitalício da cadeira de Desenho”⁴⁶. Assim como aconteceu como os outros professores, Ulysses Mello lecionou outras disciplinas, no caso, História Geral e História do Brasil.

Conhecer sua atuação como professor de Desenho do Atheneu Sergipense, ou mesmo como professor das outras disciplinas, não foi possível, pois os únicos registros de sua existência como professor são os de sucessivos pedidos de afastamento. Somente no espaço de tempo entre 1908 e 1909 foram sete pedidos de licença, renovados em sequência. Homem de saúde frágil, acabou por falecer em 21 de outubro de 1909.

No que se refere à diversidade de disciplinas ministradas, o engenheiro Leandro Diniz de Faro Dantas seguiu o mesmo caminho. Originalmente professor da disciplina Francês, também lecionou Desenho na instituição até meados da década de 1910. Além destas, foi responsável por ministrar aulas de Aritmética, Geografia, Corografia do Brasil e Moral e Instrução Cívica. Assim como Figueiredo Martins, Leandro Diniz tinha a possibilidade de frequentar as reuniões da Congregação e poder de deliberação, pois não era professor titular da disciplina Desenho. Também foi diretor do Atheneu Sergipense, entre 1927 e 1931.

Abdias Bezerra, além de professor de Desenho, foi aluno do Atheneu Sergipense. Os registros históricos trazem particularidades de seu comportamento como aluno, como na ocasião do julgamento feito pela congregação, com a participação do presidente do estado, de seu comportamento considerado impróprio⁴⁷ para um aluno da instituição:

[...] No dia 21 de outubro de 1897, presentes o Ilmo. Sr. Dr. Diretor do Ensino Público Evangelino José de Faro e os professores do estabelecimento em número legal, tratou-se de reprimir o procedimento incorreto de alguns alunos do estabelecimento, para o que propôs o presidente da congregação que fossem suspensos por espaço de um ano os estudantes seguintes: Adolpho Valladão, Antonio Cazal, Heráclito Sampaio, Abdias Bezerra, Mecnas Peixoto, Genulpho da Fonseca, José Pinto, Francisco Fortes

⁴⁶Sem distinção entre conceitos de lentes ou cadeiras, é assim que está escrito no documento. Optei por reproduzir de forma igual.

⁴⁷O documento citado não especifica qual teria sido a falta cometida por Abdias.

Rezende e Ananias Laureíno (Doc. 482FASS05, Livro de atas da Congregação do Atheneu Sergipense, 1871-1926, p. 180).

O perdão da suspensão veio em forma de indulto votado pela Congregação em 2 de março de 1898, que julgou sem efeito a decisão do outubro anterior.

Abdias Bezerra tornar-se-ia professor do Atheneu Sergipense anos mais tarde. Em 8 de maio de 1909, a congregação da instituição reuniu-se para tratar, dentre outros assuntos, da formação da comissão examinadora do concurso que findaria por aprovar Abdias Bezerra para a disciplina de Francês. A comissão foi presidida pelo professor Brício Cardoso e teve como examinadores eleitos Alcebíades Paes e Alfredo Montes Júnior. Para a prova escrita, essa comissão formulou os seguintes pontos:

- 1) Flexões dos adjetivos;
- 2) Formação da língua francesa;
- 3) Flexão do nome;
- 4) Teoria do pronome;
- 5) Teoria do verbo.

Disputaram nessa prova, em 12 de maio de 1909, os candidatos: Abdias Bezerra, Fernando Delério e Antonio Diniz de Valois Galvão. Em 19 de maio, aconteceu a prova oral, na qual os candidatos deveriam fazer reflexões, oralmente, durante trinta minutos, sobre ponto sorteado pela Congregação do Atheneu Sergipense. Concorreram nesta etapa apenas Abdias Bezerra e Antônio Diniz de Valois Galvão. Após este processo e a desistência de Valois Galvão ao final do concurso, Abdias Bezerra foi aprovado como professor do Atheneu Sergipense. A ata que registra a aprovação – de 26 de maio de 1909 – apresenta os elogios tecidos pela comissão examinadora ao desempenho de Abdias Bezerra nas provas, utilizando expressões como “a excelência de suas provas” e “senhor de um vasto vocabulário”. Estas qualidades, certamente fizeram com que fosse julgado capaz de ministrar as inúmeras disciplinas que lecionou no Atheneu Sergipense.

De Guaraná (1925) a Nascimento, J. (2007), as abordagens biográficas sobre Abdias Bezerra sempre destacaram a sua alta capacidade intelectual, listando-o como um dos casos raros de professores capazes de lecionar várias disciplinas. A formação educacional que lhe possibilitou essa condição deu-se inicialmente na Vila de Siriri – sua cidade natal – Itabaiana e Japaratuba. Ingressou nos estudos secundários no Atheneu Sergipense, mas a conclusão destes ocorreu na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Ainda naquela escola, cursou o primeiro ano do ensino superior, mas não prosseguiu na instituição, sendo expulso

devido ao seu envolvimento na Revolta da Vacina, de 1904. Após regressar a Sergipe e atuar por quase quinze anos como professor do Atheneu Sergipense,

[...] em novembro de 1922, Abdias Bezerra assumiu o cargo de diretor do Atheneu Sergipense. Em abril de 1923 foi dirigir o curso comercial Conselheiro Orlando e em maio do mesmo ano passou a exercer o cargo de diretor da instrução pública do Estado (NASCIMENTO, J. 2007, p. 36).

A capacidade de ensinar várias disciplinas era comum aos que compunham o corpo docente do Atheneu Sergipense, durante o período estudado. Não se pode afirmar acerca da qualidade desses professores no domínio dos assuntos mais diversos exigidos pelas diferentes disciplinas, ou de sua capacidade intelectual. Fato é que, conforme mostraram os registros de correspondência do próximo tópico, a rotatividade na regência das disciplinas era prática comum no Atheneu Sergipense.

Após o ingresso de Abdias Bezerra como titular da cadeira de Francês, ele assumiria também a disciplina Desenho. Em 1910, eram professores de Desenho na instituição: Abdias Bezerra, Luiz de Figueiredo Martins e Leandro Diniz de Faro Dantas. Em 1911, esse número de professores de Desenho seria ampliado com a chegada de Quintino Marques, para atuar à frente da disciplina.

Quintino Marques ingressou como professor de Desenho no Atheneu Sergipense no ano de 1911 e permaneceu nesta condição até 1928. O primeiro registro encontrado sobre o professor Quintino Marques no arquivo do Atheneu Sergipense refere-se a uma acusação de falta injustificada naquela que, muito provavelmente, seria a sua primeira participação em uma reunião da congregação, em 1911. Aliás, chama atenção a falta de assiduidade do professor Quintino Marques nas reuniões da congregação. Pelos regulamentos nacionais e estaduais, o professor de Desenho deveria participar das reuniões da Congregação quando estas fossem referentes também à sua disciplina.

Pelas sucessivas ausências às reuniões em que os outros lentes – membros da congregação – decidiam sobre a composição de bancas para exames de promoção ou final, Quintino Marques era escalado para compor as mesas, sem se manifestar ou sem se opor. Apenas comparecia este professor no momento dos exames, cumprindo o papel que lhe fora designado. Nem às reuniões que visavam a organizar os horários das aulas Quintino Marques comparecia. Em fevereiro de 1915, por exemplo, quem decidiu acerca dos horários de Desenho foram os professores Leandro Diniz e Luiz de Figueiredo Martins. Após aquela que seria provavelmente sua primeira reunião, Quintino Marques só viria a participar de outro

encontro da Congregação no ano de 1915, no dia 6 de abril, para ouvir a leitura de um ofício enviado pelo governo estadual.

A oficialização de Quintino Marques como professor do Atheneu Sergipense ocorreu em 1912. No entanto, as atas não registram qualquer movimentação a esse respeito. Ironicamente, foi nos anos de 1915 e 1916 que Quintino Marques, ao que parece, começou a participar de forma mais ativa do cotidiano do Atheneu Sergipense. A ironia está no fato de que o decreto nacional de 1915, Lei Carlos Maximiliano, restringiu enormemente a participação do professor de Desenho na deliberação dos assuntos escolares e pelo fato de que a reforma estadual de 1915 fazia coro ao decreto supracitado.

A reunião da Congregação do Atheneu Sergipense do dia 1º de setembro de 1916 teve dois objetivos: primeiro, a leitura de um ofício do secretário geral do ensino; segundo, a leitura de uma carta enviada à direção do Atheneu Sergipense pelo professor Quintino Marques, para obter a permissão da diretoria do estabelecimento a fim de lhe oferecer um retrato do então presidente do estado, General Oliveira Valladão. A congregação adiou a discussão da proposta, provavelmente pelo fato de o autor não estar presente.

O assunto ganharia destaque, dias depois, com a sessão extraordinária festiva da Congregação para a colocação do retrato do General Valladão, em 12 de outubro de 1916. Naquela data, estiveram presentes no colégio vários docentes da instituição, representantes da assembleia legislativa, da administração pública, além do representante do governador General Valladão. Esta foi uma das oportunidades encontradas pela Congregação – numa sessão minuciosamente pensada para a homenagem e autoprojeção – para agradecer ao governador do estado pelas benfeitorias ao Atheneu Sergipense, bem como para exibir o desempenho e a capacidade dos docentes da instituição. Infelizmente, o governador não pôde comparecer a uma homenagem prestada a ele, em um momento tão importante para o Atheneu Sergipense.

Essa capacidade, representada visualmente pela tela do professor Quintino Marques, foi ressaltada pelo discurso do representante do governador, o qual fora registrado da seguinte forma:

Concluiu dizendo ser de seu dever enaltecer as qualidades artísticas em pintura do professor de Desenho do Atheneu, Quintino Marques, cujo lápis amestrado deve o salão nobre do estabelecimento, aquele retrato pelo mesmo professor oferecido. Sendo a moldura respectiva adquirida pela congregação. As últimas palavras do orador foram cobertas de aplausos (Doc. 496FASS05, Livro de atas da Congregação do Atheneu Sergipense, 1916-1939, p. 10).

O mais curioso em relação a essa celebração é a ausência de registros da presença do professor Quintino Marques. Seria óbvia a sua presença por ser o autor do quadro? Ou a sua aparente excentricidade não lhe permitiu comparecer a uma homenagem que também era sua? Fato é que os registros enumeram “todos” os presentes, nomeando-os, e apresentam as respectivas assinaturas, nas quais a do professor Quintino Marques também não consta.

Quintino Marques foi um exímio pintor, conhecido por executar retratos de extrema qualidade (Figura 5). Ribeiro (2007), biógrafo de Jordão de Oliveira, tratou da relação entre Jordão e Quintino Marques, descrevendo um pouco da personalidade deste último:

[...] os retratos a crayon feitos por Quintino Marques eram poucas vezes igualados, em todo o país. O velho Marques era, também, cenógrafo seguro e grande entusiasta da Geometria e da perspectiva. Excêntrico, procurava solucionar a quadratura do círculo. Trazia Quintino a mágoa de não ter sido contemplado com uma bolsa de viagem ao Velho Mundo, como ocorrera com seu contemporâneo, o laranjeirense Horácio Hora (RIBEIRO, 2007, p. 30).



Figura 5: Quintino Marques. João da Silva Mello. Desenho a carvão, 1899. Dimensões: 77cm x 63 cm. Fonte: Acervo da Pinacoteca Jordão de Oliveira do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS).

Durante e após 1917, as participações dos professores de Desenho nas reuniões da Congregação ficaram cada vez mais escassas. O Desenho, a essa altura, não era uma disciplina que interferia diretamente nas questões relacionadas ao ensino propriamente dito, já que não servia mais para a promoção anual, final ou para os exames vestibulares.

Em 1916, compuseram a banca dos exames finais de Desenho os professores: Leandro Diniz de Faro Dantas, Quintino Marques e Rubens de Figueiredo Martins. Este último foi nomeado para exercer vitaliciamente o cargo de professor adjunto de Desenho do Atheneu Sergipense, por meio do Decreto nº. 635, de 1º de agosto de 1916.

O professor Rubens de Figueiredo Martins nasceu em Aracaju, no dia 10 de julho de 1896. Faleceu aos 81 anos, em 1977. Concluiu sua formação secundária no Atheneu Sergipense, em 1915. O fato de muito cedo ter iniciado a carreira docente não permitiu que Rubens de Figueiredo realizasse de imediato os seus estudos superiores. Ele ingressou no Atheneu Sergipense com o título de bacharel e assim permaneceu até 1927, ano em que requereu sua exoneração do Atheneu Sergipense.

Além de ser professor, Rubens de Figueiredo Martins atuou como escritor, sendo também conhecido como poeta, crítico literário e jornalista. Ademais, foi um dos fundadores da Academia Sergipana de Letras, em 1929, ao lado de intelectuais como Antônio Garcia Rosa⁴⁸ – o idealizador –, Clodomir Silva⁴⁹, entre outros. Sua cadeira é a de número 9 e tem como patrono Maximino de Araujo Maciel.⁵⁰

Conforme visto anteriormente, era comum que os professores da instituição em tela assumissem outras disciplinas que não as suas. No que concerne ao corpo docente, as leis tratavam com um entendimento diferenciado, entre outros aspectos, essa troca na regência das disciplinas. Durante a vigência do Código Eptácio Pessoa, era “lícito aos lentes da mesma seção permutarem entre si suas cadeiras, uma vez que o requeiram e a congregação abone na permuta, vantagem real para o ensino” (BRASIL, 1901). Além dessa permuta, “o lente, substituto ou professor que, além do desempenho do seu cargo, reger cadeira ou aula, por impedimento ou falta do respectivo funcionário, terá direito a um acréscimo de vencimentos igual à gratificação deste” (BRASIL, 1901).

Já a lei de 1911 não se referia especificamente às trocas aleatórias, mas sim às substituições de professores pelos seus respectivos substitutos, no caso do impedimento dos

⁴⁸Nasceu em Japarutuba, 1877 – morreu em Aracaju, 1960. Farmacêutico e poeta, foi professor de Geografia geral e Corografia do Brasil, além de lecionar a disciplina de Francês.

⁴⁹Nasceu em Aracaju, 1892 – morreu em Aracaju, 1932. Jornalista, foi aluno e professor da disciplina de Português do Atheneu Sergipense, onde ingressou em 1918.

⁵⁰Nasceu na Vila do Rosário, 1866 – morreu no Rio de Janeiro, 1923. Foi bacharel e médico.

primeiros. A lei de 1915 designava como função dos professores substitutos “substituir nos impedimentos temporários qualquer dos catedráticos da sua sessão” (BRASIL, 1915).

No Atheneu Sergipense, chama a atenção, durante a vigência do Código Eptácio Pessoa e das leis estaduais do período que tinham a legislação nacional como matriz, a grande rotatividade de professores em determinadas disciplinas. Por meio da observação de um dos livros de correspondências expedidas e recebidas da instituição, pode-se ter um panorama dessa situação⁵¹.

2.3 Um professor, diversas disciplinas: os registros nas correspondências

As apreciações dos registros de correspondências, a partir de 1909, revelaram cronologicamente as comunicações internas entre docentes e diretoria, que dispunham de inúmeras solicitações de licenças, substituições e comunicações de afastamento do exercício. Embora os lentes prestassem concursos para disciplinas específicas, não permaneciam obrigatoriamente nelas.

Um exemplo simbólico disso é o de Abdias Bezerra. Abdias fez concurso para ingresso no Atheneu Sergipense na cadeira de Francês. Sua admissão ocorreu em 28 de maio de 1909. O seu verbete, existente no *Dicionário bio-bibliográfico* de Armino Guaraná, descreve o que a análise do registro das nomeações de regências das cadeiras confirmou:

Professor de preparo pouco comum com aptidão para reger qualquer cadeira do curso ginasial, depois de transferido em 1911 para as cadeiras conjuntas de aritmética e álgebra e logo após para as cadeiras de Geometria e trigonometria, voltando a 21 de junho de 1916 a ocupar a primitiva cadeira de aritmética e álgebra que já havia regido (GUARANÁ, 1924, p. 2).

Em 1909, era professor de Desenho no Atheneu Sergipense o engenheiro Leandro Diniz de Faro Dantas. Este, além de professor, foi deputado estadual por dois mandatos e diretor do Atheneu Sergipense, no final da década de 1920 e início da década de 1930. Leandro Diniz prestou concurso para a cadeira de Francês, mas também lecionou Desenho, Português, dentre outras disciplinas já citadas, na mencionada instituição.

⁵¹Documento nº. 482FASS0505, um livro de registro de correspondências expedidas e recebidas pelo Atheneu entre 1909 e 1921. A análise desempenhada se detém sobre os três primeiros anos de registros, pois são os que trazem mais informações referentes aos professores de Desenho.

No ano de 1910, por duas vezes, esse professor solicitou seu afastamento do estabelecimento por conta de ter que assumir vaga na assembleia legislativa. Assim dizem os ofícios de 11 de março de 1910 e de 5 de setembro de 1910, ambos com o mesmo teor:

Do engenheiro Leandro Diniz de Faro Dantas lente da cadeira de Desenho deste estabelecimento. Comunicando que, nesta data deixa o exercício da mesma para ter de tomar parte nos trabalhos da assembleia legislativa como deputado (Doc. 482FASS05, Livro de correspondências expedidas e recebidas pelo Atheneu Sergipense, 1909-1921, p. 23).

A comunicação, de 5 de setembro de 1910, foi respondida por meio do ofício 602, de 14 de setembro de 2010, pela Secretaria do Governo à diretoria do Atheneu Sergipense, designando o substituto do professor Leandro Diniz:

Do Sr. secretário de Governo em 13 do corrente comunicando que por ato sob nº. 122 foi designado o lente de Francês Abdias Bezerra para substituir o professor de Desenho Engenheiro Leandro Diniz de Faro Dantas enquanto se achar com assento na assembleia legislativa (Doc. 482FASS05, Livro de correspondências expedidas e recebidas pelo Atheneu Sergipense, 1909-1921, p. 32).

Entre 1909 e 1911, Leandro Diniz fez três pedidos de afastamento. Destes, um pedido de licença, em junho de 1911, culminou novamente na sua substituição pelo professor Abdias Bezerra. No mês seguinte, o engenheiro renunciou ao restante de sua licença para reassumir suas atividades no Atheneu Sergipense. Em agosto, solicitou novo afastamento de suas funções. Diz o ofício de 1º de agosto de 1911, direcionado ao diretor do Atheneu Sergipense: “Leandro Diniz de Faro Dantas professor da cadeira de Desenho deste estabelecimento, comunicando que tendo sido sorteado e designado pelo Sr. Juiz municipal desta cidade, deixa de comparecer às aulas” (Doc. 482FASS05, Livro de correspondências expedidas e recebidas pelo Atheneu Sergipense, 1909-1921, p. 50).

Chama a atenção, em meio aos registros das correspondências expedidas e recebidas, um recado escrito pelo professor Leandro Diniz no próprio livro. Nele, o professor agradece a atenção recebida pelo professor Brício Cardoso, então diretor interino do Atheneu Sergipense, além de justificar suas sucessivas ausências:

Aracaju, 26-08-1911, Exmo. Sr. Prof. Brício Cardoso, M.D. Diretor do Atheneu. Tenho à vista a delicada comunicação de V. Ex., e ciente do seu conteúdo, cabe-me dizer que, por motivo de saúde tenho deixado de

comparecer às aulas; Sempre grato pela maneira fidalga com que distingui-me V. Ex. sou. Amigo discípulo obr.º Leandro Diniz (Doc. 482FASS05, Livro de correspondências expedidas e recebidas pelo Atheneu Sergipense, 1909-1921, p. 50-51).

Em 2 de setembro de 1911, a Secretaria de Governo enviou ao Atheneu Sergipense um comunicado com a intenção do professor Leandro Diniz em ministrar a disciplina de Francês. Pouco mais de um mês depois, em 14 de outubro de 1911, a instituição recebeu a comunicação da contratação de um novo professor para o preenchimento da cadeira vaga: “Do secretário interino de governo, comunicando que por ato nº. 144, de 11 do corrente, foi nomeado o cidadão Quintino Marques, para reger a cadeira como lente contratado de Desenho deste estabelecimento” (Doc. 482FASS05, Livro de correspondências expedidas e recebidas pelo Atheneu Sergipense, 1909-1921, p. 53).

Quintino Marques foi nomeado em 14 de outubro de 1911. Junto ao campo artístico, ele fora muito reconhecido, como dito anteriormente, pela sua qualidade no domínio das técnicas realistas⁵², pela sua personalidade excêntrica e por ter sido mestre de pintores renomados. Por meio dos documentos analisados, pode-se apreender que o professor foi convidado a integrar o quadro de docentes do Atheneu Sergipense. Não há registros de concurso no livro aqui analisado, nem em outras fontes consultadas, inclusive no Livro de Atas da Congregação de Professores do Atheneu Sergipense, o qual registrava todos os processos de concurso e aprovação de nomes sugeridos para a ocupação das cadeiras vagas.

Conforme exposto, Quintino foi contratado em 1911. Em 1912, ele foi efetivado na função de professor do estabelecimento, especificamente para a cadeira de Desenho.

O Bel. Sílvio Motta, Secretário de Governo, comunicando que por ato nº 150 de 28 do corrente foram nomeados lentes deste estabelecimento os cidadãos Manoel Cândido, para a cadeira de latim Francisco Monteiro de Carvalho Filho para a de moral e instrução cívica o farmacêutico José Alves da Costa para a de inglês o Padre Jonathas José Gonçalves para a de pedagogia e metodologia e professores, da cadeira de Desenho, o cidadão Quintino Marques [...] 30 de setembro de 1912. (Doc. 482FASS05, Livro de correspondências expedidas e recebidas pelo Atheneu Sergipense, 1909-1921, p. 70).

⁵²O realismo é o estilo artístico que surgiu na Europa na segunda metade do século XIX, em oposição aos pressupostos do romantismo, estilo antecedente. Primava pelo academismo nas diversas modalidades artísticas, tratando do belo com a maior aproximação possível do real, diferentemente do romantismo que trabalhava com a noção do belo idealizado.

Por meio da leitura desse excerto pode-se observar que o professor Leandro Diniz, da cadeira de Desenho, quando precisou ausentar-se foi substituído pelo professor de Francês Abdias Bezerra. O mesmo Leandro Diniz, que tinha a Engenharia como formação, foi designado pela Secretaria de Governo para assumir a cadeira de Francês, originando a vaga que mais tarde seria assumida por Quintino Marques.

A determinação de 1º de agosto de 1912 é emblemática dessa mobilidade:

O Dr. Secretário de Governo de 31 de julho comunicando que, por ato sob o nº 122 foi jubilado o lente de português deste estabelecimento, Brício Cardoso, e por ato nº 123 da mesma data, transferido o lente de aritmética e álgebra, Abdias Bezerra para a cadeira de português e para a de aritmética e álgebra o lente da mesma matéria da Escola Normal Farmacêutica Odilon de Oliveira Cardoso (Doc. 482FASS05, Livro de correspondências expedidas e recebidas pelo Atheneu Sergipense, 1909-1921, p. 73).

A apreciação dos registros contidos no livro analisado são, acima de tudo, ilustrativas das reclamações existentes nos relatórios dos diretores do Atheneu apresentadas no tópico anterior. Essas informações evidenciam que a grande instituição do ensino secundário sergipano, eternizada pela historiografia educacional como o espelho do Colégio Pedro II, sofria, no palco e nos bastidores, a crise infindável de uma escola que já nasceu grande em uma capital de província extremamente jovem, no início de seu processo de desenvolvimento.

QUADRO 7: Professores de Desenho do Atheneu Sergipense (1905-1925) e disciplinas pelas quais eram responsáveis:

Luiz de Figueiredo Martins	Desenho, Geografia, Pedagogia e Metodologia, Corografia do Brasil, Francês e Aritmética.
Ulysses Vieira de Mello	Desenho, História Geral e História do Brasil.
Abdias Bezerra	Desenho, Francês, Português, Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria.
Leandro Diniz de Faro Dantas	Desenho, Francês, Aritmética, Geografia e Corografia do Brasil, Moral e Instrução Cívica.
Quintino Marques	Desenho
Rubens de Figueiredo Martins	Desenho
José de Britto Carmelo	Desenho
Octávio do Espírito Santo	Desenho

FONTE: Quadro elaborado com base nos registros das atas de exames do Atheneu Sergipense (Documento 107FASS01 – Avulso). Acervo do Arquivo Histórico do Atheneu Sergipense.

Por fim, é preciso destacar que essa análise dos perfis⁵³ dos docentes de Desenho do Atheneu Sergipense obedeceu aos ditames da noção de História das Disciplinas Escolares e Cultura escolar, militadas por Chervel (1990) e Julia (2001), nos quais o perfil biográfico do professor foi estudado por meio da sua atuação como alunos ou professores dessa instituição. Com a finalidade de destacar-se a atuação desses docentes como intelectuais sociais, quando os vestígios históricos permitiram, esta análise e interpretação ultrapassaram a atuação institucional, mas sem o objetivo de fazer “um mergulho na alma” do biografado, utilizando uma expressão cunhada por Borges (2005). Na verdade, a intenção desta abordagem é encontrar resquícios que remontem às “histórias” apresentadas no capítulo a seguir.

⁵³As informações acerca dos professores de Desenho diferem em volume, somente pela diferença na quantidade de informações encontradas nos registros do Atheneu Sergipense.

**Capítulo 3 – ENTRE AULAS, ALUNOS E EXAMES: “HISTÓRIAS” DA
DISCIPLINA DESENHO NO ATHENEU SERGIPENSE**

Este capítulo constitui-se em uma tentativa de aproximação das práticas disciplinares e cotidianas da disciplina Desenho no âmbito do Atheneu Sergipense (1905-1930).

A análise acerca de aspectos do efetivo funcionamento da disciplina que é objeto deste trabalho reforça o que a literatura da História das Disciplinas Escolares teoriza, com o auxílio da compreensão da dimensão do conceito de Cultura Escolar. Quando Chervel (1990) apresentou a questão dos ensinos escolares como “a parte da disciplina que põe em ação as finalidades impostas à escola [...]” (CHERVEL, 1990, p.192), ampliou o conceito de disciplina escolar, deslocando-o do que seria usual, ou seja, a classificação dela como a simples transmissão de conteúdos.

Partindo desse entendimento, o trabalho do historiador das disciplinas passa a ser o de

[...] dar uma descrição detalhada do ensino em cada uma de suas etapas, descrever a evolução da didática, pesquisar as razões da mudança, revelar a coerência interna dos diferentes procedimentos aos quais se apela e estabelecer a ligação entre o ensino dispensado e as finalidades que presidem seu exercício (CHERVEL, 1990, p. 192).

Por conseguinte, pode-se entender que, mais do que o processo de transmissão dos conteúdos, a tarefa do pretense historiador das disciplinas é entender como um todo o processo de ensinar, bem como os resultados obtidos com este ensino.

À luz da escrita cherveliana, é observado aqui de que maneira as mudanças de finalidades, de conteúdos, formavam a dinâmica da disciplina. Para tanto, o primeiro passo necessário foi entender qual era a dinâmica da disciplina. Obviamente as mudanças das legislações, bem como dos conteúdos descritos, sugerem, sobretudo, a mudança das práticas de ensino, assim como da situação no ambiente escolar, daqueles que eram os responsáveis pela transmissão dos conteúdos.

Para Chervel (1990), “conteúdos explícitos e baterias de exercícios constituem então o núcleo da disciplina”. (CHERVEL, 1990, p. 205). Entretanto, como deve proceder o historiador das disciplinas diante da ausência das fontes menos disponíveis da História da Educação: os exercícios?

Por sorte, Julia (2001) representa uma leitura mais flexível a esse respeito, ao atentar para a falta de preservação dos exercícios escolares, apresentando uma série de fontes que podem ser utilizadas na construção da história das práticas, podendo ser elas todos os vestígios existentes em um arquivo escolar, ou fora deste universo, que possibilitem tal construção.

A investigação foi concentrada, mais uma vez, na análise das atas da Congregação do Atheneu Sergipense, dos registros das correspondências expedidas e recebidas pelo Atheneu Sergipense, registros de realização de exames, boletins de alunos, relatórios dos diretores da instituição e solicitações de materiais para a realização de aulas práticas e benfeitorias no espaço físico do prédio da escola.

As linhas que se seguem narram histórias da disciplina Desenho no Atheneu Sergipense, sob a ótica das duas categorias de análise supracitadas e, por esse método (e graças a ele), procuram aliar as práticas da disciplina em si, ao cotidiano escolar, interpretando a disciplina Desenho como produto e produtor desse cotidiano. São histórias sobre os concursos para admissão de professores, registros acerca de materiais utilizados nas aulas, observações e deduções por meio das notas dos alunos da disciplina, percepções das ausências de registros em atas da congregação acerca do Desenho, e informações de alunos que viraram artistas, ou seja, todo e qualquer movimento onde o Desenho apareceu como integrante, fosse ele protagonista ou coadjuvante.

3.1 Os registros referentes ao Desenho em atas da Congregação do Atheneu Sergipense⁵⁴

Nas atas da Congregação do Atheneu Sergipense estão registrados os programas de ensino das disciplinas, afinal, tanto as legislações nacionais quanto as estaduais atribuíam à congregação a responsabilidade pela definição dos programas de ensino das disciplinas nos cursos das instituições secundárias, anualmente, antes do início do período letivo.

O que pode ser observado no Atheneu Sergipense em relação ao Desenho é que raramente seus conteúdos foram registrados em atas. Isso revela que os conteúdos do Colégio Pedro II eram seguidos pela instituição e que não sofriam alterações significativas com o passar dos anos, exceto para a obediência às mudanças legais mais expressivas.

Na verdade, o descumprimento às leis pode ser observado em grande parte dos registros existentes nos arquivos escolares. No caso das atas da Congregação, isso se torna bastante evidente. Essas atas contêm, na maioria das vezes, informações mínimas. É pouco provável que a Congregação se reunisse tantas vezes para tratar de tão poucos e repetidos assuntos. Não seriam discutidos assuntos referentes ao cotidiano escolar? Seria incoerente também que até 1910 a congregação tenha se reunido quase que somente para discutir se abonaria ou não as faltas dos alunos nas aulas.

⁵⁴ Para esse tópico foram analisadas as seguintes Atas da Congregação do Atheneu Sergipense: 481FASS05(1871-1916) e 496FASS01 (1916-1939).

Fala-se muito, em História da Educação, a respeito do cuidado com as fontes administrativas, pois estas geralmente se constituem em uma tentativa de construção de uma memória elaborada para ser, utilizando uma expressão certa de Le Goff, um “monumento”. No caso das atas da congregação do Atheneu Sergipense, há justamente a desconstrução, a demolição do monumento. Embora se constitua de documentos de grande valor histórico, pode ser observado, na maioria dos registros das reuniões, o desleixo, ou até mesmo outras intenções não explícitas, por parte dos redatores. Repetidas vezes estes são os registros obtidos:

Ata da sessão ordinária da congregação do Atheneu Sergipense em 1º de setembro de 1911.

Às 12 horas do dia primeiro de setembro de 1911, presentes o dr. Diretor professor Brício Cardoso, professores Prado Sampaio, Alfredo Montes, Teixeira de Faria, Tancredo Campos, Garcia Rosa, Eutychio Lins, Figueiredo Martins, Abdias Bezerra e Alcebíades Paes. O diretor abriu e resolveu que o seu fim era os srs. Professores tomarem conhecimento das faltas dos alunos durante o ano passado. Apresentando as cadernetas, declararam eles que estavam internados. E nada mais a tratar, foi lida a presente ata e aprovada sem discussão (Doc. 481FASS05, Livro de atas da congregação do Atheneu Sergipense, 1871-1916, p. 177).

No ano de 1911, os programas e horários deveriam repetir os de 1910, conforme decisão da congregação, em março do mesmo ano. Os livros também deveriam ser os do ano anterior. Entretanto, esta pesquisa, que investigou as atas desde 1898, não encontrou qualquer registro acerca de manuais ou livros de Desenho. Esta ausência não é percebida somente na revisão das atas. As próprias cadernetas, que por proposta do também professor de Desenho Abdias Bezerra, em 1911, deveriam registrar diariamente as lições e os procedimentos dos professores ao término de cada aula, não existem. Também não há vestígios se sucumbiram ao tempo e se há defasagem no arquivo, recentemente organizado⁵⁵. Não se sabe mesmo se elas algum dia existiram.

Mais uma vez, no ano de 1913, não foram registrados os programas de Desenho, enquanto todas as outras matérias do curso do Atheneu Sergipense estão descritas em atas, juntamente com os livros escolhidos. É importante observar que, em 1913, o Atheneu Sergipense funcionava sob os marcos reguladores nacional e estadual de 1911, os quais concediam autonomia às instituições. Por eles, as congregações dos estabelecimentos

⁵⁵O Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense, inaugurado em outubro de 2009, é dirigido pela Profa. Dra. Eva Maria Siqueira Alves (DED/UFS). É o resultado de um projeto desenvolvido em parceria com a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (Fapitec), que teve por objetivo organizar a documentação histórica do Atheneu Sergipense anterior ao ano de 1950.

poderiam organizar de seu próprio modo os programas e seus conteúdos, além de escolher os livros a serem utilizados.

Já em 1916, na reunião de 3 de março, foram apresentados os novos programas do Atheneu Sergipense, com base na observação dos decretos do ano anterior e com o objetivo de equiparar a instituição ao Colégio Pedro II. Teoricamente, foram adotados os programas do modelo nacional, seguindo à risca as determinações legais. Na ocasião, o professor Luiz de Figueiredo Martins apresentou o seu planejamento para a disciplina de Francês e, mais uma vez, não foram expostos os conteúdos de Desenho. Por isso, depreende-se que os programas de Desenho eram similares aos do Colégio Pedro II, como no caso da disciplina de Alemão, lecionada por Jucundino Andrade, em 1916: “o Sr. Jucundino Andrade declarou que, em sua cadeira, a de alemão, adotará o mesmo programa do Colégio Pedro II” (Doc. 481FASS05, Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, 1871-1916, p 152).

Se antes da reforma de 1915, em todos os registros existentes nos livros de atas lavrados pela congregação do Atheneu Sergipense, não constava o programas de Desenho, depois de 1917 ficaram raros também os registros de formação de bancas para julgar exames e quaisquer outros registros em relação a essa disciplina. Do fato do desaparecimento dos relatos de bancas examinadoras, por exemplo, pode ser interpretado que, sendo facultativa aos alunos a realização dos exames de Desenho, eles simplesmente optavam, em sua maioria, por não os fazer. Daí a não necessidade de composição de uma banca.

Em 1919, nenhum professor de Desenho participou das reuniões da Congregação, e também não foram discutidos assuntos a respeito dessa disciplina. Há a possibilidade de que os professores efetivos de Desenho tenham sido representados por Leandro Diniz e Abdias Bezerra que, por serem titulares de outras cadeiras, participavam e compunham a Congregação.

Em 1920, esses dois professores fizeram parte das bancas dos exames finais, juntamente com Quintino Marques. Isso significa que alguns alunos se submeteram à avaliação da disciplina naquele ano. Não existem registros (dos anos de 1920 e 1921) das deliberações que envolvam a disciplina Desenho. Em 1921, o Desenho não apareceu nem nas listas contendo os pontos das disciplinas cujos exames seriam realizados, mas houve a designação de cinco professores para a composição das bancas, a saber: Quintino Marques, Abdias Bezerra e Rubens de Figueiredo Martins, além de Leandro Diniz e Jucundino Andrade, estes dois últimos como suplentes.

Em 1922, foram mantidos os mesmos programas dos anos anteriores, bem como os horários. Nesse ano foram designados para a banca de Desenho nos exames finais: Quintino

Marques, Leandro Diniz e Abdias Bezerra. Em 1923, assim como nos anos anteriores, não houve qualquer participação de professores de Desenho nas reuniões da Congregação, e os programas de ensino seriam os mesmos do ano anterior. Em 1924, foram escalados para os exames finais: Quintino Marques, Rubens de Figueiredo e Leandro Diniz. Os suplentes seriam Durval de Andrade, Franco Freire e Alcebíades Paes.

Com a Reforma Luiz Alves da Rocha Vaz, decretada em janeiro de 1925, a congregação se reuniu para saber como proceder no ano escolar de 1925. Foi decidido que o funcionamento da escola seria baseado no ano anterior, até que a congregação fosse comunicada oficialmente das mudanças que foram seguidas pela reforma estadual de setembro do mesmo ano. Os procedimentos dessa reforma somente seriam adotados em 1926.

Após 1916 os professores de Desenho retornaram às reuniões da congregação somente em 1926, depois do início da submissão do Atheneu Sergipense às determinações do decreto supracitado. Pela primeira vez, desde 1898, os conteúdos de Desenho foram registrados em atas da congregação e apresentados no início do ano letivo para a apreciação e aprovação de outros professores. Ao que parece, o Desenho finalmente recuperaria a condição de disciplina semelhante às outras do curso secundário, após dez anos da lei de 1915.

No domingo dia 06 de dezembro de 1925, a Congregação do Atheneu Sergipense reuniu-se extraordinariamente para discutir sobre a questão de dar início ao cumprimento das determinações inscritas do Decreto nº. 16.782-A. Dentre essas previsões estavam a criação de algumas disciplinas e a restauração daquelas que mais sentiram os efeitos da Reforma nacional de 1915, no caso o Desenho e a Ginástica. Era o começo do redesenho da disciplina.

A reunião de 09 de janeiro de 1926 já contou com a presença do professor Quintino Marques, que fora convidado para opinar sobre a reestruturação do Desenho e colaborar na elaboração dos pontos para o concurso para professor que seria aberto. Mas Quintino pôde somente registrar sua presença, retomando logo aos seus afazeres. Aquele foi um sábado pela manhã no qual a maioria dos professores resolveu faltar. Sem coro suficiente, a reunião que marcaria o retorno dos professores de Desenho às atividades na Congregação do Atheneu Sergipense foi adiada para 13 de janeiro de 1926.

Naquele dia foram discutidas a criação das cadeiras listadas no Decreto estadual nº. 912, de dezembro de 1925 – a saber: Sociologia, Literatura Brasileira e Literatura das Línguas Latinas – e a necessidade de concurso para o preenchimento das vagas abertas com a criação delas, assim como o concurso para a vaga de Desenho – desdobrada pelo art. 261 do citado

Decreto. Foram então autorizados os editais de chamada de concorrentes e apresentados os pontos do concurso de Desenho⁵⁶.

Os professores de Desenho continuaram participando das reuniões que se seguiram. Diferentemente do que ocorreu em outros tempos, Rubens de Figueiredo e Quintino Marques compareceram à reunião de 25 de fevereiro de 1926 para decidirem juntos à Congregação quais seriam as equipes responsáveis pelo julgamento dos exames.

Todavia, em 1º de junho de 1926 o presidente da Congregação, Alcebíades Paes, convocou uma reunião extraordinária para informar aos professores o cancelamento do edital para o concurso de Desenho, visto que a vaga esperada não fora concedida. Coube a Quintino Marques o papel de lecionar o Desenho à Mão Livre.

No ano de 1927 há apenas um registro de reunião da Congregação. Já 1928 e 1929 foram anos decisivos para o Desenho no Atheneu Sergipense, com a aposentadoria do professor Quintino Marques, a exoneração de Rubens de Figueiredo Martins e os dois concursos para professores de Desenho do Atheneu Sergipense.

3.2 Tornando-se professor de Desenho do Atheneu Sergipense⁵⁷

3.2.1 Concurso 1 – Octávio do Espírito Santo:

Em 29 de maio de 1928 a Congregação reuniu-se para tratar de providenciar dois concursos – de Geometria e Trigonometria e da vaga para professor de Desenho. Lançados os editais, ninguém se inscreveu para a primeira. Já para a segunda houve um candidato inscrito, o Sr. Octavio do Espírito Santo.

Na reunião de junho de 1928 foram sorteados os pontos da prova de Desenho. Decidiram sobre os pontos os professores da disciplina: Quintino Marques, José Carmelo, Abdias Bezerra e Luiz de Figueiredo Martins. Estes professores foram responsáveis pela apresentação dos pontos⁵⁸ a serem utilizados na prova prática do concurso.

Fazia parte do ritual dos concursos para professores do Atheneu Sergipense a denominação de uma comissão organizadora e avaliadora, normalmente composta pelos professores que regiam as disciplinas postas em concurso. Ficava a cargo dessa comissão a elaboração dos pontos, ou seja, dos temas baseados nos conteúdos das disciplinas, referentes a

⁵⁶ Os pontos estão descritos nos anexos.

⁵⁷ Todas as informações obtidas sobre os dois concursos relatados no tópico 3.2 estão disponíveis na Ata da Congregação do Atheneu Sergipense de nº 496FASS01 (1916-1939).

⁵⁸ Pontos expostos nos anexos.

cada ano do curso do Atheneu Sergipense, para que fossem sorteados e virassem temas das aulas práticas.

Primeiramente os pontos eram lidos em voz alta para que todos os membros da congregação tivessem conhecimento. Após a leitura, eram submetidos à aprovação por parte da congregação. Aprovados os pontos, era realizado o sorteio, que consistia no depósito dos temas, escritos em cédulas, em uma urna, da qual seria retirado o tema escolhido por um membro da congregação. Todo esse ritual acontecia diante dos candidatos, que assistiam a tudo atentamente para – no caso de provas didáticas –, num prazo de 24 horas a partir do anúncio do tema, ministrar suas aulas diante da comissão julgadora ou realizar imediatamente suas provas, no caso das provas práticas.

Para aquele concurso foram sorteados os pontos, do 3º ano: nº.3: desenhar um prisma hexagonal reto; e para o 4º ano: nº. 4: representar o cone reto com o eixo inclinado para o plano horizontal. Realizadas as provas, em 02 de junho, a congregação se reuniu para ouvir o parecer da comissão julgadora, que assim descreveu o desempenho do candidato:

Foram quatro as provas práticas de desenho realizadas perante a comissão pelo candidato Octávio do Espírito Santo, correspondentes aos quatro anos da matéria.

Do seu exame resultaram descuidos de que não se apercebem o candidato na execução dos trabalhos que à sorte, lhes foram distribuídos.

O desenho da segunda prova ressaltava-se de falta de acabamento. Com relação à terceira, cujo desempenho está absolutamente correto, há que ver a insuficiência de valores técnicos entre os quais devia haver mais harmonia.

Na quarta prova há a figura construída na parte superior que é supérflua.

Quanto à primeira prova, esta é realmente boa e excede o limite do exigido de um trabalho referente à primeira série.

As apreciações feitas pela comissão relativas às três últimas provas, não diminuem a importância do desenho apresentado, os quais, em sua generalidade, foram regularmente executados.

Feita a apreciação das notas conferidas às provas do concurso, verificou-se o seguinte resultado: 9,25 para a primeira, 7 para a segunda, 8,75 para a terceira e 6 para a quarta. Destas notas a média obtida foi 7,75 (Doc. 496FASS01, Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, 1916-1939, p. 77).

Mas toda essa movimentação dizia respeito apenas à primeira etapa dos concursos: as provas práticas. Na segunda etapa, as provas didáticas é que mediriam a desenvoltura do candidato para este se tornar professor vitalício da disciplina no Atheneu Sergipense. Após um dia de descanso, a Congregação se reuniu mais uma vez para decidir sobre a prova

didática a que se submeteria Octávio do Espírito Santo. Foram elaborados e apresentados 20 pontos para a aprovação da Congregação⁵⁹.

Posta em discussão, a lista foi unanimemente aprovada. Dos pontos apresentados foi sorteado o segundo: Redes derivadas de polígonos: da luz convencional. Candidato avisado, foi marcada a sessão para o dia seguinte, às 10h30, e a prova para as 11 horas.

Sob as vistas do inspetor fiscal do Atheneu Sergipense Octávio Teixeira de Mello, da Congregação do Atheneu Sergipense e da comissão julgadora composta pelos professores de Desenho, a prova foi realizada pelo engenheiro mecânico Octávio do Espírito Santo durante 53 minutos. Imediatamente após o término da prova, a comissão deliberou acerca da conduta do candidato como professor. O ritual do julgamento se constituía em um momento de suspensão das sessões, logo após os términos da aula, para que, juntos, os membros da congregação pudessem atribuir conceitos aos candidatos. Essa avaliação era registrada de forma individual, e cada membro entregaria sua nota em uma cédula que, somadas às outras, ao final, deveria resultar em média superior a 7. No concurso do candidato Octávio, foram 15 os avaliadores que decidiram pela aprovação dele.

Não foram encontradas atas de registro do resultado. Sabe-se que ele foi aprovado, mas não se sabe a média da aprovação. Algum tempo depois, em 16 de janeiro de 1929, o Atheneu Sergipense foi notificado pelo Departamento Nacional do Ensino por ter dado posse ao candidato aprovado Octávio do Espírito Santo sem a presença da Congregação e antes mesmo da publicação do resultado oficial, em 23 de outubro de 1928. O episódio foi justificado por Leandro Diniz, então diretor, pelo fato de Octávio já ser professor interino do Atheneu Sergipense quando da data do ocorrido.

3.2.2 Concurso 2 – José de Britto Carmelo: “defeituoso, desproporcional”, mas professor

No ano de 1928 o professor Quintino Marques decidiu que já era hora de se aposentar. Após muito tempo de sala de aula – ao menos no Atheneu Sergipense foram 17 anos – pediu sua jubilação e colocou sua vaga de professor de Desenho à disposição. Quintino já vinha gozando de licenças esporadicamente nos últimos dois anos. Por isso, o candidato inscrito no concurso aberto para o preenchimento da vaga de Quintino era o professor interino do Atheneu Sergipense, José Carmelo.

⁵⁹ Pontos do concurso apresentados nos anexos.

Para atuar na comissão julgadora foram designados os professores Abdias Bezerra, Quintino Marques, Octávio do Espírito Santo e Manoel Franco Freire. Quintino Marques já não atuava mais como professor do Atheneu Sergipense em 04 de maio de 1929, porém sua presença era indispensável para o prosseguimento do concurso.

Em 11 de maio de 1929 foi apresentada em reunião extraordinária da congregação a lista de pontos sobre a qual versaria a primeira prova prática do candidato José Carmelo. O ponto sorteado foi o de nº. 18: Traçar em um retângulo tarjado, disposições radiadas semelhantes a estofos. Após um tempo de duas horas, o candidato terminou sua prova e entregou-a ao inspetor fiscal. Este ritual se seguiu por um período de mais três dias, pois cada dia se referia à realização de provas referentes ao conteúdo de cada ano.

Para a prova do 2º ano, foi sorteado o tema nº. 1: Cruz de pedra com sombra própria e projetada à luz de 45°. Para a prova do 3º ano foi sorteado o tema nº. 6: Traçar uma cercadura de forma retangular, medindo 30cm x 20cm nos eixos e um quinto do mesmo para a respectiva largura e dentro daquela, uma grega interrompida com aplicações de traço de força. Já a prova do 4º ano foi: ponto 4 a– Traçar um arco curvejado; b- projetar num plano vertical, um hexaedro angular, assente no plano horizontal; c- dar a perspectiva do círculo. Todas as provas foram realizadas no tempo determinado pelo candidato e ocorreram normalmente sem intercorrências.

O julgamento das provas foi realizado pela comissão em 20 de maio de 1929. Quintino Marques abriu os trabalhos para apresentar os resultados e os pontos referentes à prova didática do dia seguinte. Mas quando a comissão começou a se pronunciar, certamente alguns membros da congregação ficaram desconfortáveis com as palavras ditas por Quintino Marques acerca do desempenho do candidato.

No primeiro ano foi julgado pela comissão como deficiente, pois não tinha o domínio da técnica. Sua nota foi 5,25. No segundo ano foi considerado defeituoso e desproporcional (desproporção da figura), uma vez que havia falta de característica essencial, má distribuição da luz, ausência de sombra projetada e perspectiva irregular. A nota foi 3,5. No terceiro ano, o exercício foi julgado como mal traçado, havendo falta de concordância nos cantos e imperfeição do retângulo, que estava inacabado. A nota foi 3,5.

No quarto ano foi considerado satisfatório o esforço do candidato, o que foi levado em consideração para que realizasse a tarefa. Houve uma imperfeição e por isso a nota não foi maior. Ele tirou 7,0.

A ata com o relatório da comissão organizadora trouxe um maior detalhamento de todo o processo. Depois do julgamento das provas práticas, consta que José Carmelo

desempenhou 24 horas depois a prova didática, na qual aparentemente se saiu muito bem – o que justificou, teoricamente, a sua aprovação mesmo com conceitos tão baixos e suas dificuldades tão explícitas.

O candidato fez em 4 dias sucessivos as 4 provas práticas.

Terminadas estas, apresentou a comissão o seu relatório com a indicação das notas atribuídas às mesmas pelos seus membros, consoante o disposto no artigo 337.

Nesse parecer, que se acha transcrito na cópia da ata, sob nº. 7 de 20 de maio, verá V. Senhoria que o candidato obteve da comissão notas baixas, três e cinquenta centésimos (3,50), em duas provas, conseguindo apenas em todas reunidas a média geral de quatro e oitenta e um centésimos (4,81).

Reunida novamente a congregação foi lido o relatório de comissão e feito o julgamento das provas práticas pelos demais membros da sessão, em cédulas que, fechadas e lacradas, ficaram sob a guarda da inspetoria.

Em seguida foi organizada pela comissão uma lista de 20 pontos para a prova didática oral.

Dessa lista, previamente aprovada, tirou o candidato um ponto à sorte, que lhe caiu o de nº. 4, para ter que dissertar 24 horas depois.

O ponto sorteado versou sobre “perspectiva cônica, sua teoria. Disposições elementares. Aplicações à linha reta nas três posições”.

Nessa prova o candidato desenvolveu satisfatoriamente o assunto, quer teórica, quer praticamente, durante todo o tempo regulamentar de 50 minutos, alcançando uma média de nove e cinquenta centésimos (9,50), que, reunida à das provas práticas, lhe deu uma média de sete e cinquenta centésimos (7,50), sendo por conseguinte, aprovado o candidato, na conformidade dos artigos 343 do regimento interno e 167 do decreto 16782-A. (Doc. terceira e 6 para a quarta. Destas notas a média obtida foi 7,75 (Doc. 496FASS01, Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, 1916-1939, p. 230).

O que pode ser percebido no concurso do professor José Carmelo é que o acúmulo do capital científico institucional, para se retomar a discussão conceitual de Bourdieu (2004), pode ter sido decisivo para o seu ingresso como professor da instituição. Didaticamente, o seu desempenho esteve muito abaixo do necessário para a aprovação no concurso. É muito pouco provável que, em vias convencionais, o mencionado professor obtivesse a aprovação no concurso.

Já foi exposta aqui a qualidade intelectual dos professores do Atheneu Sergipense, reconhecida em diversos setores da vida social. Essa qualidade só foi reconhecida – e este reconhecimento só perdurou – graças às estratégias adotadas pelos próprios professores para a manutenção dessa imagem. Alves (2005) afirma que “os concursos transformavam-se em púlpitos para a demonstração intelectual dos candidatos” (ALVES, 2005, p. 59).

Tanto Octavio do Espírito Santo quanto José Carmelo já eram professores do Atheneu Sergipense. O primeiro, interino que ocupava a vaga deixada por Rubens de Figueiredo

Martins desde 1927, até a realização do concurso em 1928; o segundo ocupava a vaga de Quintino Marques que, um ano antes de sua aposentadoria, passou a licenciar-se com certa frequência. Aliás, quanto às licenças solicitadas pelo professor Quintino, a primeira delas foi registrada com um certo afeto por parte do ex professor de Desenho e então diretor, Leandro Diniz de Faro Dantas, que reforçou o pedido junto ao governo para que este concedesse a licença ao “nosso velho professor Quintino Marques”, que em mais de 15 anos na instituição jamais houvera se ausentado das aulas de Desenho por meio de licenças (Doc. 193FASS05, Livro de correspondências expedidas do Atheneu Sergipense, 1928, p. 248).

3.3 Exames: os conceitos atribuídos entre 1911 e 1915⁶⁰

Quando Quintino Marques tornou-se professor de Desenho do Atheneu Sergipense, em 1911, assumiu a vaga na disciplina do professor Leandro Diniz, que finalmente pôde voltar à sua cadeira de origem – que era a de Francês. Além de ministrar aulas no curso integral, Quintino Marques era professor do curso normal, no qual o Desenho constava nos dois primeiros anos. Já eram professores da disciplina no curso integral Abdias Bezerra e Luiz de Figueiredo Martins. Juntos, os quatro eram os responsáveis pelo funcionamento da disciplina nos dois cursos do Atheneu Sergipense.

Entre os anos de 1913 e 1915, o professor Quintino avaliou os alunos nos exames para a promoção nas séries. Quintino Marques era um professor “linha dura”. Ele atribuía conceitos que nem sempre agradavam aos alunos ou à instituição. Nos exames de 2 de junho de 1914, do 1º ano do curso integral, Quintino Marques atribuiu notas que variaram entre 1 e 9. O enorme descontentamento gerado pela atribuição desses conceitos é ilustrado pela manipulação da ata que contém essas notas.

A conceituação para a aprovação, no período em questão, era a seguinte:

- Aprovação simplesmente: 3, 4 e 5;
- Aprovação plenamente: 6, 7, 8 e 9;
- Aprovação com distinção: 10.

⁶⁰Neste tópico analiso os conceitos atribuídos por Quintino Marques aos seus alunos, antes da reforma de 1915, que descartou a necessidade de aprovação na disciplina Desenho. A análise das notas encontradas no arquivo do Atheneu Sergipense, contidas nos registros de exames anexo ao Livro de Correspondências Expedidas e Recebidas pelo Atheneu Sergipense, doc. 482FASS05 (1909-1921), foi desempenhada aqui de modo a se perceber alguns aspectos relacionados à prática docente e de que forma os alunos encaravam a disciplina – se com seriedade ou com displicência. Ressalto ainda que só foram analisadas as notas atribuídas por Quintino Marques, por conta da não localização dos registros feitos por outros professores.

Com a alteração nas notas dos citados exames, ninguém reprovara na disciplina de Quintino Marques. Mas o Professor Quintino também não era de conceituar com “dez”. Ao menos entre 1911 e 1915, não há uma distinção sequer nos registros dos exames de Desenho dos quais participou – prova de sua rigidez avaliativa.

Ao contrário da ausência da nota máxima, a nota mínima “um” pode ser vista incontáveis vezes em todos esses anos. Somente em 1914 o professor atribuiu nota “nove” aos seus alunos. Este rigor de artista que era professor chama a atenção. Sua caneta afiada anotou conceitos entre seis e dois, nos exames trimestrais de Desenho de 1913 do curso integral, e entre seis e três nos do curso normal. Embora a realização dos exames de Desenho tivesse diminuído significativamente, ou quase sido extinta, após 1916, vez ou outra, esses eram realizados, e o rigor do professor Quintino continuava o mesmo de outrora.

Para os alunos reprovados, não era nada confortável carregar o estigma. Após 1918, quando o Atheneu Sergipense alcançou definitivamente o *status* de instituição equiparada ao Colégio Pedro II, virou prática recorrente a troca de correspondências entre os institutos secundários equiparados de todo o país. Entre essas correspondências, as listas com os alunos reprovados eram uma dessas práticas e circulavam nacionalmente. Os nomes dos alunos reprovados eram amplamente divulgados nos jornais, bem como o dos alunos laureados – aqueles aprovados com no mínimo dois terços de distinções.

O passo seguinte à reprovação, para aqueles que não queriam perder o ano escolar, era solicitar a possibilidade de refazer os exames de promoção. Em virtude das reprovações ocorridas em 1914, por exemplo, foram numerosas as solicitações de exames especiais de Desenho. Alguns alunos, como Cícero Augusto de Melo, do 1º ano integral, pediram esse direito ao diretor interino do Atheneu Sergipense, Francisco Teixeira de Faria, por não terem alcançado a média suficiente para a aprovação. A autorização que lhe foi concedida abriu precedente para que Lourival Fontes⁶¹ solicitasse o mesmo.

Lourival Fontes fora aprovado em todas as outras disciplinas do curso integral, exceto em Desenho; e, se não fizesse outro exame, estaria impossibilitado de se matricular no terceiro ano. O mesmo ocorreu com Péricles Hora, que não conseguiu aprovação somente em Desenho e necessitou, por isso, prestar novo exame.

⁶¹Nasceu em Riachão do Dantas, 1899 – morreu no Rio de Janeiro, 1967. Lourival Fontes foi um intelectual sergipano que atuou no jornalismo e na política, sendo uma dos principais propagandistas da Era Vargas. Foi senador por Sergipe. Era também advogado e escritor. Sobre Lourival Fontes, cf. BARRETO, 2007, p. 233-241.

3.4 Sobre alunos que viraram professores e artistas

O professor Quintino Marques queria ser artista e de fato o foi. Disse J. Inácio, certa feita, que as bananeiras – recorrentes em suas pinturas – eram influência do mestre Quintino. Mas Quintino buscou o caminho inverso ao de grande parte dos artistas; queria ser reconhecido em vida! Para tanto, almejou estudar em Paris, assim como seu conterrâneo Horácio Hora. Não conseguiu.

A sua inquietude fora registrada como “excentricidade” e, como aos artistas esse é um adjetivo mais do que comum, nada de novo até então. Novidade foi o reconhecimento público de sua capacidade de domínio das técnicas de desenho e pintura materializado na forma de convite para ser professor de Desenho do Atheneu Sergipense. Aceitou de pronto. E em 1911 assumiu a disciplina que lecionou por 17 anos. Não se sabe se seu grande prazer era lecionar, mas há uma grande probabilidade de ele ter aceitado o cargo para aumentar a sua exposição social e realizar seu desejo de estudar em Paris.

Rubens de Figueiredo Martins, José de Britto Carmelo, José Freire Pinto e Jordão de Oliveira foram alunos do professor Quintino Marques no Atheneu Sergipense. Quando se tornou professor, Rubens de Figueiredo Martins também teve como aluno Jordão de Oliveira.

José de Britto Carmelo, que fora aluno do Atheneu Sergipense entre 1914 e 1916, tornou-se professor da instituição, ocupando a vaga deixada por Quintino Marques, em 1929. No concurso em que foi aprovado, seu mestre participou como avaliador.

Tanto Freire Pinto quanto Jordão de Oliveira retrataram o professor Quintino Marques, com exímia desenvoltura técnica, como se pode perceber nas reproduções que se seguem:



Figura 6: Freire Pinto. **Quintino Marques**. Óleo sobre tela, 1955. Dimensões desconhecidas.
Fonte: Acervo da Pinacoteca Jordão de Oliveira do IHGS

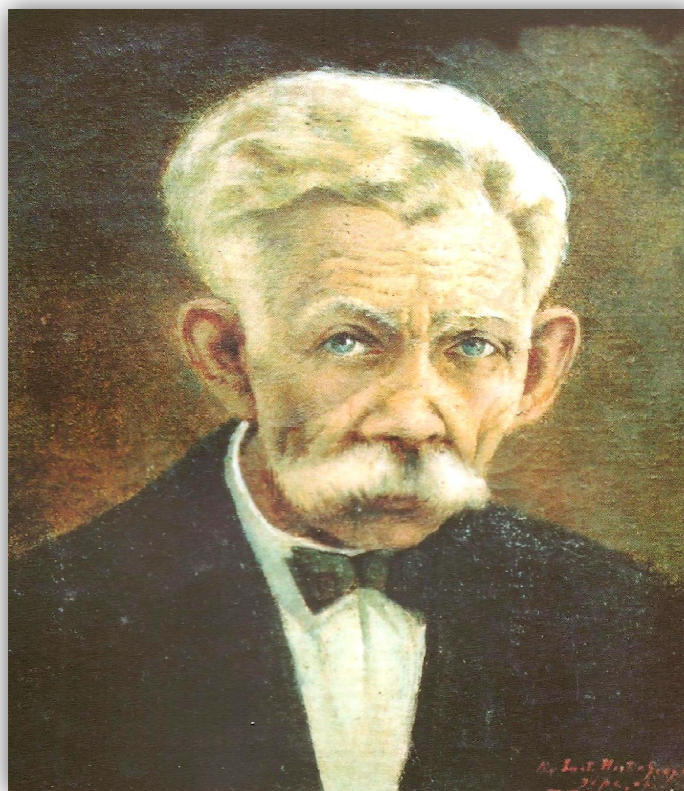


Figura 7: Jordão de Oliveira. **Retrato de Quintino Marques**, óleo sobre tela, 1956.
Dimensões: 45,5cm x 37,5cm.
Fonte: RIBEIRO, Marcelo. Jordão de Oliveira. Aracaju: Sercore, 2006.

Freire Pinto foi aluno do professor Quintino Marques no Atheneu Sergipense, na década de 1910. Pouco se sabe acerca de sua vida e carreira, mas alguns de seus quadros fazem parte do acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – um deles é intitulado “Um cão, uma garota e sua boneca” (Figura 8, p. 103).



Figura 8: Freire Pinto. **Um cão, uma garota e sua boneca**, óleo sobre tela, s/d., 31cm x 21,5cm.
Fonte: Acervo da Pinacoteca Jordão de Oliveira do IHGS.

Jordão de Oliveira nasceu em Aracaju-SE, no dia 13 de outubro de 1900. Iniciou, ainda em Aracaju, seus estudos sobre arte, sob a orientação do mestre Quintino Marques, enquanto era aluno do Atheneu Sergipense, onde concluiu o secundário em 1920. E foi justamente nesse período que fez sua primeira exposição individual, na qual apresentou uma série de retratos em crayon. Em 1921, após passar um tempo em Recife-PE, desenvolvendo alguns trabalhos, não diferente dos outros grandes artistas sergipanos como Horácio Hora e Oséas Alves dos Santos, deixou sua cidade natal e foi morar no Rio de Janeiro.

Jordão formou-se em direito pela antiga Universidade do Brasil. Posteriormente estudou artes e incorporou-se ao quadro de docentes da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Aprofundando seus estudos, integrou ao seu currículo o título de livre-docente de Pintura na Escola Nacional de Belas Artes, e o de presidente da Sociedade de Belas Artes em 1937. Tornou-se professor catedrático de Modelo Vivo nessa mesma instituição. Foi também jurado do Salão Estadual de São Paulo, em 1944, além de participar outras vezes do Salão Nacional de Belas Artes. No ano de 1959, Jordão recebeu o título de cidadão carioca.

Era um artista vinculado à academia. Deste modo, em seus trabalhos pesa a forte característica do realismo acadêmico. Mas suas obras têm também características pós-acadêmicas, que, mesmo com pinceladas mais livres, denotam sua capacidade de interpretar modelos com extrema semelhança e paisagens com aprofundamento e perspectivas muito bem compreendidas.

É notável o reconhecimento dado à atuação de Jordão de Oliveira. Ao longo de sua trajetória nas artes, acumulou prêmios de viagens e medalhas no Salão de Belas Artes. Além disso, possui obras de sua autoria no Museu Nacional de Belas Artes e no Palácio do Catete no Rio de Janeiro. Hoje, grande parte de suas obras encontra-se na pinacoteca que recebeu seu nome, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.



Figura 9: Jordão de Oliveira. **Autorretrato**, Óleo sobre tela, 1970. 61cm x 51cm.
Fonte: RIBEIRO, Marcelo da Silva. *Jordão de Oliveira*. 2006.

Jordão faleceu no dia 08 de abril de 1980, aos 80 anos, no Rio de Janeiro, onde morou desde 1821. A Rua Bojuru, seu endereço na Ilha do Governador, virou Rua Jordão de Oliveira, em homenagem ao ilustre pintor sergipano. Em agosto de 1980, foi inaugurada a

galeria Jordão de Oliveira na Biblioteca da Universidade Federal de Sergipe, em sua homenagem.

3.5 A Coleção de modelos espanhóis

Sem adentrar no terreno das análises mais minuciosas, de caráter especialista, mas, também, fugindo do terreno das especulações, optou-se por expor acerca da existência dessa coleção, por existir a crença de que um estudo especializado, tendo os modelos por objeto, exigiria muito mais do que pode ser oferecido aqui. O intuito é o de que, conhecidos estes, pesquisas posteriores se debrucem no estudo e realize o casamento entre imagens e conteúdos do Atheneu Sergipense, conferindo-lhes o destaque e o respeito histórico com os quais devem ser tratadas. Algo baseado no que fez Ginzburg (1989).

Quando Ginzburg investigou Piero della Francesca utilizou em um de seus livros a análise iconográfica de três obras (momentos) de Piero, a saber: o Batismo de Cristo, a Flagelação e o Ciclo de Arezzo. Ginzburg optou por essa análise, também, para ver o autor por meio da obra.

Registrando a raridade e a fragmentação dos registros biográficos sobre Piero, Ginzburg apresentou a sensação do historiador ao se deparar com o aparente vazio que emerge em uma pesquisa ainda em fase embrionária. “Nestas condições, o pesquisador tem a impressão de encontrar-se frente a um muro de rocha escapadíssima, lisa e sem pontos de apoio” (GINZBURG, 1989, p. 17). Embora se refira diretamente à questão das obras de arte, a reflexão empenhada por Ginzburg pode ser – deve ser e por isto foi – tomada como referência pela análise aqui empreendida, dos conteúdos da disciplina Desenho, por meio do estudo dos modelos que fazem parte da Coleção Espanhola do Atheneu Sergipense.

Do contato com o conjunto de modelos existente no Arquivo Histórico do Atheneu Sergipense (no Cemas), emergiram questões fundamentais, sendo que algumas das quais seriam posteriormente esclarecidas, outras não. O primeiro entrave – e certamente o mais comprometedor deles – é em relação à data da coleção. O conjunto de 37 lâminas contendo exemplos de reproduções ligadas à arquitetura e decoração não tem qualquer registro que, de imediato, remeta ao período de sua confecção ou utilização.

Em bom estado de conservação – muito mais pela qualidade do material do que pelo acondicionamento – embora algumas lâminas tenham sofrido danos por ação de cupins, o conjunto insinuava ser bem posterior ao período desta pesquisa. Para localizar o conjunto no tempo, mais uma vez, o suporte de Ginzburg (1989) apresentou várias possibilidades, desde

que se fizesse uma averiguação conjunta de uma série de dados, sobretudo, dos próprios indícios oferecidos pela iconografia.

Decerto, uma análise desse tipo fatalmente pode incorrer em erros, como aconteceu com o próprio Ginzburg (1989), que, após publicar suas interpretações da obra “Flagelação”, reconheceu, cerca de um ano mais tarde, a fragilidade de seu primeiro pensamento, retomando-o dessa vez de forma mais amadurecida.

Nesse caso, assumidos os riscos, o conjunto de lâminas foi tomado como indiciário do que pode ter sido trabalhado em sala de aula pelos professores de Desenho do Atheneu Sergipense. Primeiro, porque a análise das lâminas revela de imediato que se tratava de modelos de conteúdos previstos para as aulas de Desenho de um determinado período.

Para atingir o objetivo foi estabelecido o diálogo entre imagens – documentos e registros históricos – buscando localizar nos vestígios dos conteúdos previstos para a disciplina Desenho os conteúdos aos quais se referiam as ilustrações. As linhas que se seguem fazem um breve registro do pouco que pode ser depreendido dessas observações.

Embora não seja datada sua localização no tempo e esta resulte de meros indícios, este estudo a interpreta como atemporal, o que é altamente coerente, tendo em vista o fato de que da observação de suas figuras depreende-se que alguns dos exercícios e dos conteúdos propostos para o desenho estão contidos em suas lâminas. Com mais firmeza, eles podem ser percebidos a partir da década de 1920, com as previsões de conteúdos para 1926 e 1929.

Um exemplo disso figura no programa para o Desenho do ano de 1926⁶². Neles estão previstas confecções de mosaicos, de rosáceas, ornamentação de linhas curvas e dedução de diagramas ou painéis decorativos. Ademais, o programa, previsto para o ensino secundário, menciona uma “coleção”, o que induz à suposição de que cada escola deveria dispor de uma coleção que servisse de modelo para as aulas de Desenho. Desta forma, as lições de nº. 55 a 80 eram voltadas para a “cópia de oito modelos escolhidos da coleção do colégio” (VECCHIA & LORENZ, 1998, p. 277).

A referência à coleção não permite afirmar que a coleção espanhola do Atheneu Sergipense é pertencente especificamente àquele período, visto que o Atheneu Sergipense dispunha de outra coleção, a de sólidos geométricos, que foi solicitada pelo professor Rubens de Figueiredo Martins em 1926. À época, professor Rubens reclamava a deficiência no conjunto de sólidos geométricos e a falta dos instrumentos de precisão necessários para o cumprimento do programa exigido pelo modelo nacional, conforme registro no Doc.

⁶² Conteúdos apresentados nos anexos.

192FASS05, Livro de Registro com solicitações diversas do Atheneu Sergipense, 1926, p. 336:

Ilmo. Sr. Diretor do Atheneu Pedro II, comunico a V. S. que a cadeira de Desenho da qual sou catedrático acha-se completamente desprovida das coleções de sólidos e instrumentos de precisão indispensáveis a execução do programa em vigor. Saudações, Rubens de Figueiredo Martins.

Os estudos por meio de sólidos geométricos eram necessários para a concretização do programa de Desenho, do primeiro ao quarto ano. Já os estudos com instrumentos de precisão – compassos, esquadros, escalas e materiais que auxiliassem na exatidão do Desenho Geométrico – eram realizados no terceiro e no quarto anos.

Se o objetivo desta análise fosse somente datar a coleção existente no Atheneu Sergipense, seria na reformulação dos programas do ensino secundário de 1929 que ela poderia ser situada, o que levaria à reafirmação de que ela corresponde à segunda metade da década de 1920 ou início da década de 1930. Mosaicos, elementos decorativos e emprego do colorido passam a fazer parte dos conteúdos. O ponto de nº 25, previsto para o primeiro ano, apresenta como tema “traçado de faixa decorativa com elementos retilíneos – zigue-zagues egípcios e bizantinos (figura 11) com o emprego do colorido” (VECCHIA & LORENZ, 1998, p. 321).

Os elementos de decoração faziam parte dos conteúdos de Desenho à mão livre. Como o Atheneu era equiparado ao Colégio Pedro II e os conteúdos tinham por base as previsões para esse estabelecimento de ensino, pode-se considerar a probabilidade de a coleção espanhola não ser a única de impressos do Atheneu Sergipense.

Pelos conteúdos usados no Colégio Pedro II, eram estudados elementos da arte americana – inca, asteca e guarani, escocesa, dentre outras –, os quais não fazem parte da coleção aqui estudada.

Tanto a coleção – pelas possibilidades que os usos de suas lâminas indicam – quanto os conteúdos conduzem à interpretação de que havia, naquele momento, a intenção de que ao aprender o desenho, o aluno poderia desenvolver o raciocínio e a aptidão à arte e a aquisição de conhecimentos científicos. Era, certamente, o sentido mais diferente dado à condução do desenho como disciplina escolar até então. Havia muito mais uma aproximação do sentido de desenvolvimento estético do que de aplicação prática, o que aproximava os conteúdos de 1929 daqueles previstos nos programas de 1911, sobretudo nas finalidades.

As primeiras semelhanças entre os conteúdos e os modelos encontrados no Atheneu Sergipense ocorreram nos pontos para o concurso de Desenho de 1928, quando o ponto de

número 1, referente ao 3º ano, ordenava “desenhar um parquet, tendo como motivo um hexágono regular”, e o ponto de número 2: “desenhar um parquet, tendo por motivo um octógono regular” (Doc. 496FASS01, atas da Congregação do Atheneu Sergipense, 1916-1939, p. 42).



Figura 10: exemplo de parquet. Fonte: <<http://www.seatingtrends.com/2011/12/natural-wood-parquet-interior-design/>>

O parquet (Figura 10) é uma espécie de mosaico, que geralmente é confeccionado em madeira ou, menos comumente, em mármore, sendo um tipo de piso artesanal e requintado. Os exemplos de parquet em mármore aparecem na coleção aqui analisada (Figura 11, p. 109).

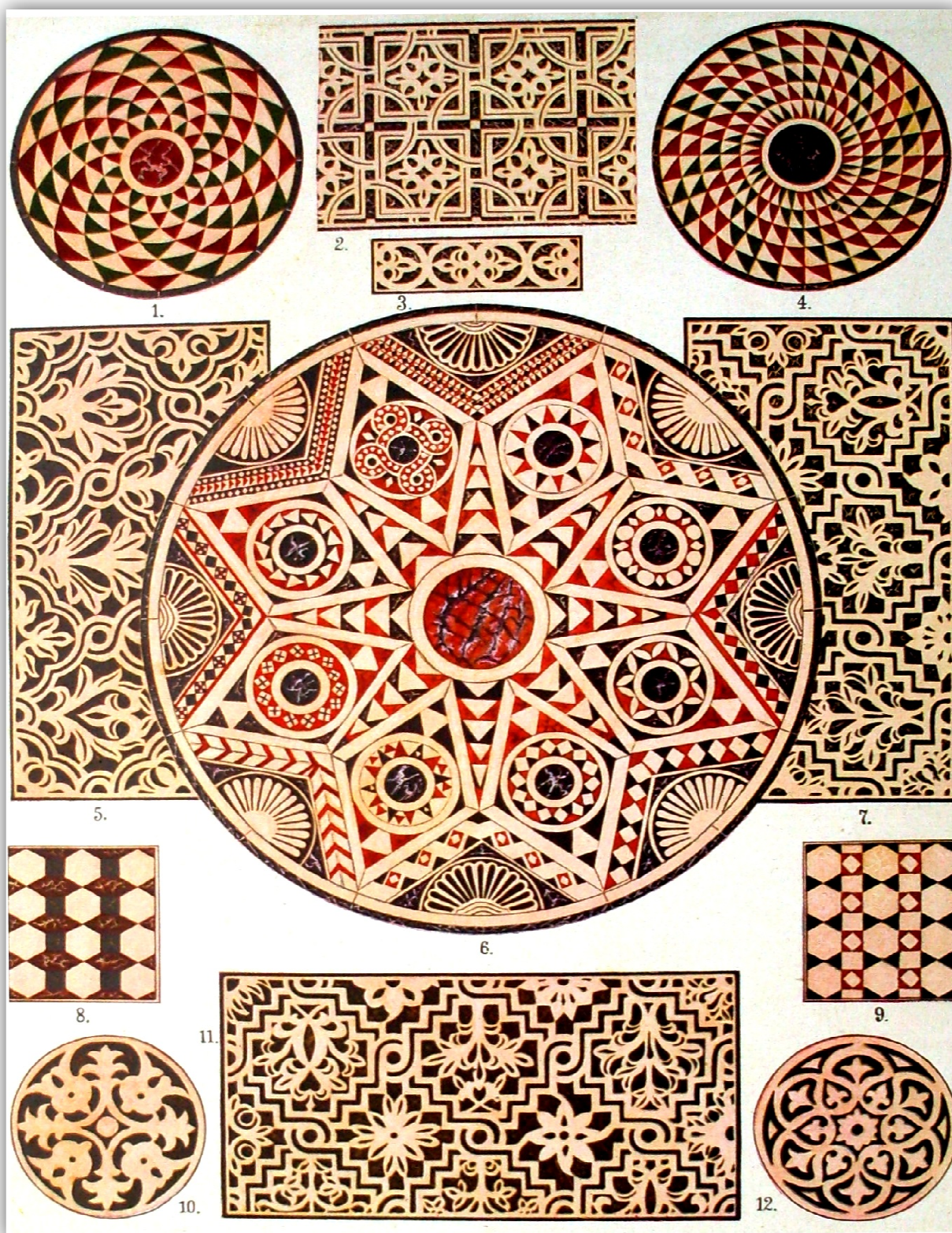


Figura 11: exemplos de mosaicos bizantinos de mármore, primitivos para pavimentos.
 Fonte: Coleção Espanhola.

A confecção de mosaicos aparece sucessivas vezes nos conteúdos do ensino secundário. Nos programas para o ano de 1911 os mosaicos fazem parte dos conteúdos do

primeiro ano. Nos programas para o secundário no ano de 1915, e que vigoraram até por volta de 1925, os mosaicos fizeram parte também dos conteúdos do primeiro ano. É inclusive nos programas de ensino para o ano de 1915 que se encontra mais sentido para os usos dos modelos existentes no Atheneu Sergipense, pois os conteúdos do primeiro ano estavam diretamente associados aos estudos dos ornatos, estando assim divididos:

35, 36, 37 e 38ª lições: mosaicos. Exercícios.

39, 40, 41 e 42ª: rosáceas. Exercícios.

43, 44, 45 e 46ª: diagramas. Dado um diagrama, desenhar uma série.

47, 48, 49 e 50ª: ornamentação de linhas curvas. Exercícios.

51, 52, 53 e 54ª: dada a ornamentação de um painel decorativo, deduzir o diagrama. Exercícios.

55 a 80ª: cópia de 8 modelos escolhidos na coleção do colégio (Doc. 496FASS01, atas da Congregação do Atheneu Sergipense, 1916-1939, p. 188).

Embora sem data definida, a coleção do Atheneu Sergipense é dotada de todos os modelos necessários para a realização dos estudos exigidos. As lâminas têm como tema elementos decorativos ligados diretamente à arquitetura europeia. São totalmente descritas em língua espanhola e apontam elementos decorativos característicos da Alemanha, França, Inglaterra e Itália.



Figura 12: Mosaico Bizantino
Coleção Espanhola.

Também existem lâminas com representação de estamparias de tecidos árabes (figura 13) e alemães (figura 14, p. 112). No concurso realizado em 1929, do qual resultou a aprovação do professor José Carmelo, o ponto de número 16, referente ao 3º ano, dizia: “Traçar um segmento de padronagem escocesa em um retângulo de 0,6cm x 40cm” (Doc. 496FASS01, atas da Congregação do Atheneu Sergipense, 1916-1939, p. 42).



Figura 13: Padronagem árabe.
Fonte: Coleção Espanhola



Figura 14: Padronagem alemã.
Coleção espanhola.

Entende-se por padronagem⁶³ um padrão preestabelecido de estamparia para aplicação em tecidos. Normalmente as padronagens têm elementos marcantes que as caracterizam, sendo tipos, locais, autores ou se são ordinárias.

Por fim, destaco a harmonia entre o material e o período aqui estudado. Theodoro Braga, por exemplo, ao defender o Desenho já na década de 1910, questionava a utilização dos modelos impressos para a realização de cópias, muito utilizados pelas escolas do Brasil. Para ele, o aluno deveria saber tirar proveito de suas representações do Desenho de observação, principalmente através da utilização dos sólidos geométricos ou de objetos simples ou naturais; ou seja, em mais outro momento tem-se referência à utilização de modelos impressos para aulas de Desenho.

Embora não seja exata a afirmação de que esses modelos eram utilizados exclusivamente em aulas de Desenho, ou que pertencem ao período aqui estudado, é fato que eles são representativos de parte dos conteúdos aqui descritos que vigoraram naquele período.

⁶³ Cf. Yanane (2008)

Neste momento, o que está em jogo e o objetivo mais importante a ser alcançado é o de publicizar essas imagens, que poderão servir futuramente para estudos mais ampliados acerca do ensino de artes, bem como para a compreensão da cultura material escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo central o estudo da disciplina Desenho no Atheneu Sergipense entre os anos de 1905 e 1930. Por meio dele, procurou-se observar de que forma a disciplina se desenvolveu no seio do Atheneu Sergipense, por se acreditar que a compreensão da disciplina inserida nesse espaço pode oferecer importantes contribuições para os estudos acerca da História do Ensino de Artes no Brasil. Algumas das questões que nortearam este estudo estão elencadas nas próximas linhas com a finalidade de se atribuir uma sequência lógica às soluções dos problemas originalmente levantados.

Em sua configuração inicial, esta pesquisa mostrava-se de caráter biográfico, com foco na escrita da história do professor Quintino Marques. Ampliada para a possibilidade do estudo da disciplina por completo, uma questão foi herdada da condição original. Sendo um artista, professor de Desenho, ele lecionaria a disciplina de maneira técnica ou repassaria aos alunos as suas habilidades como artista? Quintino Marques foi convidado para ser professor justamente pela sua habilidade artística. Contudo, ao serem observados os programas divulgados para a disciplina de Desenho no Atheneu Sergipense, bem como todos os outros registros que permitiram a montagem da história dessa disciplina por meio desta pesquisa, tornou-se evidente que a sua atuação se deu como a de um professor que seguia os programas, talvez com um pouco mais de liberdade, pois durante um tempo foi responsável pelo Desenho à mão livre, que tinha por base a observação de objetos tridimensionais.

Pode-se perceber, portanto, que o Desenho ensinado no Atheneu Sergipense era predominantemente o Desenho Geométrico, o que afastou a impressão inicial desta pesquisa, que levantava a hipótese – pela presença do professor Quintino Marques – de que fosse lecionado também o Desenho Artístico. Nos programas de algumas séries, existiam conteúdos de Desenho Artístico, como desenho de observação, desenho à mão livre, desenho projetivo e seus elementos. Entretanto, esses serviam à prática educativa para o aprimoramento do aluno, que poderia aplicar as técnicas em trabalhos no futuro, ou seja, uma movimentação sintomática das propostas liberais para o ensino.

Ainda assim, não se pode deixar de reconhecer também a forte presença do sentido do aprendizado positivista, que chegou à disciplina no Atheneu Sergipense por meio da adoção, durante todo o período analisado nesta pesquisa, dos conteúdos previstos para o Colégio Pedro II – instituição modelo para o secundário nacional, localizada no Rio de Janeiro.

A legislação foi fonte indispensável para o conhecimento acerca de prováveis interferências no funcionamento da disciplina, por ser instrumento determinante e que

permitiu ou provocou sucessivas mudanças. O que toda a massa legislativa utilizada como fonte revela é que o diálogo legal entre o Atheneu Sergipense e o Colégio Pedro II estava bem estabelecido. Mas o que se vê nos capítulos estudados é que a lei pode ser o ponto de partida, mas de forma alguma é o ponto final quando se está falando da história de uma disciplina. O diálogo legal, ao se converter em práticas, é marcado, sobretudo, pela aquisição de uma dinâmica própria, que vai muito além do que foi pensado pelos legisladores e adquire o formato dos agentes e dos espaços onde ele se personifica. Isso significa dizer que há uma distância muito grande entre aquilo que é pensado e aquilo que é posto em prática.

Pode-se perceber, desta forma, que o Atheneu Sergipense, embora fosse uma instituição “subordinada” ao modelo do Colégio Pedro II, garantia a sua autonomia administrativa e intelectual ao imprimir o significado de suas práticas após as suas interpretações dos instrumentos legais. Essa capacidade de refração das pressões externas foi adquirida pelo Atheneu Sergipense ao longo de anos, até que a instituição se tornou um palco para os importantes intelectuais da Educação no estado de Sergipe, o que fez com que sobrevivesse ao período de negligência do poder público às necessidades básicas de seu funcionamento e pudesse retomar o posto de grande centro de estudos do secundário sergipano após o ano de 1926, quando se alojou em um novo e suntuoso prédio construído pelo Governo do Estado.

Quanto aos professores – os grandes interlocutores das previsões e a ponte entre pensamento e materialização –, estes foram estudados por essa pesquisa como o coração do processo de funcionamento do Desenho como disciplina escolar. No caso dos professores investigados, pode-se afirmar que estes eram intelectuais altamente preparados, reconhecidos em seus mais distintos campos; que chegaram ao Atheneu Sergipense tanto para reforçar a intelectualidade já presente naquele espaço, quanto para utilizar o espaço para projetar-se socialmente.

Os professores de Desenho sentiram na pele todos os problemas que cercaram a disciplina, quando das sucessivas reformas que faziam e desfaziam do Desenho. Perderam status dentro da instituição, enfrentaram a não obrigatoriedade de exames para simples aprovação anual e para ingresso nas faculdades do país e assistiram a disciplina perder um importante espaço nos currículos do ensino secundário. Contudo, puderam participar da reestruturação do Desenho após a Reforma Nacional de 1925, que o consolidou como obrigatória e lhe devolveu (recriando) um espaço perdido em 1915.

Por fim, cabe a pergunta: Esta pesquisa e exposição foram suficientes para elucidar o estudo da disciplina Desenho no Atheneu Sergipense?

Não. Não há objeto de pesquisa, por mais exposto ou recorrente que seja, esgotado. Na verdade, este estudo funcionou como uma análise da gênese da disciplina no seio daquela instituição, sem ter a pretensão de esgotá-la como objeto. Muito foi esclarecido; muito foi observado. Muitas também foram as possibilidades em aberto. O que se viu aqui, até então, foram histórias de uma disciplina que precisam ser unidas em uma narrativa que atinja seus pontos vazados. Esse era o desafio... e, continuará sendo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense: Uma Casa de Educação Literária examinada segundo os Planos de Estudos (1870/1908)**. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado Em Educação). Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade, PUC/SP.

ANDRADE, Oswald. **Manifesto Antropofágico**. São Paulo, 1928. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/manifestoa/pdf/manifestoa>>. Acesso em: 28 jun. 2011.

BARBOSA, Ana Mae. **Arte-Educação no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BARBOSA, Rui. **Reforma do ensino secundário e superior**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942. (Obras Completas, vol. IX, t. I).

BERTUCCI, Liane Maria; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Experiência e cultura: contribuições de E. P. Thompson para uma história social da escolarização. In: **Currículo sem fronteiras**. n. 1, v. 9, 2009. p. 10-24. Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org>. Acesso em: 30 nov. 2011.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. “Disciplinas escolares: história e pesquisa”. In: Oliveira, Marco Aurélio Tabora; RANZI, Shirlei Maria Fischer (orgs.). **História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p. 9-38.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CARVALHO, Cibele Regina. **Um estudo sobre a docência na vida e carreira de Anita Malfatti**. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação, Artes e História da Cultura). Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP.

CORTELAZZO, Patrícia Rita. **O Ensino o desenho na Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro e o acervo do Museu D. João VI (1826-1851)**. Campinas, 2004. Dissertação (Mestrado em Artes). Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas/SP.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. IN: **Teoria & Educação**, n. 2, 1990, p. 177-229.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: FLACSO, 2005.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe, República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DONDIS, Dondis A. **Sintaxe da linguagem visual**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

DÓRIA, Renato Palumbo. Entre o belo e o útil: Manuais e professores de desenho no Brasil do século XIX. In: **Anais do II CBHE**. Natal, 2002. Disponível em: www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/3162.pdf. Acesso em 25/04/2010.

_____. Entre a arte e a ciência: o ensino do desenho no Brasil do século XIX. In: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C., P.; Silva, C.C.; FERREIRA, J.M.H. (eds.) **Filosofia e história da ciência no Cone Sul**: 3º encontro. Campinas: AFHIC, 2004. p. 370-385.

FOURQUIN, Jean-Claude. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. In: **Teoria & Educação**, n. 5, p. 28-49, 1992.

GINZBURG, Carlo. **Indagações sobre Piero**: o Batismo, o Ciclo de Arezzo e a Flagelação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GUIMARÃES, Danielle Virginie Santos. **Catálogo de Pintores Sergipanos**: 1850-1950. São Cristóvão, 2007. Monografia (Licenciatura em Artes Visuais) Departamento de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal de Sergipe.

GUARANÁ, Armindo. **Diccionario Bio-bibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1924.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: Editora Autores Associados, n.1, Janeiro/Junho. 2001, p. 9-43.

_____. Disciplinas Escolares: objetivos, ensinos e apropriação. In: LOPES, Alice Casemiro & MACEDO, Elizabeth. **Disciplinas e integração curricular: história e políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). In: **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 69-246.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Intelectuais da Educação**: Silvio Romero, José Calasans e outros professores. Maceió: EDUFAL, 2007.

NASCIMENTO, Terezinha A. Quainotti Ribeiro do. **Pedagogia Liberal modernizadora**: Rui Barbosa e os fundamentos da educação brasileira republicana. Campinas: Autores Associados, 1997.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PESSANHA, Eurize Caldas; DANIEL, Maria Emília Borges; MENEGAZZO, Maria Adélia. Da História das Disciplinas Escolares à História da Cultura Escolar: uma trajetória de pesquisa. In: **Revista Brasileira de Educação**. n. 27, 2004. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbedu/n27/n27a04.pdf. Acesso em: 16 jun. 2011.

PEREIRA, Manoel Odilon Farias. **A Arte na Educação Brasileira**: o ensino de Desenho no Atheneu Sergipense de 1899 a 1906. São Cristóvão, 2006. Monografia (Licenciatura em Artes Visuais) Departamento de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal de Sergipe.

_____. **Artes no ensino secundário:** o aprendizado de Desenho no Atheneu Sergipense de 1889 a 1908. Aracaju, 2008. Monografia (Especialização em Artes Visuais) – Universidade Federal de Sergipe.

PONTUAL, Roberto. **Dicionário das Artes Plásticas do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

RIBEIRO, Marcelo da Silva. **Jordão de Oliveira.** 1.ed. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura/Gráfica Sercore, 2006.

SANTOS, Fábio Alves dos. **Rui Barbosa, educação e política:** um discurso pedagógico no Brasil oitocentista – 1880-1885. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

TAUNAY, Afonso. **A Missão Artística de 1816.** Brasília: UNB, 1983.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores:** a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TRINCHÃO, Glaucia Maria da Costa. **O desenho como objeto de ensino:** história de uma disciplina a partir dos livros didáticos oitocentistas. São Leopoldo, 2008. Tese (Doutorado em Educação) – UNISINOS.

VECCHIA, Ariclê & LORENZ, Karl Micheal (org.). **Programa de ensino da escola secundária brasileira:** 1850-1951. Curitiba: Ed. Do Autor, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas Escolares:** estudo sobre as práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas: Autores Associados, 2005.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. **Da palmatória à lanterna mágica:** a Escola Normal da Província do Rio de Janeiro entre o artesanato e a formação profissional. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – FE/USP, São Paulo, 2002.

VIÑAO FRAGO, António. **Tiempos escolares, tiempos sociales:** La distribución del tiempo y del trabajo en la enseñanza primaria en España (1838-1936). Barcelona: Editorial Ariel, S/A, 1998.

WONG, Wucius. **Princípios de forma e Desenho.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

YANANE, Laura Ayako. **Estamparia têxtil.** São Paulo, 2008. Dissertação (Mestrado em Artes). Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

LEIS E DECRETOS

BRASIL. Código Eptácio Pessoa, 1901. Disponível em:
<<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3890-1-janeiro-1901-521287-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 15/06/2011

BRASIL. Reforma Rivadávia Correia, 1911. Disponível em:
<<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 15/06/2011

BRASIL. Reforma Carlos Maximiliano, 1915. Disponível em:
<<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>> Acesso em: 15/06/2011

BRASIL. Reforma João Luiz Alves da Rocha Vaz, 1925. Disponível em:
<<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>> Acesso em: 15/06/2011

SERGIPE. Decreto nº. 351, de 09 de junho de 1899. **Leis e Decretos**, 1899.

SERGIPE. Lei nº. 495, de 07 de novembro de 1905. **Leis e Decretos**, 1905.

SERGIPE. Decreto nº. 543, de 09 de outubro de 1906. **Leis e Decretos**, 1906.

SERGIPE. Decreto nº. 550, de 13 de novembro de 1907. **Leis e Decretos**, 1907.

SERGIPE. Decreto nº. 563, de 12 de agosto de 1911. **Leis e Decretos**, 1911.

SERGIPE. Lei nº. 605, de 24 de setembro de 1912. **Leis e Decretos**, 1912.

SERGIPE. Decreto nº. 771 de 1912. **Leis e Decretos**, 1912-1913.

SERGIPE. Lei nº. 663, de 28 de julho de 1914. **Leis e Decretos**, 1914-1916.

SERGIPE. Lei nº. 633, de 17 de junho de 1916. **Leis e Decretos**, 1914-1916.

SERGIPE. Decreto nº. 635, de 1º de agosto de 1916. **Leis e Decretos**, 1914-1916.

SERGIPE. Lei nº. 686, de 27 de outubro de 1915. **Leis e Decretos**, 1915.

SERGIPE. Decreto nº. 721, de 31 de março de 1921. **Leis e Decretos**, 1921.

SERGIPE. Decreto nº. 912, de 12 de dezembro de 1925. **Leis e Decretos**, 1925.

SERGIPE. Lei nº. 940, de 02 de julho de 1926. **Leis e Decretos**, 1926.

DOCUMENTOS CONSULTADOS NO CEMAS

LIVRO DE ATAS DO ATHENEU SERGIPENSE, 1921. Doc. 61FASS05.

LIVRO DE CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS DO ATHENEU SERGIPENSE, 1898-1916. Doc. 74FASS05.

LIVRO DE REGISTROS DE SOLICITAÇÕES DIVERSAS DO ATHENEU SERGIPENSE, 1925. Doc. 192FASS05.

LIVRO DE CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS DO ATHENEU SERGIPENSE, 1922-1939. Doc. 193FASS05.

LIVRO DE ATAS DA CONGREGAÇÃO DO ATHENEU SERGIPENSE, 1871-1916. Doc. 481FASS05.

LIVRO DE CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS E RECEBIDAS PELO ATHENEU SERGIPENSE, 1909-1921. Doc. 482FASS05.

LIVRO DE ATAS DA CONGREGAÇÃO DO ATHENEU SERGIPENSE, 1916-1939. Doc. 496FASS05.

ANEXOS

PROGRAMAS DE ENSINO PARA O ANO DE 1915 – COLÉGIO PEDROII⁶⁴

DESENHO À MÃO LIVRE – 1º ANO – 3 HORAS

1ª Lição: Objeto. Importância e utilidade do desenho estudado no primeiro ano. Posição do aluno, do papel e do lápis. Noções sobre as linhas.

2ª: Linhas retas nas suas principais posições.

3ª: Preceitos práticos para o traçado das linhas retas. Pontos inicial, final, médio e intermediário.

4ª: Combinação de linhas retas.

5ª, 6 e 7: Dentículos e gregas. Exercícios.

8, 9 e 10ª: Disposições quadriculares: rede ortogonal de malhas quadradas ou de malhas retangulares. Exercícios.

11, 12 e 13ª: ornatos simples pela combinação de linhas retas. Entrelaçados. Exercícios.

14, 15, 16 e 17ª: motivo da ornamentação gráfica. Dado o motivo, desenvolvê-lo.

18, 19 e 20ª: combinações fornecidas pelas repetições de linhas inclinadas notadamente as de 45°. Combinações de duas linhas dadas com as precedentes. Exercícios.

21, 22, 23 e 24ª: redes desviadas de polígonos. Noções sobre a luz convencional. Exercícios.

25, 26 e 27ª: traços de força e de sentimento e seus efeitos.

28, 29 e 30ª: valores obtidos por traços paralelos nas três principais posições. Efeitos de ilusão de ótica, segundo o sentido do tracejado.

31, 32, 33 e 34ª: linha, curvas e suas combinações com as linhas retas.

35, 36, 37 e 38ª: mosaicos. Exercícios.

39, 40, 41 e 42ª: rosáceas. Exercícios.

43, 44, 45 e 46ª: diagramas. Dado um diagrama, desenhar uma série.

47, 48, 49 e 50ª: ornamentação de linhas curvas. Exercícios.

51, 52, 53 e 54ª: dada a ornamentação de um painel decorativo, deduzir o diagrama. Exercícios.

55 a 80ª: cópia de 8 modelos escolhidos na coleção do colégio.

⁶⁴ Transcritos de Vecchia & Lorenz (1998).

DESENHO À MÃO LIVRE – 2º ANO – 3 HORAS

1, 2, 3 e 4ª lições: objeto, importância e utilidade do desenho estudado no segundo ano. Revisão de alguns estudos adiantados de ornamentação geométrica plana, seguida da aplicação de tons ou valores. Exercícios.

5, 6, 7 e 8ª: quadrantes, semicircunferências, circunferências, e elipses. Exercícios.

9, 10, 11 e 12ª: sombra própria, sombra projetada, sua delimitação e tracejado. Exercícios.

13, 14, 15 e 16ª: primeira forma da ornamentação vegetal, começando pela folha. Exercícios.

17, 18, 19 e 20ª: esboços diversos com traços de força e indicação sumária das sombras. Exercícios.

21, 22, 23 e 24ª: simetria. Curvas de sentimento. Disposições radiadas. Exercícios.

ESTUDO POR CÓPIA DOS SEGUINTE SÓLIDOS GEOMÉTRICOS

25, 26, 27 e 28ª: cubo. Exercícios.

29, 30, 31 e 32ª: prisma reto.

33, 34, 35 e 36ª: prisma truncado. Exercícios.

37, 38, 39 e 40ª: pirâmide reta. Exercícios.

41, 42, 43 e 44ª: pirâmide truncada. Exercícios.

45, 46, 47 e 48ª: cone reto. Exercícios.

49, 50, 51 e 52ª: cone truncado. Exercícios.

53, 54, 55 e 56ª: cone truncado. Exercícios.

57, 58, 59 e 60ª: esferas. Exercícios.

61, 62, 63 e 64ª: cubo e cone. Exercícios.

65, 66, 67 e 68ª: cilindro e pirâmide. Exercícios.

69, 70, 71 e 72ª: esfera e cone truncado. Exercícios.

73, 74, 75 e 76ª: prisma truncado e pirâmide truncado. Exercícios.

77, 78, 79 e 80ª: ornados em relevo. Exercícios.

DESENHO COM INSTRUMENTO DE PRECISÃO

3º ANO – 3 HORAS

1ª lição: Objeto, importância e utilidade do desenho geométrico. Instrumentos empregados, sua verificação e conservação. Preceitos para a execução do desenho geométrico.

2, 3 e 4ª: traçado rigoroso a lápis de alguns motivos de ornamentação plana estudados no primeiro ano e revisto no segundo em cuja execução predomine o manejo dos esquadros. Exercícios.

5, 6, 7 e 8ª: revisão da morfologia geométrica.

9, 10 e 11ª: traçados a mão livre de algumas figuras planas. Exercícios.

12, 13, 14ª: divisão de reta. Retas perpendiculares. Traçado de inclinadas eqüidistantes. Paralelas.

15 e 16ª: combinação de retas e curvas. Exercícios.

17, 18ª: ângulos, construção e divisão. Triângulos. Exercícios.

19, 20ª: circunferência do círculo; centro; tangentes. Circunferências tangentes e secantes. Exercícios.

21, 22 e 23ª: curvas gráficas, tangentes e essas curvas. Exercícios.

24, 25 e 26ª: construções dos quadriláteros. Exercícios.

27, 28 e 29ª: inscrição do triângulo eqüilátero no círculo e respectiva circunscrição. Estrelado. Exercícios.

30, 31, 32 e 33ª: inspeção de quadrado e do pentágono. Estrela de cinco pontas. Rosácea de cinco folhas. Exercícios.

34, 35, 36 e 37ª: hexágono e heptágono regulares. Estrelados e rosáceas desses polígonos. Exercícios.

38, 39, 40 e 41ª: octógonos, eneágono e decágono regulares. Estrelados e rosáceas desses polígonos. Exercícios.

42, 43, 44 e 45ª: endecágono, dodecágono, pentadecágono. Estrelados e rosáceas desses polígonos. Exercícios.

46, 47, 48 e 49ª: inscrever no círculo um polígono qualquer, conhecido um dos seus lados. Exercícios.

50, 51, 52 e 53: inscrever no círculo um polígono qualquer, conhecida a grandeza de um dos lados. Escala poligonal, sua construção. Exercícios.

54, 55, 56 e 57ª: disposições estreladas e radiadas derivadas de polígonos regulares. Exercícios.

58ª: escola ordinária e sua construção. Título e talão. Uso de escala.

59, 60, 61 e 62ª: ovaes e elipses. Seus traçados. Exercícios.

63, 64, 65ª: hipérbole e problemas relativos.

66, 67 e 68ª: parábola e problemas relativos. Exercícios.

69, 70 e 71^a: espirais de dois e mais centros. Traçados de uma tangente a espiral de Arquimedes. Exercícios.

72^a: linhas e pontos que servem de base a todo o tracejado perspectivo. Linha de terra, linha do horizonte, ponto principal e ponto de distância.

73, 74 e 75^a: exercícios relativos as figuras planas, especialmente ao quadrado, ao retângulo e ao círculo.

76, 77 e 78^a: corpos geométricos estudados no segundo ano. Exercícios.

79 e 80^a: revisão dos polígonos inscritos e circunscritos. Exercícios.

DESENHO COM INSTRUMENTO DE PRECISÃO

4º ANO – 3 HORAS

1ª lição: Objeto e importância do Desenho projetivo. Insuficiência do desenho projetivo quando se trata de representar os corpos segundo suas formas e proporções reais. Necessidade do desenho projetivo. Linhas gráficas e notações comerciais.

2ª: estudo do ponto nas suas principais posições em relação aos planos de projeção.

3º: estudo das linhas retas, retas perpendiculares, retas paralelas, retas que se cortam. Traços de uma reta, verdadeira grandeza de uma reta.

4ª e 5ª: exercícios sobre as duas últimas lições.

6ª e 7ª: linhas quebradas e linhas curvas. Exercícios.

8ª, 9ª e 10ª: representação dos triângulos. Exercícios.

11, 12, 13ª: representação dos quadriláteros. Exercícios.

14, 15, 16 e 17ª: representação dos polígonos regulares. Exercícios.

18 e 19ª: representação do círculo. Exercícios.

20, 21 e 22ª: representação de uma pirâmide quadrangular reta. Exercícios.

23, 24 e 25ª: representação de uma pirâmide quadrangular oblíqua assente no PL. h. tendo o eixo paralelo ao vertical. Exercícios.

26, 27 e 28ª: representação de um paralelepípedo retângulo com uma das bases no PL. h. Exercícios.

29, 30 e 31ª: representação de uma pirâmide pentagonal reta, regular, cuja base é paralela ao p. PL. h. exercícios.

32, 33, 34 e 35ª: representação de uma pirâmide pentagonal reta, que tenha o eixo paralelo ao PL. v. e inclinado ao h. Exercícios.

36, 37 e 38^a: representação de um prisma triangular reto com uma das bases no PL. Exercícios.

39, 40, 41 e 42^a: representação de um tetraedro regular com uma das faces paralela ao PL. v. Exercícios.

43, 44 e 45^a: representação de um hexaedro paralelo a ambos os PL. de proj. Exercícios.

46, 47 e 48^a: representação de um paralelepípedo oblíquo, tendo uma das bases no PL. h. e as arestas paralelas a do vertical. Exercícios.

49, 50 e 51^a: representação de um prisma reto tendo uma das bases em um dos PL. Exercícios.

52, 53 e 54^a: representação de uma pirâmide oblíqua tendo a base em um dos pls. E o eixo paralelo a um deles. Exercícios.

55, 56 e 57^a: representação de uma pirâmide octogonal oblíqua tendo uma das bases em um dos pls. E as arestas paralelas a um deles. Exercícios.

58, 59 e 60^a: representação do octaedro com o eixo perpendicular a um dos planos. Exercícios.

61, 62 e 63^a: representação de um prisma com eixo paralelo a ambos os planos. Exercícios.

64, 65 e 66^a: representação de uma pirâmide com o eixo inclinado a ambos os planos. Exercícios.

67, 68 e 69^a: representação do cone reto perpendicular a um dos planos. Exercícios.

70, 71, 72^a: representação do cone com eixo inclinado a um dos planos.

73, 74 e 75^a: representação do cilindro com o eixo perpendicular a um dos planos.

76, 77 e 78^a: representação do cilindro com o eixo inclinado a um dos planos.

79, 80^a: representação da esfera juntamente com outros sólidos.

CONTEUDOS PREVISTOS PARA O ANO DE 1926

1º ANO:

1ª lição: objeto, importância e utilidade do desenho estudado no primeiro ano. Posição do aluno, do papel e do lápis. Noções sobre as linhas.

2ª lição: linha retas nas suas principais posições.

3ª lição: preceitos práticos para o traçado das linhas retas. Pontos final, inicial, médio e intermediário.

4ª lição: combinação de linhas retas.

5ª, 6ª e 7ª: dentículos e gregas. Exercícios.

8ª, 9ª e 10ª: disposições quadriculares. Rede ortogonal de malhas quadradas ou de malhas retangulares. Exercícios.

11ª, 12ª e 13ª: ornatos simples pela combinação de linhas retas. Entrelaçados. Exercícios.

14ª, 15ª, 16ª e 17ª: motivo na ornamentação gráfica. Dado o motivo, desenvolvê-lo.

18ª, 19ª e 20ª: combinações exercidas pelas repetições de linhas inclinadas, notadamente as de 45°. Combinações dessas linhas com as precedentes. Exercícios.

21ª, 22ª, 23ª e 24ª: redes derivadas de polígonos. Noções sobre a luz convencional. Exercícios.

25ª, 26ª e 27ª: traços de força, de sentimento e seus efeitos.

28ª, 29ª e 30ª: valores obtidos por traços paralelos nas três principais posições. Efeitos de ilusão de ótica, segundo o sentido do traçado. Impressão diversa produzida por um mesmo desenho.

31ª, 32ª, 33ª e 34ª: linhas curvas e suas combinações com as linhas retas.

35ª, 36ª, 37ª e 38ª: mosaicos. Exercícios.

39ª, 40ª, 41ª e 42ª: rosáceas. Exercícios.

43ª, 44ª, 45ª e 46ª: diagramas. Dado um diagrama, desenhar uma série.

47ª, 48ª, 49ª e 50ª: ornamentação de linhas curvas. Exercício.

51ª, 52ª, 53ª e 54ª: dada a ornamentação de um painel decorativo, deduzir o diagrama. Exercícios.

55ª a 80ª: cópia de oito modelos escolhidos da coleção do colégio.

DESENHO À MÃO LIVRE – 3 HORAS POR SEMANA

2º ANO

1ª, 2ª, 3ª e 4ª lições: objeto, importância e utilidade do desenho estudado no 2º ano. Revisão de alguns estudos adiantados de ornamentação geométrica plana seguida de aplicação dos tons ou valores. Exercícios.

5ª, 6ª, 7ª e 8ª: quadrantes, semicircunferências, circunferências e elipses. Exercícios.

9ª, 10ª, 11ª e 12ª: sombra própria, sombra projetada: sua delimitação e tracejados. Exercícios.

13ª, 14ª, 15ª e 16ª: primeira forma da ornamentação vegetal, começando pela folha. Exercícios.

17ª, 18ª, 19ª e 20ª: esboços diversos com traços de força e indicação sumária das sombras. Exercícios.

21ª, 22ª, 23ª e 24ª: simetria, curvas de sentimento, disposições radiadas. Exercícios.

ESTUDO POR CÓPIA DOS SEGUINTE SÓLIDOS GEOMÉTRICOS

25ª, 26, 27ª e 28ª lições: cubo. Exercícios.

29ª, 30ª, 31ª e 32ª: prisma reto. Exercícios.

33ª, 34ª, 35ª e 36ª: prisma truncado. Exercícios.

37ª, 38ª, 39ª e 40ª: pirâmide reta. Exercícios.

41ª, 42ª, 43ª e 44ª: pirâmide truncada. Exercícios.

45ª, 46ª, 47ª e 48ª: cone reto. Exercícios.

49ª, 50ª, 51ª e 52ª: cone truncado. Exercícios.

53ª, 54ª, 55ª e 56ª: cilindro. Exercícios.

57ª, 58ª, 59ª e 60ª: esfera. Exercícios.

61ª, 62ª, 63ª e 64ª: cubo e cone. Exercícios.

65ª, 66ª, 67ª e 68ª: cilindro e pirâmide. Exercícios.

69ª, 70ª, 71ª e 72ª: prisma truncado e pirâmide truncada. Exercícios.

73ª, 74ª, 75ª e 76ª: ornatos em relevo. Exercícios.

DESENHO COM INSTRUMENTO DE PRECISÃO

3º ANO – 3 HORAS POR SEMANA

1ª lição: objeto, importância e utilidade do desenho geométrico. Instrumentos empregados, sua verificação e conservação. Preceitos para a execução do desenho geométrico.

2ª a 4ª lições: traçado rigoroso a lápis de alguns motivos de ornamentação plana estudados no primeiro ano, e revistos no segundo, em cuja execução predomine o manejo dos esquadros. Exercícios.

5ª a 8ª: revisão de morfologia geométrica.

9ª a 11ª: traçados a mão livre de algumas figuras planas. Exercícios.

12ª a 14ª: divisão de retas, retas perpendiculares. Tração de inclinadas eqüidistantes. Paralelas.

15ª e 16ª: combinação de retas e curvas. Exercícios.

17ª e 18ª: ângulos, construção e divisão. Triângulos. Exercícios.

19ª e 20ª: curvas gráficas, tangentes a essas curvas. Exercícios.

21ª a 23ª: NÃO INFORMADO

24ª a 26ª: construção dos quadriláteros. Exercícios

27ª a 29ª: inscrição do triângulo equilátero no círculo e respectiva circunscrição. Estrelado. Exercícios.

30ª a 33ª: inscrição do quadrado e do pentágono. Estrela de 5 pontas. Rosácea de 5 folhas. Exercícios.

34ª a 37ª: hexágono e heptágono regulares. Estrelados e rosáceas desses polígonos. Exercícios.

38ª a 41ª: octógono, eneágono e decágono regulares. Estrelados e rosáceas desses polígonos. Exercícios.

42ª a 45ª: endecágono, dodecágono, pentadecágono. Estrelados e rosáceas desses polígonos. Exercícios.

46ª a 49ª: inscrever no círculo um polígono, e um heptágono conhecido um dos seus lados. Exercícios.

50ª a 53ª: inscrever no círculo um polígono qualquer, conhecida a grandeza de um dos lados. Escala poligonal, sua construção. Exercícios.

54ª a 57ª: disposições estreladas e radiadas derivadas de polígonos regulares. Exercícios.

58ª lição: escala ordinária e sua construção. Título e telão. Uso da escala.

59ª a 62ª: ovais e elipses, seus traçados. Exercícios.

63ª a 66ª: hipérbole e problemas relativos. Exercícios.

67ª e 68ª: parábolas e problemas relativos. Exercícios.

69ª a 71ª: espirais de dois e mais centros, traçado de uma tangente à espiral de Arquimedes. Exercícios.

72ª: linhas e pontos que servem de base a todo tracejado perspectivo. Linha de terra, linha horizonte, ponto principal e ponto de distância.

73ª a 75ª: exercícios relativos às figuras planas, especialmente ao quadrado, ao retângulo e ao círculo. Exercícios.

76ª a 78ª: corpos geométricos estudados no segundo ano. Exercícios.

79ª e 80ª: revisão dos polígonos inscritos e circunscritos. Exercícios.

DESENHO COM INSTRUMENTO DE PRECISÃO

4º ANO – 3 horas por semana

1ª lição; objeto e importância do desenho projetivo. Insuficiência do desenho perspectivo quando se trata de representar os corpos segundo suas formas e proporções reais. Necessidade do desenho projetivo. Linhas gráficas e notações convencionais. Planos de projeções.

2ª lição: estudo do ponto nas suas principais posições em relação aos planos de projeção.

3ª lição: estudos das linhas retas, retas perpendiculares, retas paralelas, retas que se cortam.

Traços de uma reta, verdadeira grandeza da reta.

4ª e 5ª lições: exercício sobre as duas últimas lições.

6ª e 7ª: linhas quadradas e linhas curvas. Exercícios.

8ª a 10ª: representação dos triângulos. Exercícios.

11ª a 13ª: representação dos quadriláteros. Exercícios.

14ª a 17ª: representação dos polígonos regulares. Exercícios.

18ª e 19ª: representação do círculo. Exercícios.

20ª a 22ª: representação de uma pirâmide quadrangular reta. Exercícios.

23ª a 25ª: representação de uma pirâmide quadrangular oblíqua assente no pl. h. Exercícios.

26ª a 28ª: representação de um paralelepípedo retângulo com uma das bases no pl. h. Exercícios.

29ª a 31ª: representação de uma pirâmide pentagonal reta, regular, cuja base é paralela ao pl. h. Exercícios.

32ª a 35ª: representação de uma pirâmide pentagonal reta que tenha o eixo paralelo ao pl. v. e inclinado em relação ao h. Exercícios.

36ª a 38ª: representação de um prisma triangular reto com uma das bases no pl. h. Exercícios.

39ª a 42ª: representação de um tetraedro regular com uma das faces paralelas ao pl. v. Exercícios.

43ª a 45ª: representação de um hexaedro paralelo a ambos os pls. de proj. Exercícios.

46ª a 48ª: representação de um paralelepípedo oblíquo tendo uma das bases no pl. h. e as arestas paralelas ao vertical. Exercícios.

49ª a 51ª: representação de um prisma reto tendo uma das bases em um dos pls. Exercícios.

52ª a 54ª: representação de uma pirâmide oblíqua tendo a base em um dos pls. e o eixo paralelo a um deles. Exercícios.

55ª a 57ª: representação de uma pirâmide octogonal oblíqua tendo uma das bases em um dos pls. e as arestas paralelas a um deles. Exercícios.

58ª a 60ª: representação do octaedro com eixo perpendicular a um dos planos. Exercícios.

61ª a 63ª: representação de um prisma com o eixo paralelo a ambos os planos. Exercícios.

64ª a 66ª: representação de uma pirâmide com o eixo inclinado a ambos os planos. Exercícios.

67ª a 69ª: representação do cone reto perpendicular a um dos planos. Exercícios.

70ª a 72ª: representação do cone com eixo inclinado a um dos planos.

73ª a 75ª: representação do cilindro com eixo perpendicular a um dos planos.

76ª a 78ª: representação do cilindro com o eixo inclinado a um dos planos.

79ª e 80ª: representação da esfera juntamente com outros sólidos. Exercícios.

PROGRAMAS PARA O ANO DE 1929

1º ANO

DESENHO LINEAR À MÃO LIVRE

Objetivo: desenvolvimento do senso de direção da grandeza e da proporção linear. Iniciação e desenvolvimento das aptidões para o desenho com a educação da vista na avaliação das grandezas e aquisição de firmeza e habilidade no traçado.

Conhecimento prático e intuitivo da morfologia geométrica com a interpretação racional da ornamentação linear.

Metodologia: o professor poderá utilizar-se desde logo do papel liso, sem quadrículas, ou fará inicialmente o uso do papel de grandes quadrículas, procurando obter do aluno o máximo esforço possível para a execução de traçados fáceis, que lhe prendam a atenção e despertem o interesse.

Proporcionalmente ao esforço e às aptidões individuais, do aluno, tornará o professor os exercícios gradativamente complexos, procurando despertar-lhe a atenção e o estímulo, com a introdução de efeitos decorativos obtidos pelo paralelismo, convergência, simetria ou alternância de linhas, noções de traço de força, e finalmente colorido a lápis de cores.

Modelos: os modelos devem ser representados no quadro negro, procurando o professor orientar os alunos desde o esboço até os menores detalhes.

Exame: as provas de exame constarão da cópia de um desenho representado no quadro negro de acordo com um ponto sorteado do programa.

Material indicado: papel liso e grosso, tipo almaço, sem quadriculas e depois papel “Ingres” de cores variadas.

Lápis tipo “Castel”, Koh – I – Noo”, “Mars” (H e HB).

Lápis de cores variadas tipo “Apollon”, borracha mole tipo “Venus”.

LISTA DE PONTOS

Ponto 1: conhecimento prático e preparo do material de desenho a ser utilizado. Posição do aluno, do papel e do lápis.

Preceitos práticos para o traçado de retas. Uniformidade e nitidez do traçado. Diferença entre o traço do desenho e a grafia comum. Traços de igual intensidade.

Ponto 2: traçado prático de retas a mão livre até obter agilidade e firmeza na mão. Traçado de linhas inclinadas paralelas até obter facilidade no traçado de hachurados. Traços de intensidade variada.

Ponto 3: preceitos práticos para o traçado de retas ligando dois pontos tomados previamente. Traçados de ângulos, triângulos e polígonos quaisquer por pontos tomados para vértices.

Ponto 4: prolongamento de retas por dois ou mais pontos tomados em segmento. Retas ligando três ou mais pontos dados. Traçado de retas do maior comprimento possível no papel, sem auxílio de pontos. Traçado dos eixos e diagonais do papel.

Ponto 5: traçado de perpendiculares e de oblíquas com inclinação aproximada em graus, em relação aos eixos do papel. Várias perpendiculares e oblíquas, à mesma reta. Divisão à simples vista, de ângulos em partes iguais.

Ponto 6: traçado de retas de determinado comprimento, em relação a outras tomadas por unidade, ou em centímetros e décímetros. Avaliação à simples vista do comprimento de retas em partes iguais e em partes proporcionais a comprimentos gráficos dados.

Ponto 7: traçado de paralelas eqüidistantes, nas diversas posições relativamente aos eixos do papel. Linhas quebradas paralelas eqüidistantes.

Ponto 8: disposição raiada ou listrada. Traçado de faixas galões ou filetes – pautação do papel no sentido horizontal ou vertical.

Ponto 9: faixa simples, de largura determinada, com elementos retilíneos combinados nas principais direções – valores obtidos pela combinação de retas nas diversas direções.

Ponto 10: traçado de redes de malhas ortogonais, quadradas e retangulares, com espaço determinado em centímetros.

Ponto 11: redes de malhas oblíquas, paralelogramáticas, rômbricas e triangulares, com espaço em centímetros.

Ponto 12: redes de malhas hexagonais e ortogonais, com espaço determinado em centímetros.

Ponto 13; redes de malhas compostas – estofos assírios e escoceses, com emprego de colorido.

Ponto 14: enxadrezados ortogonais e oblíquos – estofos raiados dos povos primitivos.

Ponto 15: traçado de meandros e regras rampantes, aproveitando as redes de malhas oblíquas.

Ponto 16: gregas clássicas de n tempos, com indicação do traço de força e hachurado.

Ponto 17: entrelaçados ortogonais e oblíquos, com indicação do traço de força e hachurado.

Ponto 18: gregas de ressaltos, denticuladas, voltadas e interrompidas, com indicação do traço de força.

Ponto 19: gregas compostas e entrelaçadas com indicação do traço de força e hachurado, ou de colorido.

Ponto 20: circunferência e seus elementos – traçado prático do quadrante e da circunferência – divisão da circunferência em partes iguais à simples vista – disposições radiadas.

Ponto 21: preceitos práticos para o traçado de curvas quaisquer – traçado de curvas por três ou mais pontos tomados. Curvas concêntricas.

Ponto 22: curvas sinuosas e espiraladas. Traçados de curvas sinuosas, paralelas e efeito decorativo obtido.

Ponto 23: mosaicos com elementos retilíneos aproveitando as redes de malhas ortogonais e com emprego de colorido.

Ponto 24: mosaicos e elementos diversos, com elementos mixtilíneos, obtidos pelo aproveitamento das redes de malhas oblíquas, e com emprego de colorido.

Ponto 25: traçado de faixa decorativa com elementos retilíneos – zigue-zagues egípcios e bizantinos e com o emprego de colorido.

Ponto 26: traçado de faixa decorativa, com elementos retilíneos e acidentalmente curvilíneos, aproveitando as redes ortogonais e com emprego de colorido.

Ponto 27: traçado de faixa decorativa, com elementos mixtilíneos aproveitando as redes de malhas oblíquas e com emprego de colorido.

Ponto 28: faixa decorativa com elementos retilíneos aproveitando motivos da arte americana-inca, asteca e Guarany, e com emprego do colorido.

Ponto 29: faixa decorativa com elementos mixtilíneos aproveitando motivos da flora estilizada, e com emprego de colorido.

Ponto 30: traçado à vista de polígonos e figuras estreladas e de rosáceas derivadas com elementos mixtilíneos e emprego do colorido.

Ponto 31: traçado de ornatos curvilíneos derivados dos dentículos e gregas – ondas egípcias e ondas gregas.

Ponto 32: traçado de rosáceas com elementos mixtilíneos aproveitando a flora nacional estilizada.

2º ANO

DESENHO IMITATIVO, DE CONTORNOS E A CLARO E ESCURO

Objetivo: apuração do senso de observação, comparativo e analítico, com a representação dos objetos à simples vista, dando a impressão mais exata possível de seu conjunto – conhecimento prático das propriedades características dos principais sólidos geométricos, como meio de estudar comparativamente as formas dos demais corpos.

Metodologia: o professor passará em revista os sólidos geométricos mais comuns, explicando as suas propriedades gerais, e fazendo deles um estudo comparativo. Estudará depois, se for possível, o modo de geração das superfícies e dos corpos geométricos, passando a desenhar no quadro negro todos os casos, que se apresentam na cópia de objetos vistos ao natural. Depois de adquiridos os conhecimentos rudimentares necessários, passará o aluno a copiar sólidos geométricos e objetos comuns, vistos ao natural e com a representação prática das sombras e da perspectiva rápida, habituando o senso comparativo, não só quanto às formas, como quanto às proporções.

Modelos: os modelos para cópia ao natural constarão dos existentes no colégio, devendo ser estes colocados em local acessível aos alunos. A luz deve ser praticamente da esquerda para a direita aproximando o mais possível da luz convencional.

Exame: as provas de exame constarão da cópia de modelo visto ao natural, de acordo com o ponto sorteado.

Material indicado: papel lido e grosso, tipo almaço, para os exercícios preliminares, e papel “Ingres” de várias cores para os desenhos definitivos, a claro-escuro, podendo os claros ser indicados a giz, ou lápis branco, lápis Castell, Koh-I-Noor, “Mars” (HB, B ou F, ou Faber nº. 2, etc. Borracha tipo Venus, prancheta de madeira de pinho, com 0,40cm x 0,50cm.

LISTA DE PONTOS

Ponto 1: objeto, importância e utilidade do desenho em geral, sua divisão – desenho definido, imitativo, convencional e decorativo – comparação do desenho com a escrita – objetivo a alcançar com o curso de desenho no secundário.

Ponto 2: grandeza e proporção – grandeza absoluta e relativa – orientação do desenho com relação aos eixos do papel, com avaliação aproximada da inclinação das linhas.

Ponto 3: recapitulação dos exercícios sobre traçados retilíneos estudados no ano anterior – exercícios sobre proporções lineares – avaliação à simples vista do comprimento de retas representadas no papel ou no quadro negro.

Ponto 4: proporções na superfície – figuras iguais, semelhantes e equivalentes – representação de um polígono igual a outro dado.

Ponto 5: cópia de um quadro representado no quadro negro, reduzindo-o em uma proporção determinada, ou avaliando o comprimento do lado e das diagonais em centímetros.

Ponto 6: cópia de um retângulo representado no quadro negro, estabelecendo-se a relação numérica entre a base e a altura, ou avaliando o comprimento dos lados em centímetros – traçados das diagonais e medianas.

Ponto 7: cópia de um triângulo representado no quadro negro, estabelecendo-se a proporção numérica entre a base e a altura, ou avaliando seu comprimento em centímetros – medianas e bissetrizes.

Ponto 8: cópia de um conjunto de quadrado e retângulo representado no quadro negro, estabelecendo-se a proporção numérica entre os lados e as alturas respectivas.

Ponto 9: cópia de um polígono qualquer representado no quadro negro, estabelecendo-se a proporção entre os lados e as diagonais, e reduzindo-o ou ampliando-o em uma proporção dada.

Ponto 10: cópia de um quadrado representado no quadro negro, e em determinadas dimensões, inscrevendo-se no mesmo uma circunferência – exercícios práticos sobre linhas curvas, segundo os preceitos já estudados no ano anterior.

Ponto 11: noções sucintas de perspectivas práticas, e elementos principais que entram em sua determinação – quadro geometral, linha de terra, linha de horizonte, linhas de fuga, ponto principal e pontos de distância – posições diversas do observador em relação ao objeto.

Ponto 12: estudo sucinto do cubo com a representação prática das proporções e da perspectiva, nos diversos casos que se apresentam quanto à posição do observador.

Ponto 13: estudo sucinto do prisma reto quadrangular, com a representação prática das proporções e da perspectiva, nos diversos casos que se apresentam quanto à posição do observador.

Ponto 14: estudo sucinto da pirâmide reta, com a representação prática das proporções e da perspectiva, nos diversos casos que se apresentam quanto à posição do observador.

Ponto 15: estudo sucinto do cilindro reto, com a representação prática das proporções e da perspectiva, nos diversos casos que se apresentam quanto à posição do observador – comparação do cilindro com o prisma.

Ponto 16: estudo sucinto do cone reto, com as representações práticas das proporções e da perspectiva, nos diversos casos que se apresentam quanto à posição do observador – comparação do cone com a pirâmide.

Ponto 17: estudo sucinto do prisma e da pirâmide oblíqua com a representação prática das proporções e da perspectiva, nos diversos casos que se apresentem quanto à posição do observador.

Ponto 18: estudo sucinto do cone e do cilindro oblípiramidal, com indicação prática das proporções da perspectiva, nos diversos casos que se apresentem quanto à posição do observador.

Ponto 19: noções sucintas sobre luz natural, artificial e convencional – sombra própria, projetada e autoprojeta – penumbra e luz reflexiva – sombra uniforme, esbatida e superposta.

Ponto 20: noções sucintas sobre a representação real e aparente dos corpos – o relevo por meio do claro-escuro e do colorido – processo prático para a execução do desenho ao natural – qualidades de um bom desenho ao natural.

Ponto 21: exercícios de hachurado e de sombra uniforme, por meio do tracejado a lápis, crayon, etc.

Ponto 22: exercícios de sombra esbatida, por meio do tracejado a lápis, crayon, etc.

Ponto 23: cópia natural de um objeto visual do tipo cúbico com indicação prática das proporções, da perspectiva e das sombras.

Ponto 24: cópia ao natural de um objeto usual do tipo prismático retangular, com indicação prática das proporções, da perspectiva e das sombras.

Ponto 25: cópia ao natural de um objeto usual do tipo piramidal, com indicação prática das proporções, da perspectiva e das sombras.

Ponto 26: cópia natural de um objeto usual do tipo cilíndrico, com indicação prática das proporções, da perspectiva e das sombras.

Ponto 27: cópia ao natural de um objeto usual do tipo cônico, com indicação prática das proporções, da perspectiva e das sombras.

Ponto 28: cópia ao natural de um objeto usual do tipo tranco-cônico, com indicação prática das proporções, da perspectiva e das sombras.

Ponto 29: cópia ao natural de um objeto usual do tipo tranco-cônico, com indicação prática das proporções, da perspectiva e das sombras.

Ponto 30: cópia ao natural de um objeto usual do tipo prismático-cônico, com indicação prática das proporções, da perspectiva e das sombras.

Ponto 31: cópia ao natural de um objeto usual do tipo cilíndrico-esférico, com indicação prática das proporções, da perspectiva e das sombras.

Ponto 32: cópia ao natural de um objeto usual em que predomine a linha curva, com indicação prática das proporções, da perspectiva e das sombras.

Ponto 33: cópia ao natural de um objeto usual em que haja a combinação de qualquer um dos tipos anteriormente estudados.

Ponto 34: estudo das superfícies irregulares e sua adaptação às formas geométricas determinadas – simplificação da forma.

Ponto 35: cópia ao natural de capitéis arquitetônicos, com indicação prática das proporções, da perspectiva e das sombras.

Ponto 36: cópia ao natural de alto e baixo relevo, com elementos extraídos da flora e da fauna e representação mais apurada do claro-escuro.

3º ANO

DESENHO LINEAR GEOMÉTRICO

Objetivo: conhecimento desenvolvido da morfologia geométrica. Resolução gráfica de questões elementares com o fim de habilitar o aluno às noções de rigor geométrico e perícia individual.

Metodologia: exercícios gráficos a instrumentos de precisão – aplicação prática à ornamentação plana dos conhecimentos geométricos, adquiridos com ou sem colorido, à tinta nanquim ou a lápis, conforme o adiantamento dos alunos – todos os trabalhos deverão ser executados em escala, cujo uso se deverá tornar familiar – o professor deverá exigir, de acordo com a habilidade do aluno, o tratamento rigoroso e artístico dos respectivos trabalhos.

Exame: o exame constará da execução de um desenho, de acordo com os elementos fornecidos e as convenções adotadas.

Material adotado: um estojo para desenho de precisão contendo no mínimo um compasso de pontas móveis, outro de pontas secas e um tira-linhas. Uma prancheta de madeira de pinho, com as dimensões de 0,65cm x 0,55cm x 0,15cm – lápis tipo “Castell”, “Koh-I-noor”, “Appollo”, “Venus”, “Zenith”, “Vandyck”, ou “Faber”, n.3, H, 2H ou F. Borrachas tipo Vênus, Ruby – régua de ebonite, esquadros de celulóide, de 30° e 45°, duplo decímetro. Papel liso fosco, tipo “Canson”, “Montgolfier”, “Schleicher”, ou “Watman”. Caderno para apontamentos (modelo adotado no internato). Nanquim líquido, do fabricante “Gunther-

Wagner”, por exemplo – uma caixa de madeira para acondicionar o material (modelo especialmente adotado).

LISTA DE PONTOS

Ponto 1: objeto, importância e utilidade do desenho linear geométrico – escolha do material de desenho – instrumentos empregados, sua utilidade e conservação.

Ponto 2: representação gráfica do ponto e da reta em várias posições – grafia convencional das linhas de construção – linha cheia, interrompida, pontuada e mista.

Ponto 3: retas paralelas e perpendiculares – resolução gráfica dos problemas – composição de um ornato geométrico baseado na construção de retas perpendiculares e paralelas.

Ponto 4: divisão de um segmento retilíneo em partes iguais e em partes proporcionais. Aplicações.

Ponto 5: ângulos, traçado de bissetriz de um ângulo. Ângulos complementares e suplementares. Construir um ângulo igual a um ângulo dado.

Ponto 6: escalas métricas e gráficas. Escalas simples e transversais. Título, talão, divisão principal. Escalas triangulares, aplicações elementares.

Ponto 7: triângulos – traçado elementar. Resolução gráfica de um triângulo. Casos clássicos.

Ponto 8: exercício de ornamentação geométrica plana, baseado na construção de triângulos.

Ponto 9: quadrilátero, traçado elementar importância prática da reta de 45° . Uso combinado entre os esquadros e a régua “T”, com o esquadro de 45° .

Ponto 10: exercícios de ornamentação geométrica plana, baseado na construção de quadriláteros. Disposições quadriculares.

Ponto 11: construção de polígono regular convexo, conhecido o lado. Escala poligonal.

Ponto 12: exercícios de ornamentação geométrica plana, baseados na construção de polígonos regulares. Redes de malhas triangulares e hexagonais.

Ponto 13: circunferência e círculo. Linha notáveis do círculo e da circunferência. Divisão da circunferência em partes iguais; métodos geral e particular.

Ponto 14: exercícios de ornamentação geométrica plana, baseada no traçado de circunferências tangentes, secantes e concêntricas. Disposições em coroa.

Ponto 15: inscrição e circunscrição de polígonos regulares convexos.

Ponto 16: exercícios de ornamentação geométrica plana, baseadas em traçado de circunferência e arco-circunferência. Rosáceas e n pétalas.

Ponto 17: traçado de polígonos e de figuras estreladas. Exercícios de ornamentação geométrica plana, baseada no traço de polígonos e de figuras estreladas. Disposições radiadas.

Ponto 18: exercícios de aplicação do traçado geométrico na composição de gregas clássicas com indicação do traço de força e hachurado a lápis e a tinta nanquim.

Ponto 19: exercícios de aplicação do traçado geométrico na composição de mosaicos, elementos retilíneos ou mixtilíneos, com emprego de hachurado a lápis ou a tinta nanquim.

Ponto 20: exercícios de aplicação do traçado geométrico na composição de faixas retangulares, com elementos retilíneos, curvilíneos ou mixtilíneos, com indicação do traçado de força, hachurado a lápis ou à tinta nanquim.

Ponto 21: exercício de ornamentação geométrica plana, na composição de entrelaçados retilíneos, curvilíneos ou mixtilíneos, com indicação do traçado de força, hachurado a lápis ou à tinta nanquim.

Ponto 22: exercício de ornamentação geométrica plana, baseada na construção de painéis decorativos simples, com elementos mixtilíneos, a lápis de cores ou à tinta.

Ponto 23: exercícios sobre letreiros e numeração simples para cabeçalho de provas.

4º ANO

Desenho linear geométrico e projetivo.

Primeira parte; complementos de desenho geométrico

Segunda parte: desenhos de projeções

Objetivo: instrução teórica e prática da representação projetiva dos principais sólidos geométricos e de alguns objetos de conformação simples.

Metodologia: utilização das projeções ortogonais, com o abandono de minúcias e de questões complexas. O assunto deverá ser tratado generalizadamente, fazendo o professor, com frequência, demonstrações práticas e úteis do método projetivo. O emprego das escalas será obrigatório.

Terceira parte: desenho de perspectiva e de sombras

Objetivo: conhecimento elementar das principais regras de perspectiva linear e de teoria das sombras aplicáveis à cópia singela dos principais corpos geométricos e de outros de uso comum, como bancos, mesas, vasos, armários, etc.

Exame: o exame constará da resolução gráfica de três questões, abrangendo as três partes do programa.

Material adotado: para uso individual dos alunos será adotado o mesmo material indicado para o terceiro ano.

LISTA DE PONTOS:

Ponto 1: recapitulação do desenho geométrico e da morfologia. Resolução de problemas gráficos, desde o traçado de retas perpendiculares, e paralelas, até triângulos.

Ponto 2: resolução de problemas gráficos desde os quadriláteros até inscrição e circunscrição de polígonos regulares.

Ponto 3: concordância de linhas. Construção de arcos abatidos de três e de cinco metros. Arco aviajado. Escócia.

Ponto 4: traçado da oval regular e irregular, sendo dados os eixos.

Ponto 5: elipse – traçado de curvas e tangentes.

Ponto 6: traçado de falsa espiral de três e de quatro centros. Espiral de Arquimedes. Voluta

Ponto 7: parábola – traçado de curvas e tangentes.

Ponto 8: hipérbole – traçado de curvas, das assíntotas e tangentes.

Ponto 9: teoria elementar das projeções. Noções sucintas sobre projeções cilíndricas e cônicas. Projeções ortogonais e oblíquas.

Ponto 10: artifício fundamental, planos e projeção, planos bissetores. Convenções adotadas nos métodos projetivos. Épura.

Ponto 11: representação projetiva de um ponto qualquer do espaço – casos particulares.

Ponto 12: representação projetiva da reta. Reta horizontal, vertical, de frente, de topo, de perfil, paralela à linha da terra e em uma posição qualquer. Traços de uma reta.

Ponto 13: representação projetiva das retas paralelas, concorrentes e perpendiculares.

Ponto 14: representação projetiva do plano dado por seus traços. Plano horizontal, vertical, de frente, de topo, de perfil, paralelo à linha da terra e em uma posição qualquer.

Ponto 15: retas principais de um plano. Reta de nível, de maior declive e frontal de um plano. Utilização da reta de maior declive de um plano na determinação do ângulo que este faz com os planos de projeção.

Ponto 16: NÃO INFORMADO

Ponto 17: Representação projetiva dos corpos geométricos em um plano qualquer dado por seus traços.

Ponto 18: rotação e rebatimento. Verdadeira grandeza das linhas e das superfícies planas. Exercícios elementares.

Ponto 19: secção plana dos sólidos geométricos. Exercícios elementares aplicáveis às secções cónicas.

Ponto 20: noções elementares e sucintas de perspectiva linear. Planos do quadro, plano geometral, plano do horizonte, linha de terra, ponto de vista, direção principal, ponto principal, pontos de distância e pontos de fuga qualquer.

Ponto 21: traçado da perspectiva do quadrado e do retângulo nas posições mais simples.

Ponto 22: traçado da perspectiva do círculo de polígonos regulares e convexos dados por suas projeções.

Ponto 23: traçado da perspectiva do cubo dado por suas projeções.

Ponto 24: noções elementares sobre o traçado geométrico das sombras. Luz convencional, sombra própria e sombra projetada.

Ponto 25: traçado da perspectiva das sombras própria e projetada de um cubo ou de um prisma quadrangular dados por suas projeções.

Ponto 26: traçado da perspectiva das sombras própria e projetada de um prisma reto qualquer dados por suas projeções.

Ponto 27: traçado da perspectiva das sombras própria e projetada de uma pirâmide reta dadas suas projeções.

Ponto 28: traçado da perspectiva das sombras própria e projetada de um cilindro reto dado suas projeções.

Ponto 29: traçado da perspectiva das sombras própria e projetada de um cone reto dado suas projeções.

Ponto 30: traçado da perspectiva das sombras própria e projetada de um objeto de conformação simples, como por exemplo, um banco, um pedestal de arestas, uma mesa, uma cadeira, uma carteira, um obelisco, etc.

ANEXO II

PONTOS PARA O CONCURSO DE PROFESSORES DE DESENHO DO ATHENEU SERGIPENSE – 1929

Desenho Geométrico

- 1- O que é Desenho Geométrico?
- 2- Em que o Desenho Geométrico auxilia no Desenho à Mão Livre?
- 3- Que parte tem o Desenho Geométrico na representação dos fenômenos?
- 4- Quais os fenômenos que assentam necessariamente nas formas e fórmulas geométricas?
- 5- Que utilidade há no estudo do Desenho Geométrico?

Desenho à Mão Livre:

- 1- Que dizer do Desenho à Mão Livre, primitivo, de suas origens?
- 2- Qual o desenvolvimento do Desenho à Mão Livre no tempo e no espaço?
- 3- Há co-relação existencial entre o Desenho à Mão Livre e o Desenho Geométrico?
- 4- Que valor tem a vocação no estudo do Desenho à Mão Livre?

PONTOS DO CONCURSO DE DESENHO PARA A VAGA DE RUBENS DE FIGUEIREDO MARTINS

3º ano

- 1- Desenhar um parquet, tendo como motivo um hexágono regular;
- 2- Desenhar um parquet, tendo como motivo um octógono regular, podendo inscrever rosáceas;
- 3- Desenhar um prisma hexagonal reto;
- 4- Inscrever numa circunferência um pentágono regular, dado o comprimento do lado;
- 5- Traçar a espiral de Arquimedes;

4º ano

- 1- Representar um octaedro com o eixo perpendicular ao plano vertical;
- 2- Representar um prisma triangular com o eixo paralelo ao plano horizontal e obliquo ao vertical;
- 3- Representar uma pirâmide com o eixo inclinado para ambos os planos;

4- Representar o cone reto com o eixo inclinado para o plano horizontal.

4º ano

- 1- Objeto, importância e utilidade do desenho linear; sua natureza, posições e relações;
- 2- Redes derivadas de polígonos: da luz convencional;
- 3- Valores obtidos por traços paralelos nas três principais posições: impressão diversa produzida por um mesmo desenho;
- 4- Mosaico;
- 5- Diagramas: dado um diagrama, desenhar uma série;
- 6- Esboços diversos com traço de força e indicação sumária das sombras;
- 7- Simetria: curvas de sentimento, disposições radiadas;
- 8- Prismas;
- 9- Pirâmides;
- 10- Ornatos em relevo;
- 11- Morfologia geométrica;
- 12- Escalas: teoria e aplicação;
- 13- Lições cônicas;
- 14- linhas e pontos que servem de base a todo traçado perspectivo, linha de terra, linha de horizonte, ponto principal e ponto de distância;
- 15- Polígonos inscritos e circunscritos, polígonos estrelados;
- 16- Objeto e importância do Desenho Projetivo, insuficiência do Desenho Projetivo quando se trata de representar os corpos segundo suas formas e proporções reais, necessidade do Desenho Projetivo, linhas gráficas e notações convencionais, planos de projeção;
- 17- Estudo do ponto e da linha reta nas suas principais posições em relação aos planos de projeção;
- 18- Projeção de polígonos;
- 19- Dar as projeções da pirâmide e do cubo;
- 20- Dar as projeções do cilindro e da esfera.